

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**Jovens em Rede – A permanência de jovens na agricultura a partir da
participação em Circuitos Curtos de Comercialização**

Mayná Peixinho Moreno de Melo

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

JOVENS EM REDE - A PERMANENCIA DE JOVENS NA
AGRICULTURA A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO EM CIRCUITOS
CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

MAYNÁ PEIXINHO MORENO DE MELO

Sob a Orientação da Professora

Maria de Fátima Ferreira Portilho

e Coorientação da Professora

Elisa Guaraná de Castro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

Agosto de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P843j Peixinho Moreno, Mayná , 1993-
Jovens em Rede - A permanência de jovens na agricultura a partir da participação em Circuitos Curtos de Comercialização / Mayná Peixinho Moreno. - Rio de Janeiro, 2022.
121 f.

Orientadora: Maria de Fátima Ferreira Portilho.
Coorientadora: Elisa Guaraná de Castro.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2022.

1. Circuitos Curtos de Comercialização. 2. Redes alimentares alternativas. 3. Jovens rurais. 4. Permanência no campo. 5. Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. I. Ferreira Portilho, Maria de Fátima , 1967-, orient. II. Guaraná de Castro, Elisa , 1968-, coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. IV. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

MAYNÁ PEIXINHO MORENO DE MELO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 01/08/2022.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Prof.^a Dr.^a MARIA DE FATIMA FERREIRA PORTILHO (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a ELISA GUARANA DE CASTRO (CPDA/UFRRJ)
(Co-orientadora)

Prof.^a Dr.^a MARIA JOSE TEIXEIRA CARNEIRO (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. MARCIO GAZOLLA (UTFPR)

Prof. Dr. RODRIGO KUMMER (UTFPR)



Emitido em 01/08/2022

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 15400/2022 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 19/08/2022 15:38)

ELISA GUARANA DE CASTRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCS (12.28.01.00.00.83)
Matrícula: ###238#5

(Assinado digitalmente em 18/08/2022 16:15)

MARIA DE FATIMA FERREIRA PORTILHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
CPDA (12.28.01.00.00.80)
Matrícula: ###503#5

(Assinado digitalmente em 19/08/2022 10:19)

MARIA JOSE TEIXEIRA CARNEIRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)
Matrícula: ###61#6

(Assinado digitalmente em 18/08/2022 09:57)

RODRIGO KUMMER
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.249-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número: **15400**, ano: **2022**,
tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **18/08/2022** e o código de verificação:
3bb8e438a6



Emitido em 14/02/2023

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 6243/2023 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 06/03/2023 19:14)

MARCIO GAZOLLA

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.670-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **6243**, ano: **2023**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **14/02/2023** e o código de verificação: **67a23343c5**

Para Rogéria e Acidália que me formaram para ser uma mulher que sonha alto.

A todas as mulheres da minha família que vieram antes de mim

e às que ainda virão,

que eu seja a primeira de muitas.

AGRADECIMENTOS

Comecei a escrita desta dissertação pouco antes do início da pandemia de Covid-19 e grande parte dela se desenvolveu em um longo e intenso período de isolamento. No entanto, apesar do esforço individual e, por vezes, solitário que o momento impôs, este trabalho não teria sobrevivido se não fosse uma comunidade ao meu entorno que, de diferentes formas, contribuiu para seu andamento, a quem direciono meus agradecimentos.

Gostaria de agradecer primeiramente ao CPDA, pela oportunidade de desenvolver este trabalho, pelos excelentes professores e por proporcionar um ambiente fértil para a produção de tantos estudos interessantes. Também ao CNPQ pela bolsa concedida, que possibilitou que eu me dedicasse à construção desse trabalho.

Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, que permitiu que o presente trabalho fosse realizado.

À minha orientadora Fátima Portilho, que foi extremamente prestativa durante todo o período de estudo e escrita, sempre com muito afeto e preciosas contribuições, tornando-se uma amiga e uma grande incentivadora deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos!

À querida Elisa Guaraná, coorientadora, fundamental para que este trabalho alcançasse a intersecção de temas a que se propôs. Agradeço imensamente pelo esforço de colaboração e os apontamentos que me direcionaram por caminhos fecundos.

Aos professores Marcio Gazzola, Maria José Carneiro e Rodrigo Kummer, membros da banca de defesa, pela disponibilidade e excelentes contribuições que enriqueceram este trabalho e deixaram sementes para os próximos que serão desenvolvidos.

À professora Claudia Schmitt que, além proporcionar conversas inspiradoras enquanto cliente da Feira Orgânica da Glória, também compôs a banca do Exame Qualificação, com ótimas contribuições.

Agradeço aos colegas do CPDA, especialmente aos da turma de mestrado de 2019 e do laboratório de pesquisa, com quem tive trocas riquíssimas, pelas amizades e apoio, que tornaram a convivência nesse espaço muitíssimo agradável.

À Leile Teixeira e Maristela Del Moro, minhas professoras no projeto de extensão “Assentados da Reforma Agrária e Universidade” da UFRJ, onde tive meu primeiro contato com a sociologia rural e onde surgiram os primeiros ensaios do que mais tarde se tornaria esta pesquisa. Agradeço todo apoio e incentivo que foram cruciais para que eu seguisse nessa área de estudos.

Um agradecimento especial a todos os produtores das Feiras Orgânicas onde trabalhei por tantos anos, que dedicam suas vidas à produção de alimentos limpos e sustentáveis. Com vocês pude aprender sobre cuidado, coletividade e resiliência.

Aos jovens entrevistados que doaram seu tempo e confiaram em mim para compartilhar um pouco de suas histórias de vida, meu profundo agradecimento.

Agradeço a toda a minha família, principalmente à minha tia Adriana Martins, que é uma segunda mãe, peça fundamental na minha formação, ao meu padrinho Robério Peixinho, que sempre me estimulou nos estudos; minha prima-irmã Clara Moreno, parceira e confidente de todos os momentos; meus sogros Mercedes e Roni, que acompanham de perto cada conquista; e a todos os demais que, de forma direta ou indireta, me apoiaram nesse percurso.

Aos amigos da graduação Yuri, Penelope, Olívia e Gabriel, pelas trocas acadêmicas e a amizade duradoura. Também à Juliana Moreno, Jell, Michel, Narjara, Duda e Onaldo, por serem minha rede de apoio e afeto há tanto tempo, torcendo por mim, acompanhando os momentos mais especiais e mais difíceis, por compreenderem minhas ausências e embarcarem ao meu lado nesse longo e intenso processo.

Aos meus guias espirituais, sem os quais eu nada seria. À Yalorisá Beth de Oxosse, ao Bàbálàwó Helio Luna Ifalanu e ao Perdigã Marcelo Braz Tulsen, pelos cuidados essenciais para que eu celebre essa conquista. Todo meu respeito e gratidão.

Aos integrantes do meu grupo de Capoeira Unificar, família onde sempre encontrei acolhida, força e inspiração.

Ao meu pai Ronaldo Moreno, um revolucionário que me ensinou a esperar e com quem aprendi sobre consciência de classe, poesia e utopia.

Um agradecimento especial ao meu amor e grande companheiro, Igor Federici. Agradeço por cada comidinha servida enquanto eu mergulhava na escrita, pelo profundo envolvimento na pesquisa, dedicando seu tempo para discutir questões, tirar minhas dúvidas, traduzir e revisar textos repetidas vezes, por compreender minhas ausências e inseguranças, e, principalmente, por me inspirar a seguir nos momentos mais difíceis. Serei eternamente grata por esse momento de nossas vidas!

Finalmente, e mais importante, agradeço à minha mãe Rogéria Peixinho, que não só me deu a vida na sua origem, mas que foi parte essencial do meu caminho até aqui. Agradeço profundamente sua dedicação e todo esforço realizado para que eu tivesse oportunidades de estudo, proporcionando, mesmo quando sequer havia ferramentas, as condições para que eu me tornasse a mulher que sou hoje. Nossa trajetória está guardada em meu coração.

Muito obrigada!

RESUMO

PEIXINHO MORENO, Mayná. **Jovens em Rede – A permanência de jovens na agricultura a partir da participação em Circuitos Curtos de Comercialização**. 2022. 114p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A presente pesquisa visa contribuir para a compreensão da relação entre jovens rurais e as iniciativas de produtores e consumidores na construção de Redes Alimentares Alternativas, através de Circuitos Curtos de Comercialização. Partimos da constatação, descrita na literatura, das dificuldades enfrentadas por jovens rurais para a permanência no campo e no trabalho agrícola, associadas aos processos de envelhecimento e masculinização das populações rurais, e, ainda, da construção de novas ruralidades. Paralelamente, constata-se um número crescente de pessoas, no campo e na cidade, organizando-se em torno de diferentes formas de comercialização direta de alimentos da agricultura familiar, experiências que têm sido chamadas de Redes Alimentares Alternativas. Isso chama a atenção pelo potencial de transformação da produção, distribuição e consumo de alimentos e também das dinâmicas que envolvem o campo e a cidade. Tais elementos suscitam uma análise dos efeitos destas iniciativas na trajetória de vida e na perspectiva de permanência de jovens tanto em suas comunidades quanto no trabalho relacionado à agricultura. A partir de uma pesquisa de campo junto a jovens que trabalham na Feira Orgânica da Glória e que estão vinculados ao Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), experiência em curso na cidade do Rio de Janeiro/RJ, buscou-se verificar de que modo a relação de jovens rurais e Redes Alimentares Alternativas vem se configurando.

Palavras-chave: Circuitos Curtos de Comercialização; Redes alimentares alternativas; Jovens rurais; Permanência no campo; Agricultura familiar; Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

ABSTRACT

PEIXINHO MORENO, Mayná. **Young in a Network – The permanence of rural youth in agriculture through participation in Short Food Circuits.** 2022. 110p. Thesis (Master in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Federal Rural University of Rio de Janeiro, Brazil, Rio de Janeiro, RJ, 2022.

This research aims to contribute with the comprehension of the relationship between rural youth and the construction of Alternative Food Networks (AFN) via consumers and producers' initiatives. Based on available literature, it has been perceived several challenges for young people to stay in the rural area and to engage with the agricultural work, which are associated with processes of aging and masculinization of rural populations, and, furthermore, with the construction of new rural identities. At the same time, an increasing number of people, from urban or rural areas, are organizing themselves around different forms of direct food trade with family farmers. Such experiences are known as Alternative Food Networks (AFN), remarkable by its potential for transforming production, distribution and consumption of foodstuff, as well as the dynamics between urban and rural areas. These elements ask for an analysis on how AFN initiatives might have an effect on the life trajectories and perspectives of rural youth's permanence on agricultural work and rural communities. Based on fieldwork conducted with youngsters that work at Glória Organic Fair, which is part of the Carioca Circuit of Organic Fairs (CCFO), a current experience in the city of Rio de Janeiro, it was sought to verify in which ways the relationship between rural youth and AFN has been formed.

Keywords: Short Food Circuits, Alternative Food Networks, rural youth, field permanence, family farming, organic fair.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	9
METODOLOGIA	13
CAPÍTULO I – JOVENS RURAIS E OS FRUTOS DE UM NOVO TEMPO	18
1.1 - Jovens múltiplos e diversos	20
1.2 - Novas ruralidades em construção.....	21
CAPÍTULO II – PRODUÇÃO E CONSUMO SOB NOVA PERSPECTIVA	25
2.1 – A Virada da Qualidade e as Redes Alimentares Alternativas	27
2.2 – Consumo político e ativismo alimentar.....	30
2.3 – Redes Alimentares Alternativas no Brasil.....	33
CAPÍTULO III – O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas	40
3.1 - Origens do CCFO	41
3.2 – Formação e expansão do CCFO.....	42
3.3 - CCFO e os novos arranjos do mercado.....	47
CAPÍTULO IV – JOVENS EM REDES	52
4.1 - Visita ao Sítio Quaresmeiras.....	53
4.2 - Dados de pesquisa.....	59
4.3 - Interações entre jovens e Redes Alimentares Alternativas	61
4.4 - Desafios enfrentados pelos jovens rurais e as possíveis contribuições do CCFO.....	69
4.5 - Novos arranjos entre produção e consumo e a permanência dos jovens no campo	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
ANEXO I: QUESTIONÁRIO DE MAPEAMENTO DE JOVENS RURAIS ENVOLVIDOS COM O CIRCUITO CARIOCA DE FEIRAS ORGÂNICAS (CCFO)	101
ANEXO II: ROTEIRO DE ENTREVISTA APROFUNDADA	106

APRESENTAÇÃO

Iniciei meu contato com a temática dos alimentos no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO) há oito anos, quando fui convidada para trabalhar em uma barraca de produtos processados (pães, bolos etc.). No mesmo ano ingressei no curso de graduação em Ciências Sociais da UFRJ. No início fui atraída pela proposta de alimentação saudável e a possibilidade de um trabalho flexível que viabilizasse minha permanência na universidade. No entanto, não imaginava que o trabalho nas feiras fosse direcionar toda minha trajetória acadêmica. O convívio diário com agricultores de diversas regiões do estado do Rio de Janeiro, concomitante à minha formação acadêmica, transformou minha percepção sobre os alimentos orgânicos e a agricultura familiar.

O interesse por alimentos orgânicos e de qualidade diferenciada tem sido crescente no Brasil, demonstrando uma preocupação tanto por parte dos consumidores, quanto dos produtores em transitarem para modelos mais sustentáveis de produção de alimentos. Nesse sentido, surgem cada vez mais iniciativas que visam a interlocução entre campo e cidade, além de novas conexões entre produtores e consumidores, rompendo não só com barreiras físicas, mas também sociais e culturais.

Segundo o Decreto Municipal nº 35064 de 2012, o CCFO é uma iniciativa de circuito curto de comercialização, de base agroecológica que se organiza a partir de uma rede de feiras destinadas à venda direta de produtos orgânicos, conforme definidos pela Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que rege a agricultura orgânica no Brasil. O circuito é resultado da parceria entre a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário – SEDES da Prefeitura do Rio de Janeiro e organizações ligadas ao tema da produção orgânica de base agroecológica, que assumem a gestão das feiras. Ou seja, desde 2010, agricultores de diversas regiões do estado têm, como principal canal de escoamento de sua produção, a cidade do Rio de Janeiro, em diversas feiras com contato direto com os consumidores.

Conheci Edinho em um dos meus primeiros dias de trabalho na feira orgânica do Leblon, um agricultor jovem de aproximadamente 27 anos, vindo do Brejal, distrito de Petrópolis/RJ. Costumava trabalhar sozinho e, por sermos

vizinhos de barraca, eu sempre o ajudava com a venda nas horas de muito movimento, e assim fomos nos aproximando e nos tornando amigos. Temos quatro anos de diferença de idade, mas nossos contextos sociais explicitam diferenças bem maiores. Apesar de sua família ser uma das pioneiras na produção de orgânicos no estado, Edinho não desejava seguir na profissão de agricultor. A falta de outras oportunidades de trabalho, somada à possibilidade de trabalhar na venda dos produtos de sua família nas novas feiras que se abriram com o CCFO, fez com que ele, mesmo sem desejar, seguisse no “ramo agrícola”, passando a trazer para a cidade do Rio de Janeiro os produtos de sua família e dos agricultores vizinhos.

Em nossas conversas, Edinho demonstrava certa admiração pela cidade enquanto lugar de intensa atividade social, trabalho e de uma vida, como ele dizia, “mais liberal”. Eu por outro lado, idealizava o seu local de origem enquanto ambiente rural, relacionando à tranquilidade e bem-estar, apesar de até então, não conhecer a região. O contato com os agricultores me deixava cada vez mais encantada com as possibilidades que uma vida no campo poderia propiciar: maior proximidade com a natureza, autonomia na produção de alimentos e até mesmo segurança, o que me trazia uma ideia de maior “liberdade”. Tais noções de “liberdade”, embora produzidas em realidades distantes e extremamente idealizadas, se transformavam à medida que nós nos aproximávamos por uma “ponte” chamada feira.

Esse ideal de um campo idílico e pacífico construído nos imaginários urbanos, esconde um profundo desconhecimento sobre a realidade rural brasileira. Assim como a visão da cidade enquanto lugar de acesso a trabalho, renda, lazer e serviços básicos, também não se confirma para grande parte da população. Tais noções são produzidas e sustentadas por um distanciamento muito mais simbólico do que material entre campo e cidade, que tem sido rompida à medida que as fronteiras entre urbano e rural são ultrapassadas. Os espaços das feiras de venda direta apresentam possibilidades para essas conexões, envolvendo não só as noções de urbano e rural, mas também de produção e consumo. De modo que o convívio proporcionado nesses ambientes, viabiliza uma aproximação de realidades sociais que são distintas, mas não necessariamente distantes.

Com o passar do tempo, Edinho me chamou para trabalhar em sua

barraca. Nesse momento, o CCFO se ampliava a partir da criação de novas feiras e cada vez mais novos consumidores chegavam a esses espaços querendo informações sobre a origem dos alimentos, quem os produziu e suas formas de cultivo. A valorização cada vez maior dos alimentos orgânicos por parte dos consumidores foi fundamental para que Edinho fosse aos poucos assumindo a identidade de produtor rural, percebendo sua importância e apresentando cada vez mais orgulho da história de sua família.

Esse reconhecimento por parte dos consumidores, era manifestado de múltiplas formas, desde o interesse pelo modo de produção e a valorização do conhecimento relacionado ao trabalho agrícola, até a valorização do produto visto como algo especial, de qualidade diferenciada, associado a uma alimentação saudável. Além disso, a expansão das feiras do CCFO possibilitou naquele momento, maior retorno financeiro, o que contribuiu para que Edinho reconhecesse nessa atividade um caminho profissional.

Foi principalmente no contato cotidiano que vimos nossos mundos se transformarem. Tal experiência me possibilitou perceber questões como a dificuldade dos produtores em relação ao transporte das mercadorias e as jornadas exaustivas e extensas de trabalho, com pouco tempo para o descanso e a alimentação. Após passarem o dia colhendo mercadoria, organizando-as no veículo de transporte, em geral os feirantes, saem de suas regiões ainda a noite para chegar à cidade do Rio de Janeiro no dia seguinte durante madrugada, organizar suas barracas e iniciar as vendas por volta das seis horas da manhã. Após esse longo percurso, é bastante comum encontrar feirantes dormindo de baixo das barracas durante algum período da feira para se recuperarem da viagem.

Entre os problemas enfrentados em seus locais de moradia, segundo relatos dos feirantes, estão a questão das drogas ilícitas, que chegam com força nas regiões, a dificuldade de acesso à renda e a serviços básicos de educação e saúde, além da situação das mulheres, com pouca ou nenhuma autonomia financeira.

Com o tempo e o convívio nas feiras, Edinho passou a se sentir mais confiante para falar de sua realidade. Ao justificar os preços de seus produtos, mais caros que os convencionais, contava aos clientes sobre as habilidades necessárias para o cultivo de orgânicos e as dificuldades envolvidas com o

trabalho manual e cotidiano para manter uma produção “limpa” e de qualidade. Lembro-me de um dia em que uma cliente reclamou do tamanho do alho-porró, pedindo que ele reduzisse o preço, e ele explicou que aquele alimento estava sendo cultivado a seis meses, com cuidados diários. Nesse momento, ter acesso àquela informação, fez toda a diferença para nós, eu e a cliente, transformando as noções de tempo e trabalho envolvidos nos alimentos ali presentes.

Por diversas vezes presenciei agricultores perderem seus produtos por conta da chuva, vento forte, alguma praga ou apenas não vendiam suas mercadorias por conta de um feriado, o que para os produtores significava grande variação em suas rendas. O crescimento das feiras, a partir da implantação do CCFO, tem viabilizado investimentos na produção, possibilitado maior retorno financeiro para os produtores, além de possíveis reelaborações identitárias e organização social a partir da participação nos coletivos das feiras, grupos de comercialização e de certificação¹.

Cabe mencionar que a criação do CCFO se deu em 2010, momento em que havia espaço na política nacional para o apoio à agricultura familiar, principalmente a partir do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)². Programas federais de acesso ao crédito e a mercados foram elementos importantes que tornaram viável, para algumas famílias, o acesso às feiras e uma melhor estruturação de suas produções. Castro (2016) mostra que nos governos Lula-Dilma vimos a implantação de uma série de políticas públicas para a agricultura familiar; para o extrativismo e a diversidade dos modos de produção de alimentos; a comercialização, a distribuição e a aquisição pública de alimentos; a ampliação da produção orgânica e agroecológica; a consolidação da educação do campo; e a integração com o Mercosul. Estas ações, dentre outras, mudaram de forma evidente as condições de produção da agricultura familiar e camponesa no Brasil (Castro, 2016).

É o caso, por exemplo, do Paulinho, agricultor da Feira Orgânica da Glória que foi beneficiário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

¹ É exigência do CCFO que todos os produtores sejam certificados pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), que prevê a organização e o controle social entre os produtores. Esse sistema será explicitado no decorrer do presente trabalho.

² O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado em 1998, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e extinto em maio de 2016 por Michel Temer, ainda na condição de presidente interino, durante o processo de golpe parlamentar ocorrido no mesmo ano.

Familiar (PRONAF - Mais Alimentos), recebendo crédito rural para o financiamento de uma *Kombi*, o que possibilitou que sua família tivesse autonomia para o transporte das mercadorias até a feira. É o caso, também, do Marc, produtor beneficiado pelo “Programa Luz para Todos”, do governo federal, o que possibilitou a estruturação de sua pequena agroindústria.

Muitas histórias no CCFO se assemelhavam à de Edinho e, ao longo dos anos, fui compreendendo a importância de desenvolver pesquisas acadêmicas capazes de captar como se desenvolvem essas novas dinâmicas entre produção e consumo a partir do processo de estreitamento entre campo e cidade, as novas possibilidades que surgem a partir desses movimentos alternativos e, principalmente, dos encontros que acontecem no espaço das feiras orgânicas, cujas vendas são feitas diretamente pelos produtores.

A experiência de dez anos de trabalho junto aos produtores do CCFO me possibilitou enxergar as feiras por um aspecto mais amplo de vivência, não só acadêmico, mas também pessoal e profissional, o que, entre outros elementos, justifica a construção desta proposta de pesquisa. No entanto cabe mencionar que todo o processo de estudo e formação acadêmica desde a graduação e posteriormente no mestrado tem possibilitado uma compreensão sociológica das dinâmicas que envolvem as feiras e seus integrantes. Sendo assim fundamental para que diversas noções fossem amadurecidas e transformadas, o que torna este trabalho o resultado de vivências pessoais e profissionais, reelaboradas pelo estudo acadêmico.

Em 2020, depois de oito anos trabalhando como vendedora na Feira Orgânica da Glória, fui eleita pelo coletivo desta feira para exercer a função de gerente da feira. São atribuições deste cargo a gestão do espaço da feira, organização de eventos para divulgação da feira e promoção da agroecologia, difusão de conhecimento entre os consumidores sobre a garantia da qualidade orgânica dos alimentos, bem como garantir a rastreabilidade dos produtos e o cumprimento do acordo de funcionamento de feiras³. Essa oportunidade

³ O acordo de funcionamento de feiras é um documento formulado pela coordenação da Associação de Agricultores Biológicos do estado do Rio de Janeiro (ABIO), com indicações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e colaboração dos coletivos de feiras. Este material visa determinar normas e diretrizes sobre o funcionamento das feiras pertencentes ao CCFO e geridas pela ABIO, em seus diversos aspectos, tais como: abertura de novas feiras, administração das feiras, punições e rastreabilidade dos produtos, entre outros.

profissional possibilitou um contato ainda mais próximo com os produtores, bem como um entendimento mais ampliado sobre o funcionamento e a gestão do CCFO.

Segundo relatos de produtores da Feira Orgânica da Glória em conversas informais, os jovens representam atualmente uma esperança na continuidade desse movimento e o interesse deles está relacionado com a possibilidade de um trabalho bem remunerado e valorizado. Nesse contexto, me pareceu importante um olhar cuidadoso para o potencial das Redes Alimentares Alternativas nas dinâmicas que envolvem os jovens na produção e comercialização de alimentos.

Espera-se que a presente pesquisa possa contribuir para um conjunto de reflexões acadêmicas sobre como esses novos mercados vêm articulando diversas redes e atores em torno da produção e consumo de alimentos, e de que maneira os jovens rurais se relacionam com essas inovações.



Figura 1: Edinho na Feira Orgânica da Glória (2015)

Figura 2: Edinho, seu pai e Mayná na Feira Orgânica de Ipanema (2016)

Fonte: Arquivos da autora





Figura 3: Paloma, filha de agricultores e vendedora na Feira Orgânica da Glória (2020)

Figura 4: Alan, filho de agricultor, músico e vendedor na Feira Orgânica do Leblon (2018)

Fonte: Arquivos da autora, 2020



INTRODUÇÃO

A falta de perspectivas perante as condições sociais às quais os jovens rurais estão submetidos no contexto de modernização da agricultura, com a desvalorização do campo e as dificuldades de acesso à terra e a serviços básicos, tem nutrido incertezas quanto à sua permanência na agricultura, muitas vezes levando-os a recusar a profissão tradicionalmente executada por seus familiares e a migrar para outras regiões em busca de novas possibilidades de trabalho e estudo.

O esvaziamento do meio rural no Brasil há tempos tem sido alvo de estudos e se intensificaram a partir da década de 1980, dada sua importância nas dinâmicas que envolvem as relações entre campo e cidade e às condições demográficas do país. São muitas as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar⁴ frente ao processo de modernização agrícola implementado no Brasil a partir de 1960, que passou a utilizar maquinários, insumos químicos e sementes modificadas. Segundo Preiss e Marques (2015), ainda que nos últimos 20 anos tenha havido um crescimento estável na produção de alimentos em nível mundial, esse modelo de agricultura convencional tem gerado uma série de impactos sociais e ambientais, tais como o aumento do desemprego e da desigualdade social, a desvalorização cultural das populações do campo, a intensa migração para a cidade, a deterioração ambiental e a escassez de terra e recursos naturais.

Segundo dados do último Censo Agropecuário do IBGE (2017), o número de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias diminuiu em 9,2% em relação ao censo anterior, de 2006. Jovens de até 29 anos representam 5% do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, enquanto 60% possuem entre 30 e 59 anos e 34% possuem 60 anos ou mais. Dentre esses últimos, 81% são homens e 19% mulheres. Para Stropasolas (2011), a garantia da continuidade da agricultura familiar está relacionada, além da reprodução do patrimônio material entre gerações, à propriedade da terra e ao processo de

⁴ Existe um amplo debate sobre as categorias sociais camponato e agricultura familiar. No entanto, utilizo aqui a categoria agricultura familiar a partir da definição prevista na Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse grupo.

transmissão de um patrimônio histórico e sociocultural da parte dos mais antigos para os mais jovens agricultores.

A lógica competitiva do mercado agroindustrial tem sido um dos grandes desafios encontrados pelos pequenos agricultores para o escoamento de sua produção, uma vez que no modelo agroalimentar industrial, a existência de atravessadores e redes varejistas e atacadistas gera baixo retorno econômico para os mesmos, demandando uma produção em maior quantidade, mas padronizada e com menor diversidade, com ênfase nas monoculturas em detrimento de sistemas diversificados de cultivo. Para Schneider e Ferrari (2015), os limites desse modelo de produção, distribuição e comercialização de alimentos podem ser observados através do aumento da concentração econômica e fundiária, da seleção e exclusão dos pequenos agricultores e, sobretudo, do aumento do êxodo rural. Tais efeitos negativos da modernização agrícola têm causado questionamentos também por parte dos consumidores urbanos, que sofreriam um processo de “desafeição alimentar”, caracterizado por uma crescente desconfiança em relação aos alimentos devido à sua forma de produção e aos riscos alimentares (RENTING et al, 2003 apud PREISS; MARQUES, 2015).

A construção de novos mercados, baseados em comércios locais, resgate de tradições agroalimentares e diminuição dos custos tanto para os agricultores quanto para os consumidores, tem sido fundamental para a implementação de modelos de produção mais ecológicos e sustentáveis. Essas iniciativas chamadas por autores como Schneider e Gazolla (2017), Renting, Marsden e Banks (2017) e Goodman et al (2012), como Cadeias Curtas de Abastecimento ou Redes Alimentares Alternativas, e envolvem grupos organizados em redes, associações e feiras para a venda direta, onde agricultores e consumidores tornam-se protagonistas ao longo dos processos de produção, distribuição e consumo.

Essas novas Cadeias Curtas de Abastecimento, Circuitos Curtos de Comercialização ou Redes Alimentares Alternativas, como são chamadas por autores como Schneider e Gazolla (2017), Darolt (2016), Renting, Marsden e Banks (2017) e Goodman et al (2012), envolvem grupos organizados em redes, associações e feiras para a venda direta, onde agricultores e consumidores

tornam-se protagonistas ao longo dos processos de produção, distribuição e consumo.

Segundo Preiss e Marques (2015), esse movimento faz parte de um processo de re-localização alimentar, que, além de propor uma aproximação geográfica entre quem produz e quem consome, está pautado na valorização da origem sociocultural e ecológica dos alimentos e no resgate de conhecimentos tradicionais e hábitos alimentares locais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e da segurança alimentar e nutricional, tanto no campo quanto na cidade.

A partir da verificação de um contingente significativo de organizações que visam à criação e ampliação de mercados alternativos ao modelo da grande agroindústria, pautados na inter-relação de atores envolvidos na produção, processamento, distribuição e consumo de produtos alimentares (RENTING et.al., 2017; SCHNEIDER e GAZOLLA, 2017; PORTILHO e FERREIRA, 2019), esta pesquisa teve por objetivo analisar as relações entre a emergência e expansão dessas organizações e os jovens rurais. Investigando, em especial, possíveis transformações na dedicação a atividades relativas à agricultura e na redução do fluxo migratório no campo.

Para tanto, o primeiro capítulo da dissertação se destinou a uma revisão bibliográfica dos debates sobre juventude rural no contexto brasileiro, a partir de autores como Weisheimer (2005 e 2013), Menasche e Gaviria (2006) e Castro (2007 e 2009), incluindo abordagens sobre as novas ruralidades (CARNEIRO 1998; WANDERLEY, 2000), os impasses sobre a permanência dos jovens no campo (KUMMER e COLOGNESE, 2013) e, finalmente, a importância da renda e do consumo como fatores de viabilização da mobilidade material e simbólica dos jovens rurais (WEDIG e MENASCHE, 2009). Além disso, busquei compreender como os jovens têm se organizado nos ambientes rurais, suas vidas cotidianas, suas aspirações, dificuldades, desafios e, principalmente, as mudanças produzidas a partir do seu engajamento nos circuitos curtos de produção, comercialização e consumo de alimentos.

O segundo capítulo da dissertação foi direcionado ao debate sobre o *quality turn* (GOODMAN, 2003) e às questões relativas às transformações agroalimentares em torno da qualidade dos alimentos, alicerçada em novas formas de organização econômica (SCHNEIDER e CASSOL, 2015). Partindo

dos debates sobre as Redes Alimentares Alternativas (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012; PORTILHO e FERREIRA, 2019), circuitos curtos de comercialização (SCHNEIDER e GAZOLLA, 2017), consumo político (PORTILHO et al, 2011) e ativismo alimentar (COUNIHAN e SINISCALCHI, 2014; PORTILHO, 2020), refletimos sobre os efeitos da construção de novos mercados na vida dos jovens rurais, no contexto brasileiro.

No terceiro capítulo abordamos o histórico do desenvolvimento da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro e a criação e expansão da Feira Orgânica da Glória e do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO).

O quarto e último capítulo apresenta a análise dos dados obtidos no trabalho de campo, realizado com jovens envolvidos em diversas etapas do processo de produção e comercialização de alimentos orgânicos do CCFO.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada na pesquisa partiu do amplo contato da autora com o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e seus participantes para construir instrumentos qualitativos e quantitativos de coleta e análise de dados, além da observação participante no espaço da feira. Foram aplicados questionários e realizadas entrevistas semiestruturadas com diferentes atores sociais ligados à feira desde sua criação, mas com ênfase nos jovens que trabalham como produtores e feirantes, oriundos de diversas regiões rurais do estado do Rio de Janeiro.

A primeira fase deste trabalho contou com pesquisa bibliográfica em torno dos seguintes temas: jovens rurais, novas ruralidades, redes alimentares alternativas e circuitos curtos de comercialização. O acúmulo desses referenciais teóricos serviu para orientar as discussões e possibilitaram a compreensão das dinâmicas dos fenômenos que nos propusemos a estudar.

A segunda fase da pesquisa compreendeu o trabalho de campo, composto por três momentos: o primeiro referiu-se ao campo exploratório realizado nos primeiros dois anos da pesquisa, somados aos dez anos de trabalho e interação da autora nas feiras do CCFO; no segundo momento, foi realizada uma tentativa, que se mostraria infrutífera, de mapeamento quantitativo de todos os jovens participantes do CCFO, com a aplicação de um questionário através de uma plataforma virtual; no terceiro momento, foram feitas entrevistas em profundidade com diferentes atores sociais ligados à Feira Orgânica da Glória desde sua criação, dando ênfase aos jovens feirantes e produtores.

A proximidade profissional da autora com os sujeitos da pesquisa possibilitou a realização de um trabalho de campo exploratório baseado em observação participante e conversas informais direcionadas à temática abordada, o que direcionou a elaboração da proposta de pesquisa e posteriormente seu desenvolvimento. É importante mencionar que, apesar de não estruturada nem voltada para uma pesquisa acadêmica, a observação e a interação ao longo dos dez anos de trabalho no CCFO possibilitaram à autora uma análise com recorte temporal muito maior do que a pesquisa propriamente dita, incorporando informações sobre a vida desses jovens e, em alguns casos, sua trajetória profissional, como é o caso do Edinho, citado acima, e de outros feirantes.

Considerando o contexto de pandemia vivido desde março de 2020, a realização de um trabalho de campo integralmente presencial teve que ser abandonada, exigindo adequações na metodologia de pesquisa. Ainda que as feiras tenham funcionado por todo esse período, algumas entrevistas e questionários precisaram ser realizados de forma remota, de modo a garantir segurança para todos.

Apesar da pesquisa ter como objeto de estudo inicial os jovens envolvidos com o CCFO, devido à dificuldade momentânea de circulação entre as 22 feiras que compõem o CCFO e de viagens para as áreas de produção, o trabalho de campo presencial ficou restrito à Feira Orgânica da Glória, ao ambiente virtual e a uma visita ao Sítio Quaresmeiras. A escolha por este recorte de campo se deu pela proximidade já estabelecida com os sujeitos, pois, além dos anos de trabalho no local, atualmente sou gerente desta feira, o que me proporciona um contato semanal com esses atores.

No entanto, outros importantes elementos contribuíram para que essa feira fosse o foco central do estudo, tais como sua importância na história da agricultura orgânica do estado do Rio de Janeiro, tornando-se referência para a posterior criação do CCFO. Em seus 27 anos de existência, a Feira Orgânica da Glória tem reunido agricultores pioneiros no cultivo de alimentos orgânicos, englobando ao menos duas gerações de produtores e consumidores. Isso possibilita uma compreensão mais aprofundada sobre as trajetórias dos jovens rurais e as implicações do engajamento no CCFO para suas vidas. O trabalho de campo nesse local foi composto pela observação participante e realização de entrevistas em profundidade, possibilitando uma análise de dados qualitativos relacionados a uma das experiências de Rede Alimentar Alternativa mais antigas do estado do Rio de Janeiro.

Assim, a partir dos contatos já estabelecidos em outras feiras e do auxílio tanto dos feirantes da Glória quanto dos coordenadores de outras feiras do CCFO, foi realizada uma tentativa de aplicação de um questionário em formato virtual, através plataforma *Google Formulários*, para ser aplicado a todos os jovens envolvidos no CCFO, a fim de elaborar um banco de dados com informações preliminares para o mapeamento dos jovens envolvidos em todos os processos, desde a produção de mercadorias, a montagem da carga, até a comercialização.

Na etapa de pré-teste, o questionário foi encaminhado para cerca de 15 pessoas, colegas da pós-graduação e familiares. Mesmo conhecendo muito bem todos os envolvidos neste pré-teste e havendo explicado com antecedência do que se tratava, apenas 10 responderam, o que apontou para possíveis dificuldades de acessar as pessoas por esse meio virtual. Ainda assim, as respostas obtidas nesta fase foram de grande serventia, pois ajudaram a mapear o tempo de resposta, as dificuldades de compreensão das perguntas e outras questões apontadas pelos colegas respondentes, o que ajudou a preparar uma versão final, mais curta e objetiva, do questionário. Importante ressaltar que havia uma pergunta, ao final do questionário, sobre o interesse do respondente em participar de uma entrevista com a autora para aprofundamento da pesquisa, com espaço para o nome e o contato daqueles que estivessem disponíveis (Anexo 1).

Em seguida, foi realizada uma reunião junto à coordenação geral da Abio para a apresentação da proposta de pesquisa e solicitação do seu apoio na divulgação do questionário⁵. O tema foi, em seguida, levado para a reunião da diretoria desta mesma associação, que considerou a pesquisa importante tanto para o CCFO, quanto para a Abio e para o movimento de agroecologia e de orgânicos como um todo. A Abio solicitou que, ao término da pesquisa, os resultados sejam apresentados aos seus colaboradores de modo a possibilitar a elaboração de estratégias de atuação da organização no sentido de estimular o envolvimento dos jovens com a agricultura.

Como resultado desta reunião foi realizada uma parceria com o setor de comunicação da Abio para que o questionário pudesse circular por todos os espaços do CCFO coordenados pela associação. O questionário foi divulgado nos grupos de *WhatsApp* das pessoas envolvidas nas feiras do CCFO e dos coordenadores das feiras, além de enviado para alguns contatos pessoais que haviam sido reunidos nos últimos anos. Junto com o questionário, foi enviado um vídeo de apresentação e uma pequena mensagem da diretoria da Abio

⁵ Apesar de o CCFO ser composto também por outras organizações, a escolha pelo contato somente com a Abio deve-se à importância da sua atuação dentro do circuito, uma vez que esta associação é responsável pela gestão de grande parte das feiras, especialmente à do bairro da Glória, onde se pretendia realizar o trabalho de campo presencial, além de reunir grande parte dos produtores certificados.

demonstrando apoio e estímulo à participação na pesquisa, além do *link* para o formulário a ser preenchido por qualquer pessoa que se reconhecesse como jovem, proveniente de áreas rurais e que tivesse algum vínculo com o CCFO.

Mesmo com esta estratégia, a dificuldade em mobilizar os jovens para preencherem o questionário foi grande. Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2021, tentei insistentemente obter mais respostas, reencaminhando a mensagem aos domingos (dia de descanso da maioria dos produtores) e solicitando o compartilhamento e o preenchimento do questionário. Paralelamente a estas tentativas, foi elaborado um roteiro (Anexo II) para entrevistas aprofundadas com jovens participantes da Feira da Glória e com os que demonstraram interesse no questionário.

Após cerca de dois meses de tentativas com o questionário, apenas 16 pessoas haviam respondido⁶, o que tornou inviável a ideia inicial de um mapeamento completo dos jovens envolvidos no CCFO. Dentre as 16 respostas obtidas, quatro respondentes manifestaram interesse e foram, posteriormente, contatados para uma entrevista presencial ou virtual.

Assim, o foco da pesquisa se voltou para as entrevistas presenciais com os jovens que trabalham na Feira da Glória e, ainda, com outros jovens ligados ao circuito e que demonstraram interesse em participar. Vale notar que, apesar das recomendações de distanciamento social relacionadas à pandemia de Covid-19, a Feira da Glória seguiu funcionando após uma interrupção de apenas uma semana. Trata-se de um serviço de caráter essencial (comércio de alimentos) e que funciona ao ar livre, o que reduz os riscos de contaminação. Como eu trabalhava presencialmente nesta feira durante esta fase da pesquisa, decidimos que a entrevista presencial poderia ser feita neste espaço, seguindo os protocolos de segurança, como o uso de máscaras e a manutenção de distância de um metro e meio.

O roteiro de entrevista levou em conta diversos aspectos, tais como as condições de vida dos jovens e suas famílias, suas histórias de vida, seu

⁶ Até o momento de realização desta pesquisa não se sabe ao certo quantos jovens participam do CCFO. Porém, pelas minhas observações, e considerando as informações dos entrevistados, estimo que atualmente haja, ao menos, 100 jovens envolvidos em alguma parte da cadeia produtiva relacionada a todas as feiras do CCFO.

envolvimento com a agricultura e com o CCFO, acesso à internet, nível de escolaridade, temas de interesse, atuação política, renda pessoal e da família, relações com os consumidores da feira e alimentação pessoal. Foram entrevistados cinco jovens que trabalham na Feira Orgânica da Glória na parte de vendas, quatro que trabalham na produção agrícola, três que trabalham em ambos, produção e comercialização, uma que trabalhou por alguns anos na venda e atualmente está na produção, embora escoe suas mercadorias em outros canais, pois ainda não possui certificação, e, finalmente, um que fornece assistência técnica a uma produtora, totalizando, assim, 14 jovens entrevistados.

As entrevistas aconteceram no período de fevereiro a julho de 2021. Seis delas foram realizadas, de modo presencial, na Feira Orgânica da Glória, como explicado acima; três foram realizadas na cidade de Duas Barras/RJ; outras cinco ocorreram em formato virtual. A duração de cada entrevista variou entre 30 minutos e uma hora, todas foram gravadas e transcritas pela autora. A partir desse material, foi elaborada uma tabela para a sistematização dos dados, cruzando os temas abordados e as pessoas entrevistadas. Em seguida, foram feitas outras tabelas para análise dos dados, relacionando os objetivos da pesquisa e as respostas dos entrevistados.

CAPÍTULO I – JOVENS RURAIS E OS FRUTOS DE UM NOVO TEMPO

O tema dos jovens rurais tem sido abordado por uma gama de autores que buscam compreender de que modo as novas dinâmicas que envolvem o meio rural contemporâneo têm impactado a vida dos jovens. A partir de um detalhado levantamento sobre a produção acadêmica brasileira em torno da temática juventude rural, entre os anos de 1990 e 2004, Weisheimer (2005) aponta quatro principais linhas de pesquisa: 1) Juventude e Educação Rural; 2) Juventude Rural, Identidades e Ação Coletiva; 3) Juventude Rural e Inserção no Trabalho; e 4) Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar.

Apesar dessa diversidade de abordagens, tal temática apresenta-se como um campo relativamente recente no Brasil. Segundo o autor, as pesquisas e publicações expressam um crescimento significativo apenas a partir do ano 2000, o que evidencia um baixo interesse, durante muito tempo, por parte dos pesquisadores brasileiros, sobre os dilemas vividos pelos jovens rurais.

Um dos motivos relacionados a essa falta de interesse pelo tema, ainda segundo o autor, deve-se ao fato de os jovens do campo serem considerados minoria entre os jovens no Brasil, o que se explica por uma abordagem baseada no recorte populacional específico e sustentado por dados, como o do IBGE (2010), que indica que a maior parte, cerca de 84%, da população brasileira vive em áreas urbanas (WEISHEIMER, 2013).

Essa percepção dos jovens rurais enquanto grupo minoritário os coloca em um lugar de marginalização, exclusão social e, até mesmo, de desinteresse acadêmico. A histórica relação hierárquica entre campo e cidade produziu uma noção de progresso associada à urbanização, levando à invisibilidade da categoria “juventude rural” e, conseqüentemente, à carência de políticas públicas que considerem esses jovens enquanto sujeitos prioritários (CASTRO, 2007; WEISHEIMER, 2013). O que se observa é que a reprodução dessa relação hierárquica entre urbano e rural produz construções estigmatizantes, onde, em alguns contextos sociais, morar no campo é desvalorizado culturalmente (CASTRO, 2009). Esse estigma se expressa, sobretudo entre os jovens, em identificações pejorativas, como “roceiros”, “caipira” e “matuto”, entre outros nomes.

A deficiência ou, em alguns casos, inexistência de políticas públicas voltadas para os jovens rurais prejudica a possibilidade de permanência em seus territórios pela dificuldade de acesso à educação, saúde, lazer, tecnologias e mercado de trabalho. Além disso, expressa uma seletividade por parte do Estado, provocada pelo ideal de juventude urbanizada e moderna (WEISHEIMER, 2013).

Apesar do recente crescimento do interesse pelo tema, Castro (2007) argumenta que a juventude rural ainda é constantemente associada ao “problema” da migração do campo e sinaliza que a imagem de um jovem desinteressado pelo meio rural e pelo trabalho agrícola contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades e demandas sociais. Para a autora, a participação de jovens em movimentos sociais do campo e, principalmente, em organizações de juventude aponta para um processo de consolidação dos jovens enquanto atores políticos, mas implica na necessidade de ressignificação do campo, da cidade e das identidades sociais.

A partir de um consenso em relação às dificuldades enfrentadas pelos jovens para sua permanência no campo (CASTRO, 2007) e perante o processo de envelhecimento e masculinização das populações rurais (BRUMER, 2008; WEDIG e MENASCHE, 2009; WEISHEIMER, 2005 e 2013), é importante que as abordagens sobre o tema abandonem noções generalizantes e considerem a diversidade dos processos de construção de identidade desses jovens e as especificidades de como tais identidades se expressam em cada contexto social e perante os desafios colocados. Ainda sobre os problemas enfrentados pelos jovens rurais, Castro (2009) aponta que estes não devem ser analisados de forma apartada das problemáticas enfrentadas pelos pequenos produtores em geral. Estes problemas são, antes de tudo, relacionados à pequena produção familiar, embora alguns, segundo a autora, atingem os jovens de forma mais direta e específica, como o acesso à educação.

1.1 - Jovens múltiplos e diversos

Ao tratar da categoria “jovem”, logo percebemos a diversidade de elementos que a compõe, tornando impossível analisá-la em um sentido unicamente demográfico. As inúmeras composições que a categoria pode assumir em seus contextos variáveis deixa claro que análises a partir de critérios estritamente biológicos são frágeis e incompletas, sendo preciso considerar que “ser jovem” engloba mais do que uma faixa etária e que tais delimitações fazem parte de uma construção social. Desse modo, a abrangência da categoria está relacionada a um conjunto de fatores que compreendem um momento de vida, sendo relacionado muitas vezes à transição entre a infância e a vida adulta, e a processos de subordinação e emancipação. Além disso, tal categoria apresenta-se pela junção de elementos sociais, culturais e familiares que atuam de maneiras distintas na vida desses sujeitos, conforme seu ambiente social (CARNEIRO, 1998; MENASCHE e GAVIRIA 2006; KUMMER e COLOGNESE, 2013). Assim, para esse conjunto de autores, a adoção de noções ampliadas requer, para além da questão etária, a consideração de auto-representações dos próprios sujeitos, bem como de todo o contexto social e cultural em que se encontram.

Compreendendo que a juventude é uma experiência individual transitória, Amit-Talai e Wolf (1995, *apud* Castro, 2009, p. 188) apontam para uma importante reflexão sobre a concepção de juventude a partir da definição de transitoriedade, ou seja, como período de transição, tão comumente empregada nos estudos sobre juventude. Assim, Castro (2009) propõe analisar o que essa percepção representa hoje enquanto categoria analítica e categoria social. Na medida em que essa noção percebe os jovens como categoria social relegada a um espaço de subordinação nas relações sociais, ao privilegiar a característica da transitoriedade, transfere-se para os sujeitos assim identificados a imagem de pessoas em formação, incompletos, sem experiência e, conseqüentemente, indivíduos ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados. Para a autora, essa concepção produz implicações desde a dificuldade de conseguir o primeiro emprego, até a deslegitimação de sua participação nos espaços de decisão.

A inserção profissional no mercado de trabalho pode ser um dos elementos sociais que marcam o início para a vida adulta, contribuindo para a

construção da autonomia financeira em relação à família. No caso brasileiro, isto tende a uma grande elasticidade em termos etários devido às dificuldades de ingresso no mercado de trabalho (CARNEIRO, 1998). Outro elemento frequentemente acionado no que se refere à entrada na vida adulta é a construção de uma unidade familiar autônoma, via casamento. No entanto, em sua pesquisa sobre o perfil de participantes de eventos de movimentos sociais rurais específicos da juventude, Castro (2007) chama atenção para a presença de jovens pais e jovens casados, mostrando que, em alguns casos, a composição de uma família não representa necessariamente um elemento que os exclui da categoria “jovem rural”.

Para Weisheimer (2013), a homogeneização das diferenças presentes no interior da categoria contribui para a invisibilidade de uma série de processos de socialização e modos de viver. Deste modo, é preciso problematizar a construção do próprio objeto “juventude rural”, compreendendo que este se insere em uma construção social em disputa. Logo, o reconhecimento das especificidades presentes nesta categoria nos leva a abandonar a noção de “uma juventude rural”, para compreendê-la de maneira diversa e plural, enquanto “juventudes rurais”. Para o autor, conhecer esse fenômeno é diferenciá-lo dos demais e perceber sua complexidade interna.

1.2 - Novas ruralidades em construção

As transformações em torno das dinâmicas entre urbano e rural têm gerado reações variáveis de acordo com o modo e os cenários em que ocorrem. Segundo Carneiro (1998), em um espaço rural cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, os jovens rurais aparecem como a faixa demográfica mais afetada por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços urbanos e rurais.

Um dos objetivos da presente proposta de pesquisa, portanto, refere-se à compreensão de como essas transformações estão sendo vividas pelos jovens rurais ligados ao CCFO, incluindo as possibilidades ou dificuldades de

permanência em seus territórios e as novas relações que estão sendo estabelecidas a partir da participação em Redes Alimentares Alternativas.

A respeito das novas dinâmicas que envolvem o campo brasileiro, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de abandonar as noções que o compreendem como um espaço exclusivamente agrícola e imerso em relações de subalternidade com relação à cidade. Os diversos arranjos que têm reestruturado as áreas rurais se desenvolvem de maneiras diversas e, por isso, apresentam reações e adaptações aos contextos específicos. Submetidas a novas realidades, as populações rurais têm produzido maneiras diversas de vivenciar as novas ruralidades.

Em seu estudo com jovens rurais na região sul do país, Wedig e Menasche (2009) refletem sobre a questão da renda própria e do consumo relacionados à possibilidade de mobilidade material e simbólica de jovens entre campo e cidade. A pesquisa indicou que as principais motivações dos jovens estudados ao dedicarem-se a ocupações não agrícolas estão relacionadas a uma delimitação mais precisa da jornada de trabalho, ao desejo de uma renda autônoma em relação à unidade familiar e ao acesso a bens de consumo disponíveis aos jovens citadinos. Ao mesmo tempo, os jovens expressam o desejo de permanecer no campo, valorizando o local de origem e moradia e afirmando seu pertencimento às redes de sociabilidade da família e da comunidade rural. Desse modo, o consumo, para além de atender as necessidades materiais, assume um sentido simbólico pela incorporação de padrões estéticos ligados à modernidade, o que os possibilitaria escapar da visão estigmatizada e pejorativa de “atrasados”, por serem rurais. No contexto pesquisado pelas autoras, um componente muito presente entre os jovens que possuem renda própria, tornando-se emblemático dessas novas ruralidades, é a motocicleta, que aparece como um elemento de ligação simbólica e material, permitindo que os jovens transitem entre campo e cidade.

No caso dos jovens participantes do CCFO, em sua maioria habitantes da região serrana do estado do Rio de Janeiro, também é possível observar o desejo e a valorização de carros e motos entre aqueles que possuem renda, principalmente entre os rapazes. Os carros, além de serem importantes para o transporte das mercadorias, também possibilitam maior circulação entre as regiões vizinhas e, assim, acesso ao lazer. Desta forma, os automóveis se

tornam, além de um objeto de locomoção, um elemento agregador e de sociabilidade. Nesse contexto, é muito comum entre os jovens a prática de “tunar” os carros, ou seja, o ato de customizá-los de acordo com seus gostos e estilos, realizando modificações estéticas internas e externas, além de melhorias na performance do motor do veículo. Tais situações nos mostram que é preciso estar atento às análises dicotômicas, pois a incorporação de valores e estéticas associadas ao modo de vida urbano não pode ser considerada, necessariamente, como uma negação da cultura de origem, mas sim uma expressão dessa ambiguidade vivida pelos jovens, numa busca por obter o melhor que os dois mundo têm para oferecer (CARNEIRO, 1998; WEDIG; MENASCHE, 2009).

Nesse sentido, podemos observar que as transformações resultantes de processos sociais globais, como a urbanização, a industrialização e a modernização da agricultura, não se traduziram em uma “uniformização” do rural brasileiro, mas sim em uma reorganização social desses territórios, incluindo o surgimento de novas ruralidades, que devem ser analisadas em seus contextos e a partir de suas particularidades (WANDERLEY, 2000).

Assim, nas novas dinâmicas que atravessam as regiões rurais brasileiras, observa-se uma comunicação cada vez mais constante entre os espaços urbanos e rurais. Com isso, não se pode mais falar do rural em uma perspectiva de isolamento, dicotomia e oposição. Para Wanderley (2000 e 2007), parece evidente que a resistência do meio rural hoje expressa, cada vez mais, a escolha por certo modo de vida, que inclui o melhor dos dois mundos.

O modelo de desenvolvimento da agricultura adotado em grande medida no Brasil tem imposto uma série de transformações no meio rural, envolvendo diversos processos, como a modernização e a industrialização da agricultura e a especulação de terras, entre outros. No entanto, esses processos relacionados ao sistema agroalimentar dominante têm gerado contestações, tanto por parte dos pequenos produtores rurais, quando dos consumidores urbanos, que têm mobilizado iniciativas alternativas em torno da produção e comercialização de alimentos. A transição para uma produção orgânica e agroecológica também tem gerado transformações no meio rural no que se refere à aproximação com as cidades, à reelaboração de identidades e a mudanças no padrão de consumo, entre outros elementos.

No entanto, ao tratar do tema, percebemos que ainda há lacunas no tocante aos estudos que analisem as perspectivas dos jovens rurais sobre as transformações decorrentes dos processos de envolvimento com Redes Alimentares Alternativas. Nesse sentido, a presente pesquisa se insere no contexto das transformações das relações entre campo e cidade a partir desses movimentos alimentares alternativos. Analisando como os jovens participantes do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO) têm vivenciados esses processos. Considerando que as feiras que fazem parte deste circuito envolvem o contato direto entre produtores e consumidores, tornou-se interessante compreender como são forjadas e transformadas as identidades desses atores e quais são as perspectivas desses jovens em relação à permanência no campo.

CAPÍTULO II – PRODUÇÃO E CONSUMO SOB NOVA PERSPECTIVA

Atrelada aos processos de transformação do meio rural está a expansão dos centros urbanos. Os impactos do sistema alimentar dominante, baseado no modelo de produção industrial globalizado, a qual chamaremos aqui de convencional⁷, tem afetado diretamente tanto as populações rurais quanto as urbanas.

Torna-se cada vez mais difícil para os consumidores conhecer a origem dos alimentos, seus riscos e modo de produção, principalmente quando se trata de produtos industrializados. Esse cenário é resultado de um reordenamento social e econômico pautado na modernização e globalização da agricultura que vem se expandindo desde o pós-guerra. Programas de desenvolvimento focados na tríade modernização da agricultura, urbanização e industrialização passaram a ser implementados como uma alternativa para acabar com a fome, através da produção de alimentos baratos e em grande quantidade (PREISS; MARQUES, 2015). Esse projeto, que ficou conhecido no Brasil como Revolução Verde, tem se expandido com grande velocidade, consolidando assim o processo de deslocalização do sistema alimentar.

Como sinalizam Goodman, DuPuis e Goodman (2012), questões como a insegurança alimentar e as diversas crises sociais e ambientais são resultantes desse modelo de agricultura convencional intensiva, dependente de combustíveis fósseis, insumos químicos e maquinários. É importante mencionar que esse modo de produção tem gerado alterações na dieta de grande parte da população, criando produtos de fácil preparo, associados ao estilo de vida ocidental, dietas ricas em gorduras animais e alimentos ultraprocessados, possibilitando o consumo de alimentos independentemente do local ou estação do ano (PREISS, MARQUES, 2015; GOODMAN et al, 2012).

Para Schneider e Gazolla (2017), as cadeias agroalimentares, termo utilizado para se referir à interação das diferentes atividades e etapas que fazem parte da produção de bens no setor primário, são na verdade cadeias agroindustriais, pois envolvem uma complexa rede de agentes intermediários, o

⁷ Embora a literatura utilize termos como “hegemônico” e “dominante”, optei aqui pelo termo “convencional” por ser a nomenclatura utilizada pelos agricultores que participam do CCFO na busca de diferenciar os alimentos com agrotóxicos, dos alimentos produzidos pela agricultura orgânica.

que, segundo os autores, começa antes mesmo de jogar uma semente na terra, com a compra de insumos, sementes e combustíveis para o maquinário agrícola. Essa complexa rede de relações torna essas cadeias cada vez mais longas, fazendo com que os alimentos cheguem ao consumidor sem informações sobre sua qualidade e origem, tais como seu local de produção ou modo de cultivo/processamento.

A reestruturação da indústria de processamento, de grandes empresas de comercialização e das cadeias de supermercados tem resultado no que Ploeg (2009) chama de Impérios Alimentares, que exercem um poder monopólico sobre as relações que encadeiam a produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos. Segundo ele, a fusão desses elementos tem criado um novo regime alimentar global que afeta diretamente os ecossistemas nos quais a agricultura tradicional, a qualidade dos alimentos e suas formas de distribuição e consumo estão enraizados, tornando a produção agrícola cada vez mais dependente do capital industrial e financeiro.

Este processo de deslocalização do sistema alimentar não está relacionado apenas ao distanciamento geográfico entre a produção e consumo, mas também, em alguns contextos, à desnaturalização do alimento e a perda do seu vínculo sociocultural. Isso leva a um distanciamento social e cognitivo, onde qualquer coisa pode estar disponível na prateleira de qualquer supermercado, a qualquer momento (PREISS, MARQUES, 2015).

Segundo Cruz (2012), esse processo de realocação se dá de formas diferentes a depender dos contextos em que estão inseridos. Países ou regiões que passaram por um intenso processo de industrialização agrícola tiveram seus conhecimentos locais e relações de proximidade amplamente degradadas e atualmente estão em curso iniciativas que visam uma “reconexão”. Já os locais onde a modernização da agricultura foi menos intensa, como o Brasil, esse processo de realocação tem se dado de forma diferente, de modo que as novas iniciativas buscam o reconhecimento e legitimação das práticas, modos de produção, conhecimentos tradicionais e relações de proximidade ainda presentes nas regiões.

Contudo, percebemos que mesmo com estratégias diversas, a depender do modo em que as regiões têm vivenciado os processos de industrialização e

globalização, iniciativas têm sido empregadas no sentido de criar resistências ao avanço desse modelo de agricultura convencional e seus impactos.

2.1 – A Virada da Qualidade e as Redes Alimentares Alternativas

Nos últimos anos, escândalos alimentares relativos ao modo de produção convencional têm explicitado uma série de riscos, tanto em termos de saúde quanto em nível ambiental, político e social. Dentre eles podemos destacar o desmatamento e as queimadas para o avanço da produção agropecuária, com ampla contribuição para o aquecimento global; a proliferação de doenças zoonóticas (originárias de animais); o crescimento de doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e obesidade, decorrentes da má alimentação; além da questão da fome, que persiste em grande parte do globo.

Frente a esse contexto de modernização da agricultura, ampliação do mercado global de alimentos e as diversas problemáticas geradas pelo sistema alimentar convencional, uma série de iniciativas passaram a ser mobilizadas como reação aos efeitos provocados nas populações rurais e urbanas, no que diz respeito à saúde, e às questões sociais e ambientais.

Nos estudos acadêmicos, as ponderações relativas aos limites desse sistema alimentar e a demanda por alimentos de qualidade têm indicado, além de uma mudança no padrão de consumo alimentar, a emergência de novos modelos de produção, comercialização, processamento e consumo de alimentos. Esse fenômeno tem sido chamado na literatura internacional de “*quality turn*”, tendo, como conceitos principais, a qualidade alicerçada na confiança, tradição e localidade. Segundo Goodman (2003), um dos principais autores nesse debate, esse movimento é caracterizado pela busca de consumidores reflexivos⁸ por alimentos seguros, locais e de qualidade diferenciada, de modo que os significados materiais e simbólicos dos alimentos passam a ser intensamente contestados, contribuindo para a construção de sistemas alimentares localizados.

⁸ O argumento em torno dos consumidores reflexivos tem sido problematizado no debate acadêmico recente.

Nesta perspectiva, compreende-se como qualidade diferenciada os alimentos que envolvem atributos como proximidade, reputação de produtores, modos de produção tradicionais, história e cultura das regiões. Comparativamente, esses alimentos superam a qualidade dos alimentos oriundos da produção em larga escala, que tem como referência a padronização do alimento (CRUZ, 2012).

Envolto por esses propósitos, grupos formados em grande parte por uma articulação entre produtores e consumidores politizados têm se desenvolvido em diversas regiões do mundo. Esses movimentos têm elaborado novas estratégias que conectam produção, abastecimento e consumo, de modo a suprir suas demandas, levando em consideração os aspectos sociais, culturais e ambientais. A noção qualidade é acionada como elemento chave para a formação de redes alimentares alternativas.

Tais iniciativas surgem exatamente em um cenário de contestação do modelo convencional de produção e de recusa à mercantilização das relações, em que indivíduos se organizam em pequenos grupos, visando uma interlocução mais horizontal entre campo e cidade. Os ativistas desses movimentos têm criado espaços econômicos e culturais para a produção, o comércio e o consumo de alimentos, baseados em outros referenciais e racionalidades, como o comércio justo, a produção local e os alimentos orgânicos, agroecológicos e de qualidade diferenciada (GOODMAN et al, 2012). Neste sentido, a virada da qualidade, para produtores e consumidores, está diretamente associada à emergência de cadeias e redes alimentares alternativas, operando às margens da dominante produção industrial de alimentos (FERRARI, 2011).

Feiras que visam o contato e a venda direta com o produtor, lojas de comércio justo (*fair trade circuits*), redes de agroecologia, agricultura urbana e outras formas de organização que abrangem mercados socialmente construídos têm sido chamadas por Goodman, DuPuis e Goodman (2012) de *Alternative Food Networks* (AFNs), traduzido como Redes Alimentares Alternativas. Para esses autores, tais redes podem ser percebidas como “comunidades de práticas” formadas por consumidores e produtores capazes de criar espaços materiais e simbólicos para o fornecimento de alimentos. Essa abordagem se estende a movimentos sociais cujas críticas aos sistemas alimentares convencionais se baseiam em valores éticos, de justiça social e sustentabilidade ecológica, além

daqueles que adotam uma crítica estética, baseada na conservação de culturas alimentares regionais, localismo e paisagens tradicionais de cultivo.

Imersas nas noções de equidade e responsabilidade cívica, parte dessas iniciativas buscam subverter não só o sistema agroalimentar industrial, mas também a própria forma da mercadoria, onde a comida é tratada como um bem público, priorizando sua origem, qualidade e equidade na distribuição, ao invés do lucro (MC CLINTOCK, 2014). A busca por se contrapor às identidades das pessoas enquanto “consumidores inconsequentes e despreocupados” vem mobilizando espaços de responsabilidade coletiva e proporcionando engajamento cívico, político e social. Para Goodman et al (2012), esses movimentos sociais têm sua ação direcionada principalmente ao mercado, a partir da “economização” da política e da incorporação da moralidade no mercado. Os autores propõem explorar uma análise desses consumidores enquanto atores que articulam e executam valores e práticas éticas, estéticas e políticas nas rotinas diárias de compras.

Importante mencionar a existência de um debate acadêmico que problematiza o alcance analítico da abordagem das redes alimentares alternativas, questionando entre outras coisas, sua condição de alternatividade com relação ao modelo dominante. O questionamento do adjetivo “alternativo” deve-se ao fato de que, na prática, agricultores e consumidores costumam atuar tanto dentro de tais redes quanto nos sistemas alimentares convencionais, o que tornaria essas fronteiras difíceis de serem identificadas (SCHNEIDER e GAZOLLA, 2017). Nesse sentido, autores como Soninno e Marsden (2006) afirmam que mais do que antagonistas e alternativas, essas práticas alimentares tendem a ser interdependentes e permeáveis entre si, atuando na construção de projetos alternativos ao modelo hegemônico⁹, ainda que estejam em algum nível ligado ao mesmo.

Assim, a escolha pelas “redes alimentares alternativas” como um dos conceitos centrais desse trabalho deve-se ao entendimento de que o CCFO, e mais especificamente a Feira Orgânica da Glória, lócus desse estudo, é fruto da

⁹ O debate sobre as relações entre redes alimentares alternativas e convencionais é bastante amplo. Ao longo do trabalho vamos destrinchando alguns desses pontos. No entanto, os limites dessa pesquisa não nos possibilitam esgotar o debate, mas tão somente sinalizar alguns pontos importantes para sua análise.

mobilização de produtores e consumidores que se organizam em rede para acessar e escoar alimentos de qualidade diferenciada em circuitos alternativos aos convencionais. Além disso, a origem dessa iniciativa (trajetória descrita no próximo capítulo) está intimamente ligada ao movimento da contracultura¹⁰, surgido em um cenário de contestação não só do modelo convencional de produção de alimentos, mas de vários campos da vida social, que envolvia críticas ao desenvolvimento industrial como um todo. Dessa forma, o espaço da feira torna-se também espaço para reflexões e trocas de experiências ligadas a diversas questões, tais como plantas medicinais, fitoterapia, pautas ambientais, temas esotéricos e espirituais, entre outras (PORTILHO, 2008).

2.2 – Consumo político e ativismo alimentar

A temática da comida e do comer chama atenção pela centralidade que tem ganhado nas últimas décadas, o que, para Barbosa (2009), é perceptível tanto nos estudos acadêmicos quanto no cotidiano das pessoas. Para a autora, atualmente o comer se expressa como prazer, lazer e interatividade, o que pode ser observado através do crescente número de programas de TV e livros não somente de receitas, mas também de literatura, onde a comida e o comer tornam-se personagens. Além disso, a alimentação tem se convertido em uma esfera de atuação política e ideológica. Neste sentido, a concepção de que “a maneira como se come pode mudar o mundo”, tem sido cada vez mais frequente em diversos países e acompanha ideologias alimentares, como o vegetarianismo, o veganismo e o locavorismo¹¹, entre outras, que surgem como possibilidades de transformação social através da alimentação.

Tais elementos demonstram que o ato de comer tem passado por um processo de transformação, onde uma atividade antes corriqueira, prazerosa e

¹⁰ A contracultura foi um movimento libertário e de contestação, surgido por volta dos anos 1960, e formado, principalmente, por jovens que questionavam os valores centrais vigentes na cultura ocidental, contrapondo-se, entre outras coisas, ao acelerado processo de desenvolvimento industrial presente no pós-guerra.

¹¹ Embora este termo não seja muito usado por pessoas e movimentos sociais brasileiros, Azevedo (2015) o identifica como um movimento alimentar que incorpora a noção de “alimento local”, dialogando com os princípios da sustentabilidade. O locavorismo tem como estratégia a promoção da agricultura familiar, da agricultura urbana, dos sistemas agroalimentares sustentáveis e do bem-estar animal, além de estimular a economia local através da venda direta aos consumidores.

privada converte-se em uma prática altamente consciente, regulada e política, para parte dos consumidores (BARBOSA, 2009). Essas mudanças em torno da alimentação têm se mostrado como um pano de fundo importante para o surgimento de grupos de consumo político, consciente e responsável, contribuindo para novos estudos na área da sociologia consumo e da sociologia da alimentação.

Em relação aos estudos acadêmicos, durante muito tempo a sociologia rural se debruçou quase que exclusivamente nos estudos sobre a produção, negligenciando o papel da alimentação e do consumo como elementos importantes nesse âmbito (GOODMAN; DUPUIS, 2002). Somente nas últimas décadas é que os pesquisadores passaram a analisar sociologicamente o papel do consumo e das práticas alimentares dentro da sociologia rural, abordando as problemáticas relativas à alimentação, a partir de um campo específico nas ciências sociais, a sociologia da alimentação. Essa área tem como objeto de estudo a interação entre os processos biológicos e sociais de produção, consumo e distribuição de alimentos, cujas relações envolvem conflitos e disputas, representações e identidades, além de estratégias econômicas e comerciais por comida e matérias-primas de origem primária (CASSOL, SCHNEIDER 2015).

Goodman e Dupuis (2002) apontam para a problemática que envolve um tratamento assimétrico entre a produção e o consumo, nos estudos agroalimentares. Para eles, apesar dos esforços recentes para incorporar o consumo como objeto da sociologia rural, esta esfera segue prejudicada pela dependência contínua de estruturas teóricas centradas na produção. Na perspectiva da sociologia rural de base marxista clássica, a produção é o lugar de poder e de ação política. Desse modo, os consumidores são vistos como passivos, por não interagirem na esfera política (da produção) e desconhecerem as relações desiguais de poder que, por sua vez, são obscurecidas pelo “véu” do fetiche da mercadoria. Tais abordagens consideram o consumo político como ineficaz ou mesmo um modo de reforçar o poder e a acumulação dentro do sistema capitalista (GOODMAN; DUPUIS, 2002).

Ainda que o consumidor tenha, pouco a pouco, ganhado espaço enquanto categoria teórica nos estudos agroalimentares, Goodman e Dupuis (2002) argumentam que a maioria das análises segue uma estrutura centrada na

produção. Mesmo as abordagens que, em alguma medida, reconhecem o consumo como um elemento importante para ajudar a explicar tendências e direções de mudança no setor agroalimentar, estas não são explicitamente "sobre" práticas alimentares ou de consumo.

Conforme Cassol e Schneider (2015), especificamente no campo dos estudos rurais no Brasil, a alimentação só ganhou visibilidade com a consolidação do processo de globalização da produção e comercialização de alimentos, concentrados cada vez mais nas mãos das grandes empresas. No entanto, os autores também apontam para outros fatores mais recentes que contribuíram para a consolidação da alimentação enquanto questão sociológica, como questões relativas à saúde pública, problemas ambientais, desperdício de alimentos, segurança alimentar e nutricional (SAN) e agricultura familiar.

Ao conquistar seu espaço nos estudos acadêmicos, a alimentação e o consumo têm assumido um lugar de importância, principalmente no que se refere à sua atuação política. Portilho et al (2011) refletem sobre como ações e escolhas cotidianas passaram a ser percebidas como capazes de influenciar empresas e governos, relacionando microcosmos, compostos por condutas individuais, a macrocosmos na esfera global. Para esses autores, o consumo político envolve a percepção, o uso e as escolhas de consumo como forma de participação na esfera pública, em uma tentativa de dar concretude à adesão a valores sociais e ambientais, materializando-os e tornando-os públicos. Assim, a esfera do consumo deixa de ser analisada exclusivamente como forma de reprodução das estruturas sociais reinantes e de estar associada a valores como individualismo, insaciabilidade, anomia e alienação, e se torna também um instrumento e uma estratégia de ação política pautada por valores como solidariedade, responsabilidade socioambiental, participação social e cidadania (BOURDIEU, 2008 *apud* PORTILHO, 2011).

Marcado pelo forte questionamento do sistema agroalimentar dominante e imerso na perspectiva de ideologias alimentares, o consumo político e o ativismo alimentar vêm se desenvolvendo com expressividade em diversas regiões e engloba vários tipos de movimentos em torno da alimentação. Esse modo específico de ativismo refere-se a discursos e ações de pessoas e grupos que se dedicam a tornar o sistema agroalimentar, ou partes dele, mais democrático, sustentável, saudável, ético, de melhor qualidade, culturalmente

apropriado e outras formas correlatas (COUNIHAN e SINISCALCHI, 2014; PORTILHO, 2020). Desse modo, as redes alimentares alternativas são compreendidas como uma forma de ativismo alimentar, inseridas em um guarda-chuva de iniciativas atravessadas por discursos e ações em torno da produção e consumo de alimentos, e que se expressam em níveis diversos de institucionalização, organização ou ainda de modo espontâneo.

Segundo Portilho (2020), estudos sobre mobilizações em torno de temas alimentares têm sido desenvolvidos ao longo do tempo, porém sem acionar a noção de ativismo alimentar. A autora sugere a caracterização do ativismo alimentar, no contexto brasileiro, a partir de duas gerações. A primeira estaria relacionada à politização da alimentação e teria como característica a centralidade das ações na esfera institucional do Estado e de organizações filantrópicas, abordando questões relativas ao combate à fome, distribuição e acesso aos alimentos, soberania e segurança alimentar, entre outras questões. Já a segunda geração inclui os processos de politização da comida e do comer, convergindo questões éticas e estéticas, mobilizadas na esfera do consumo, com reflexões ligadas à pauta ambiental e climática, riscos para saúde, bem-estar animal, valorização da agricultura familiar, qualidade e origem dos alimentos.

Nas feiras orgânicas e agroecológicas, assim como nas iniciativas de compra coletiva, nos grupos de consumo responsável e, mais recentemente, nas ações de movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), é possível observar as influências dessa segunda geração de ativismo alimentar a partir de um comprometimento ideológico por parte dos atores envolvidos com preocupações relativas a questões políticas, ambientais e culturais em torno dos alimentos, da comida e do comer.

2.3 – Redes Alimentares Alternativas no Brasil

Uma estratégia comum às iniciativas brasileiras tem sido a aproximação entre produtores e consumidores, a fim de que esse contato possibilite relações de afeto, confiança, resgate e valorização de tradições alimentares, bem como

a eliminação de intermediários que tornam mais caros os produtos orgânicos e agroecológicos.

Essa aproximação é possibilitada pelo que os autores chamam de circuitos curtos de comercialização, ou cadeias curtas, em detrimento das longas cadeias presentes no modelo de agricultura industrial. Uma das características principais desses circuitos é o fato de um produto chegar ao consumidor com informações sobre o local onde foi produzido, por qual produtor e em que tipo de sistema de produção, desfetichizando a produção. Um ponto importante de distinção entre esses circuitos curtos e longos é, geralmente, a questão do número de intermediários que operam entre a produção e o consumo (DAROLT et al, 2016).

Ainda que na realidade brasileira não tenha havido uma grande ruptura entre produção e consumo, como ocorrido em países do hemisfério norte (CASSOL, SCHNEIDER, 2015), com o desenvolvimento das longas cadeias agroindustriais, os processos de industrialização da agricultura ocorridos no Brasil também geraram formas de distanciamento simbólico e material entre campo e cidade. Desse modo, ao comprar um alimento no supermercado é difícil saber a origem do mesmo, os modos de cultivo e, conseqüentemente, possíveis riscos contidos ali.

Esse “distanciamento” também atua impossibilitando que os agricultores tenham acesso aos mercados de maneira direta, compreendendo as demandas dos consumidores, quem são e como consomem. Dessa forma, acabam vulneráveis aos intermediários e às flutuações dos mercados e das grandes redes varejistas. Neste sentido, a busca pela comercialização direta, característica dos circuitos curtos de comercialização, é um reflexo da busca pela (re)aproximação entre o meio urbano e o rural. Esse movimento permite não só uma aproximação física, mas também simbólica, estreitando laços e redefinindo relações (CASSOL, SCHNEIDER, 2015).

A emergência de experimentações no âmbito da sociedade civil, em especial a conformação de redes agroalimentares alternativas, configuram-se como um tipo de ativismo alimentar baseado na construção de circuitos curtos de comercialização, que reivindicam a incorporação de valores sociais nas práticas de produção, comercialização e consumo, a partir das relações de proximidade entre produtores e consumidores (PORTILHO e FERREIRA, 2016).

Ainda segundo as autoras Portilho e Ferreira (2016), no caso brasileiro, é comum observarmos uma forte aproximação das redes agroalimentares alternativas com os movimentos de economia solidária, seja pela forma como se autodenominam, seja por sua forma de organização baseada na autogestão, ou ainda por nascerem diretamente de movimentos de economia solidária.

A lógica dos circuitos curtos, presente nas redes alimentares alternativas, tende a gerar impactos positivos tanto para produtores quanto para consumidores, pois possibilita oportunidades de trabalho e de renda para agricultores; valorização cultural e dos recursos naturais; remuneração mais correta aos produtores; preços de produtos saudáveis mais acessíveis aos consumidores; incentivo à produção local; transição para sistemas mais sustentáveis; redução do impacto ambiental, pela diminuição no uso de embalagens plásticas e pelo menor gasto energético com transporte (DAROLD et al, 2016).

Apesar de as AFNs estarem ligadas aos movimentos e valores da economia solidária, e de tecerem reflexões sociais em torno dos alimentos, é importante ressaltar uma das principais críticas feitas às redes alimentares alternativas no contexto brasileiro: as desigualdades nas relações sociais de consumo. Ainda que a lógica dos circuitos curtos de comercialização possibilite melhor remuneração para os agricultores, do lado dos consumidores o acesso a esses alimentos ainda é bastante limitado.

Os circuitos curtos costumam oferecer alimentos a preços mais baixos quando comparados à venda de produtos orgânicos em supermercados. No entanto, quando comparados aos produtos convencionais, estes valores ainda são altos para a maior parcela da população, especialmente em alguns gêneros. Segundo David Goodman (2010), além dos preços mais altos, a demanda por tempo-espaço necessários para adquirir e preparar alimentos alternativos e locais, além dos respectivos conhecimentos envolvidos, sugerem a exigência de níveis significativos de capital econômico e cultural para que se tenha acesso a esses sistemas diferenciados de abastecimento. Assim, os espaços das redes alimentares tendem a tornar-se, entre outras coisas, hierarquizados, estratificados por renda e outros indicadores de classe e raça. Nesse sentido, apenas consumidores privilegiados teriam condições de aderir ao que o autor chama de “fuga para a qualidade”.

Este é um ponto crítico das AFNs, especialmente ao se tratar do caso Brasileiro, onde, segundo a Rede PENSSAN (2021), 58,7% da população brasileira vive algum grau de insegurança alimentar (médio ou grave), o que torna este debate ainda mais pertinente e complexo. O contexto brasileiro é composto por cidades e áreas rurais extremamente desiguais e empobrecidas. Parte dos produtores vivem em situação extremamente precarizada, apresentando muitas dificuldades na produção, transporte e comercialização de seus produtos, com pouco ou nenhum apoio do governo para a pequena agricultura familiar. Estes produtores encontram nas AFNs possibilidades de melhor remuneração e sobrevivência frente à profunda crise econômica que o país enfrenta no momento da escrita deste trabalho. Ao mesmo tempo em que uma grande parcela da população passa fome, uma pequena elite de consumidores está disposta a apoiar agricultores familiares, pagando preços mais altos para consumir alimentos de qualidade, porém pouco empenhados em projetos de democratização desses alimentos.

Esforços no sentido de romper com essa tendência socialmente excludente tem ocorrido, principalmente através de cooperativas e do trabalho de movimentos sociais do campo, que, mais recentemente, expandiram sua atuação para as cidades, valendo-se das pautas da soberana alimentar e do direito ao acesso à “comida de verdade” (TANAKA, 2019). Ainda que os preços dos seus produtos sejam elevados em comparação aos convencionais e se assemelhem aos praticados nas feiras orgânicas do CCFO, o que diferencia o trabalho de alguns desses movimentos é o fato de que destinam parte da sua produção para a doação a comunidades pobres e periféricas, além do seu envolvimento político em espaços de discussão e elaboração de políticas públicas de segurança alimentar, como o Consea¹² por exemplo. Vale ressaltar que a recente incorporação das pautas relativas à politização do comer, pelos movimentos sociais do campo, atraiu consumidores urbanos, que se tornaram parte da militância desses movimentos. Esse tipo de atuação direcionada à

¹² O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, órgão colegiado brasileiro de assessoramento à Presidência da República, foi criado em 22 de abril de 1993 e extinto em 01 de janeiro de 2019, uma das primeiras ações do governo de Jair Bolsonaro. Sua principal atribuição era coordenar os programas federais ligados à segurança alimentar e nutricional, com abrangência nacional e atuação no combate à fome e em iniciativas em prol da alimentação saudável, como a redução da utilização de agrotóxicos na agricultura.

doação de alimentos visando ao combate à fome se fortaleceu durante a pandemia e tende a continuar após a mesma. A seguir descrevo algumas dessas iniciativas no estado do Rio de Janeiro.

As experiências promovidas pela Rede Ecológica, através da organização de consumidores para a compra direta (CARNEIRO, 2010), e pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), através da Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis (TANAKA, 2019), têm sido citadas como exemplos de iniciativas que incluem estratégias de politização do consumo, estimulando a compra de produtos orgânicos e agroecológicos, o fortalecimento da agricultura familiar camponesa e o acesso da população a esses alimentos.

A Rede Ecológica é uma associação de consumidores de produtos orgânicos, criada em 2001, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, com o objetivo de viabilizar o abastecimento de lares urbanos com alimentos orgânicos e de ajudar o pequeno produtor a escoar sua produção, através da criação e gestão de um circuito curto de comercialização e compra coletiva (CARNEIRO, 2010). A organização se autodenomina como um movimento social que visa fomentar consumo ético, solidário e ecológico. Segundo consta em seu site, desde abril de 2020 a Rede Ecológica lançou a campanha “Campo e Favela contra o Corona e a Fome”, que apoia sete territórios populares através da doação de cestas de alimentos agroecológicos. Durante muitos anos, a Rede Ecológica manteve como ponto de distribuição de seus produtos a mesma praça em que acontece a Feira Orgânica da Glória, o que gerou uma aproximação tanto dos clientes que consumiam nos dois espaços, quando de produtores que comercializavam nos dois circuitos curtos.

A Cesta Camponesa é uma experiência desenvolvida pelo MPA em vários estados e tem por objetivo oferecer alimentos orgânicos, agroecológicos ou em processo de transição agroecológica, proveniente da agricultura familiar. No Rio de Janeiro, a iniciativa surgiu em 2015 a partir de uma parceria entre o MPA e o projeto de extensão universitária “Assentados da Reforma Agrária e Universidade”, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 2017, o MPA inaugurou o espaço Raízes do Brasil, que se tornou um ponto central de estruturação da Cesta Camponesa no estado do Rio. Além disso, o local funciona como sede do movimento, abriga atividades políticas e culturais, possui hospedagem e um restaurante voltado para a

alimentação saudável e agroecológica (TANAKA, 2019). Durante a pandemia, o movimento iniciou o projeto Mutirão Contra a Fome, que visa distribuir cestas de alimentos agroecológicos em comunidades periféricas da cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Com base nas reflexões apresentadas nos capítulos anteriores, realizamos um estudo sobre uma experiência de rede alimentar alternativa localizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, qual seja, o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO). Nosso objetivo foi compreender como a participação no CCFO atua na vida dos jovens rurais, desejando assim contribuir para as análises dos papéis que estas iniciativas exercem nos jovens rurais brasileiros.



Figura 5: Priscilla e Cesar, consumidores antigos da Feira Orgânica da Glória na barraca Quaresmeiras, junto à feirante Irene.

Fonte: Arquivos da autora, 2022.

CAPÍTULO III – O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas

O CCFO é uma iniciativa de circuito curto de comercialização, de base agroecológica que se organiza a partir de uma rede de feiras destinadas à venda direta de produtos orgânicos, conforme definidos pela Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que rege a agricultura orgânica no Brasil.

O circuito é resultado da parceria entre a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário – SEDES da Prefeitura do Rio de Janeiro e organizações ligadas ao tema da produção orgânica de base agroecológica, que assumem a gestão das feiras. Desde 2010 atua em diversos bairros do Rio de Janeiro a partir de feiras que adotam princípios da economia solidária e comércio justo.

Segundo a última versão do Acordo de Funcionamento de Feiras Orgânicas, aprovado em 2021 pelos participantes do CCFO, entre os objetivos dessa iniciativa estão a criação de canais de venda direta que contribuam para a viabilidade econômica e social de agricultores, produtores e extrativistas orgânicos provenientes do estado do Rio de Janeiro.

Como forma de valorizar a produção local e reduzir os danos ambientais provocados pelos transportes de produtos a longas distâncias, as feiras do CCFO são compostas exclusivamente por produtores do estado do Rio de Janeiro que comercializam diretamente, sem a possibilidade de atravessadores. Nesse sentido, em cada feira é permitida a participação de apenas um comerciante devidamente legalizado para a venda, exclusivamente, de produtos importados de outros estados ou países, que não sejam ofertados pelos outros produtores locais.

Também são objetivos dessa iniciativa viabilizar a ampliação da agricultura orgânica de base agroecológica no estado do Rio de Janeiro, formar cidadãos conscientes sobre o consumo de alimentos orgânicos, proporcionar o acesso de todos aos alimentos orgânicos, bem como fortalecer a organização de produtores e consumidores, entre outros.

3.1 - Origens do CCFO

Durante muitos anos a única feira orgânica da cidade do Rio de Janeiro era a Feira da Glória. Criada em 1994, esta feira surgiu a partir de influências de um importante acontecimento da época, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92 ou ECO 92). Na ocasião do evento, a Associação Harmonia Ambiental – Coonatura organizou uma feira de orgânicos, o que serviu de inspiração para que se instituísse uma feira semanal para a comercialização de produtos orgânicos, sendo esta organização um importante ator na viabilização da feira a ser formada. Segundo relatos dos produtores e feirantes da Glória, a Coonatura solicitou em fevereiro de 1993 uma autorização, junto à prefeitura, para a feira semanal, o que só foi concedido em outubro de 1994 (PORTILHO, 2009).

A Coonatura era uma associação que viabilizava a comercialização de produtos orgânicos, sobretudo vindos do Brejal, região da Posse, distrito de Petrópolis/RJ. Sua origem se deu a partir de uma publicação no *Jornal do Brasil*, em 12 de fevereiro de 1979, com o título “Comida sem Veneno”, que alertava para os riscos do uso de agrotóxicos e insumos químicos nos alimentos e propunha a criação de uma cooperativa de produtores e consumidores dispostos a criar saídas para essa problemática (VALENÇA, 2016). Nesse momento, existia uma compreensão de que os consumidores teriam grande importância no projeto. A partir desta publicação, diversas cartas foram enviadas ao jornal, demonstrando o interesse de muitas pessoas tanto em produzir, quanto em se tornar consumidores deste movimento. Desta mobilização fundou-se a Coonatura que, no primeiro momento, possuía um entreposto para venda de produtos. Em 1981 iniciou-se a produção de alimentos ecológicos, com o aluguel do Sítio Semente no Brejal (VALENÇA, 2016).

Relatos de clientes da Feira Orgânica da Glória, na época associados à Coonatura, mostram que havia também uma fluidez entre os papéis de produtor e consumidor, já que alguns dos associados que entravam como consumidores em algum momento se aventuraram na produção, seja agrícola, seja de produtos naturais caseiros como pães, biscoitos e bebidas fermentadas, entre outros. O comprometimento por parte dos consumidores era algo fundamental para que a engrenagem girasse, tanto no sentido financeiro, quanto em termos de serviços voluntários. A proposta era não só pela “alimentação saudável e sem veneno”,

mas também pelo comércio justo e solidário, um projeto extremamente ideológico e afetivo, segundo relato de antigos associados. Este seria o início de uma grande mobilização que resultou na criação da Feira Orgânica da Glória.

Produtores que comercializam na Feira Orgânica da Glória e que vivenciaram esse momento inicial contam que durante alguns anos a feira funcionou com a coordenação da Coonatura e a “fiscalização”, como eles chamavam, da Associação de Produtores Biológicos do estado do Rio de Janeiro (ABIO). Com grandes dificuldades financeiras e desavenças entre seus associados, em alguns anos a Coonatura é extinta e a ABIO assume a gestão completa da feira.

Na década de 1980 iniciou-se o processo de certificação orgânica no Brasil junto às primeiras associações de produtores orgânicos, locais e regionais, bem como as cooperativas de produção orgânica. Entre estas estava a ABIO, sendo a primeira a estabelecer critérios para a certificação de produtos orgânicos no estado do Rio de Janeiro (VALENÇA, 2016). O surgimento da ABIO se dá a partir da união de um pequeno grupo de agricultores para a fundação da “feirinha da saúde”, em 1984, em Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro. No ano seguinte, em 1985, esse mesmo grupo, composto por dezoito produtores, fundou a associação. Seu objetivo era possibilitar a troca de experiências entre agricultores e viabilizar o escoamento de seus produtos através de pontos de venda de varejo, como feiras, supermercados e lojas de produtos naturais, bem como contribuir para a expansão do movimento orgânico no país (FERREIRA, 2013; VALENÇA, 2016).

Atualmente a atuação da ABIO se dá em três áreas: certificação, apoio à comercialização e participação no movimento orgânico e agroecológico. Junto à Coonatura, a ABIO foi fundamental para a criação e expansão do movimento de orgânicos no estado do Rio de Janeiro.

3.2 – Formação e expansão do CCFO

Em 2007, a ABIO organizou um seminário interno para discutir a temática da comercialização e buscar soluções para as dificuldades de escoamento dos

produtos de seus associados. A partir daí a associação definiu que deveria retomar suas origens e concentrar os esforços na venda direta em feiras e mercados institucionais (FERREIRA, 2013; ABIO, 2020).

Iniciou-se então o processo de mobilização para a criação do que viria a se tornar o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Naquele momento, o então prefeito César Maia implementou uma lei que proibia a abertura de novas feiras livre na cidade do Rio de Janeiro, como forma de organização do espaço público. Isso dificultou a concretização do projeto proposto pela ABIO que visava a venda direta a partir de feiras orgânicas.

Em 2009, a ABIO teve a primeira oportunidade junto à Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES)¹³, ligada à prefeitura do Rio de Janeiro, que promoveu uma feira na região da Lapa, convergindo música, artesanato, reciclagem e venda de alimentos orgânicos. O evento durou quase quatro meses e reuniu um grupo de cerca de vinte agricultores orgânicos que buscavam canais para o escoamento da produção. Esse episódio contribuiu para estreitar a relação entre produtores e a prefeitura, através da SEDES, o que colaborou para a organização e estruturação do CCFO.

Esta aproximação viabilizou o diálogo entre as organizações e iniciou-se então o processo de negociação. Foram realizadas algumas reuniões entre a ABIO, as associações de moradores dos bairros indicados, a SEDES e a Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP), responsável pela autorização do uso do espaço público na cidade do Rio de Janeiro. A inauguração da primeira feira do circuito ocorreu em 29 de maio de 2010, no Bairro Peixoto/Copacabana, e logo depois surgiram as feiras do Leblon, Ipanema, Jardim Botânico e Tijuca. No mesmo ano, a Feira Orgânica da Glória é incorporada ao CCFO. O decreto da prefeitura só saiu em 2012 e durante esse período o CCFO contava com a autorização da subprefeitura (FERREIRA, 2013; ABIO, 2020).

Como podemos perceber, o CCFO foi resultado de uma grande investida por parte da ABIO e, inicialmente, era constituído por mais dois atores: as associações de moradores, que “representavam” o potencial consumidor, e a

¹³ A SEDES trabalha, desde janeiro de 2009, na formulação e na execução de políticas públicas na cidade do Rio de Janeiro, destinadas a alargar o mercado e democratizar o acesso à economia da cidade, desenvolvendo e gerando projetos de desenvolvimento local e economia solidária, pautados no associativismo, no coletivismo, na autogestão e em redes produtivas (VALENÇA, 2016).

prefeitura, através da SEDES. A partir de 2013, novas organizações foram somadas ao circuito, como a Essência Vital¹⁴, a AS-PTA¹⁵ e a Associação Universitária Latino Americana (AULA)¹⁶, tornando-se administradoras das novas feiras as quais mobilizaram. Além dessas organizações ligadas à produção e ao consumo de alimentos saudáveis, novas associações de moradores foram agregadas. Nesse momento, criou-se o Conselho Gestor de feiras do circuito, formado por representantes das instituições e pela SEDES. Este conselho tem por função discutir os problemas que envolvem o funcionamento das feiras em si e as relações entre os diferentes atores, buscando direcionar soluções e apresentar novas propostas para o melhor desenvolvimento do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, conforme apresentado na Figura 6 (VALENÇA, 2016).

¹⁴ A Essência Vital foi fundada no estado do Rio de Janeiro, em 1995, por um grupo de amigos, na cidade de Petrópolis, que buscava desenvolver projetos com viés relacionados à saúde pública e preventiva. Essa organização iniciou seu trabalho com a confecção de um jornal que integrava ciência, saúde e meio ambiente. Posteriormente desenvolveram trabalhos de capacitação e atualmente, com o reconhecimento do governo, em 2012, ela financia projetos e é gestora de dois específicos: Vibrações positivas para pessoas com soro positivo e a administração de feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (VALENÇA, 2016).

¹⁵ A AS-PTA, Agricultura Familiar e Agroecológica, é uma associação de direito civil, sem fins lucrativos, que foi fundada em 1983. Ela tem como seus objetivos o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável atuando em diversos estados no Brasil. Uma de suas formas de atuação é a construção de espaços de aprendizado coletivo, formulação de redes que proporcionam ações articuladas de organizações e movimentos da sociedade civil para influenciar a elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas (VALENÇA, 2016).

¹⁶ A Associação Universitária Latino Americana (AULA) surgiu a partir da Rede Ecológica, em 2008, a partir de experiências Quilombolas no Espírito Santo. A inserção no Circuito Carioca de Feiras Orgânica se deu para ajudar os pequenos agricultores que ela auxilia (VALENÇA, 2016).

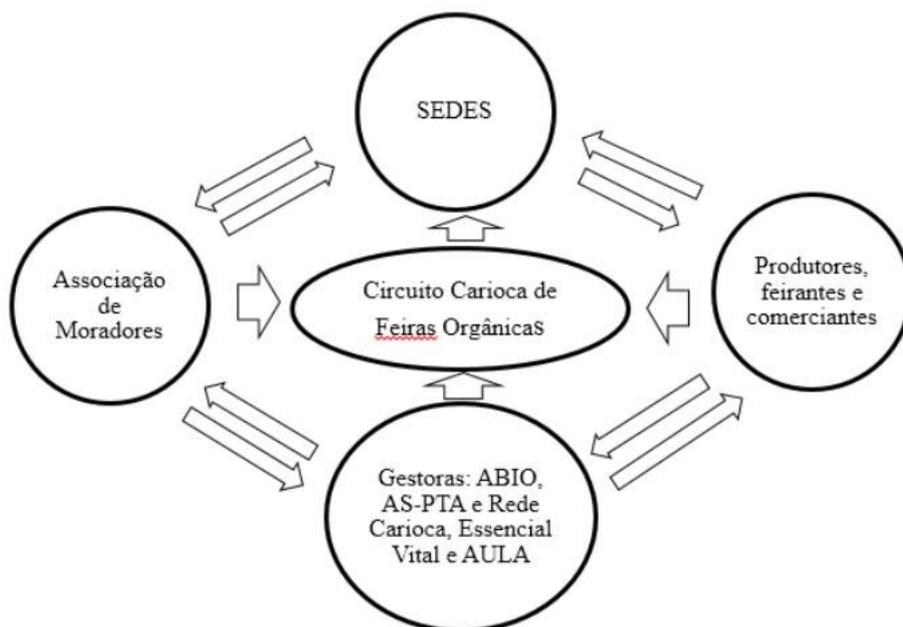


Figura 6: Atores que movimentam o CCFO

Fonte: VALENÇA, 2016

Em 2016 a SEDES é extinta pelo então prefeito Marcelo Crivella e suas competências ficam delegadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação (SMDEI). Em 10 de junho de 2020, sem que houvesse qualquer diálogo com as organizações gestoras do Circuito, a SMDEI, por meio da Resolução SMDEI “N” N° 069, revogou o Regimento Interno do CCFO¹⁷, além de extinguir o Conselho Gestor e sua a Governança, que funciona desde 2012 de modo participativo entre os atores indicados anteriormente.

A questão teve bastante repercussão e por meio de carta, a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ)¹⁸, repudiou tal Resolução, entendendo que a medida tomada sem qualquer comunicação com as instituições gestoras, coloca em risco o funcionamento democrático das feiras. Além da AARJ, a carta foi assinada por diversas organizações e atores da

¹⁷ O Regimento Interno do CCFO é um documento publicado no Decreto Municipal nº 35064 de 2012, na ocasião da criação do CCFO. Além de estabelecer os objetivos do circuito, ele dispõe sobre o funcionamento e normas que visam à preservação e manutenção da política pública, delimitando regras para a melhor convivência entre os feirantes e o consumidor.

¹⁸ A AARJ é um movimento de organizações da sociedade civil que a partir da identificação, sistematização e mapeamento de experiências, procura se articular no estado com o objetivo de fortalecer as iniciativas agroecológicas.

sociedade civil em defesa da agroecologia. Em 15 de junho de 2020, os vereadores Renato Cinco e Tarcísio Motta encaminharam o PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 251/2020, solicitando a revogação da RESOLUÇÃO SMDEI “N” Nº 069, mas aguardam tramitação.

Atualmente, o CCFO é formado por vinte e duas feiras espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro/RJ, conforme mostrado na Figura 6. Enquanto uma organização destinada à venda direta de produtos orgânicos e ao fortalecimento da agricultura familiar, o circuito tem viabilizado o desenvolvimento econômico e social de centenas de agricultores no estado do Rio de Janeiro (ABIO, 2020). A localização das feiras geralmente está ligada a solicitações de moradores de cada região, muitas vezes através das associações de bairros, ou da articulação de alguma entidade ligada à agroecologia.

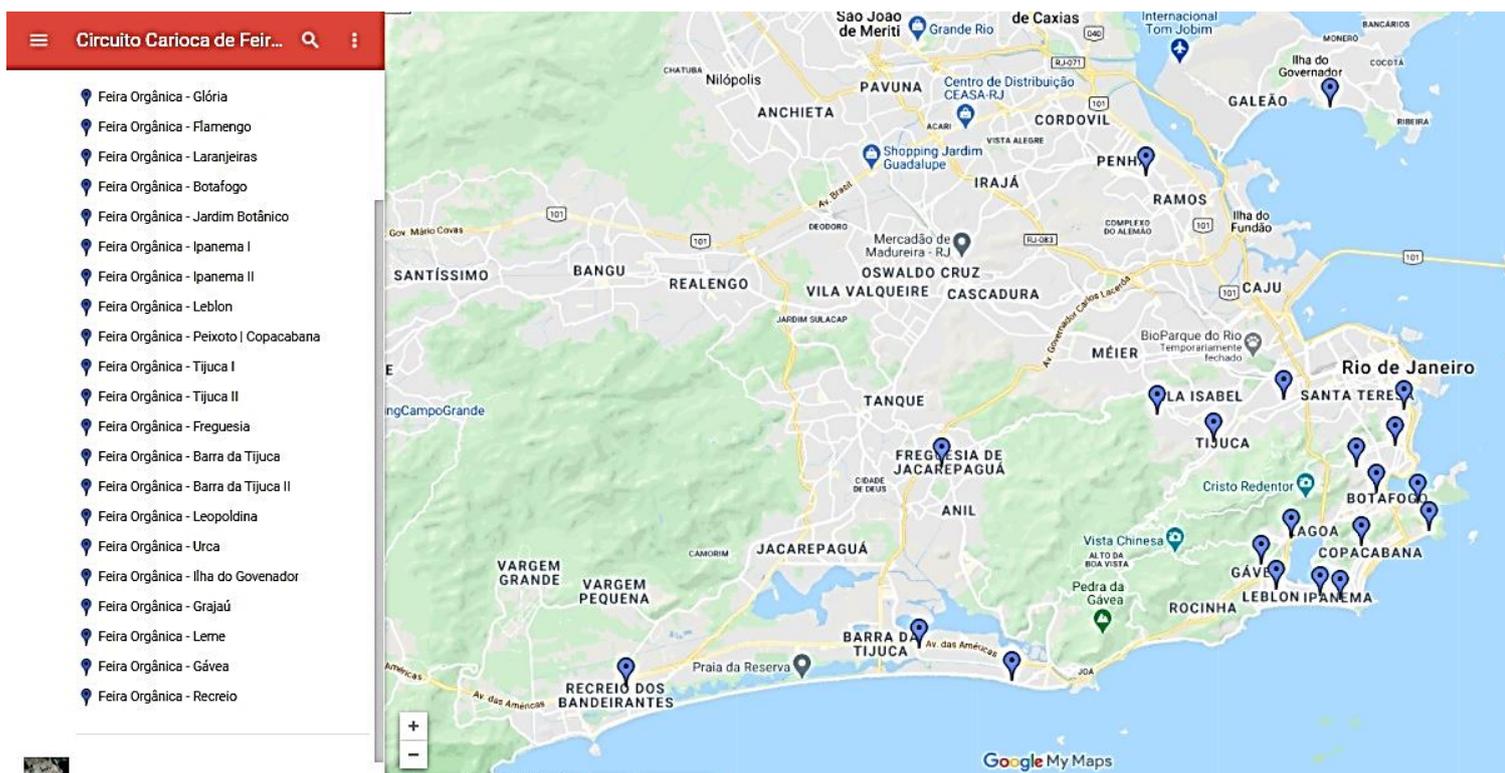


Figura 7: Mapa das feiras do CCFO

Fonte: feirasorganicas.com.br

3.3 - CCFO e os novos arranjos do mercado

Alguns dos desafios enfrentados atualmente pelo CCFO, intensificados durante os últimos dois anos de pandemia, desafiam a continuidade do movimento, bem como a situação dos jovens. A ampliação do mercado de orgânicos por empresas e organizações diversas, especialmente as que atuam digitalmente, impactou fortemente as vendas nas feiras. Tem sido cada vez mais difícil para os produtores orgânicos familiares acompanharem essas mudanças em termos de mercado.

O crescimento das cestas e os serviços de entrega domiciliar de alimentos orgânicos têm sido um dos grandes desafios enfrentados pelos produtores e organizadores das feiras, uma vez que grande parte deles não possui estrutura organizacional que permita entrar nesse mercado. Essa situação tem contribuído para o aprofundamento de desigualdades no que se refere às possibilidades de escoamento de mercadorias de diversos produtores. Tais questões se inserem no debate da convencionalização¹⁹ dos orgânicos, há muito apontada por autores como Niederle e Almeida (2013). Visto que grande parte dessas entregas são projetos de empresas que viram no setor de orgânico a oportunidade de expandirem seus negócios, que se utilizam de discursos ligados a agricultura familiar, quando seus produtos possuem origem empresarial.

Atualmente, grandes redes de supermercados, como o *Zona Sul*, o *Hortifruti* e o *Pão de Açúcar*, possuem esquemas de encomenda e entrega de cestas orgânicas. Além desses grandes varejistas, durante a pandemia houve também um aumento considerável de empresas menores especializadas no crescente mercado de entrega de cestas orgânicas, atuando muitas vezes como atravessadores.

O CCFO, enquanto um empreendimento de economia solidária voltado para a comercialização direta de produtos orgânicos e locais, foi criado com o objetivo de fortalecer a agricultura orgânica familiar no estado do Rio de Janeiro

¹⁹ A noção de convencionalização busca dar conta de um processo de apropriação dos valores e práticas agroecológicos pelos mercados convencionais. Isto não transcorre apenas no âmbito da produção (com a participação crescente de empresas privadas na agricultura orgânica), mas, principalmente, no aumento da participação das grandes redes varejistas na distribuição desses alimentos, antes concentrados em circuitos curtos locais e regionais (NIERDELE e ALMEIDA, 2013).

e só comercializa alimentos e produtos desta região. Nesse sentido, a grande crítica dos produtores e das organizações gestoras do CCFO aos projetos das grandes redes de supermercados e dos atravessadores refere-se à apropriação da pauta agroecológica por essas empresas e à origem dos produtos ofertados por essas iniciativas, vindos de diferentes locais. Alguns estados, como São Paulo e Espírito Santo, por exemplo, possuem uma significativa produção orgânica empresarial convencionalizada²⁰, o que possibilita a essas empresas, a compra de produtos com valor muito abaixo do que os mercados locais oferecem, inviabilizando a concorrência com os agricultores familiares do estado do Rio de Janeiro. Assim, torna-se comum que esses atravessadores de orgânicos comprem mercadorias de grandes empresas atacadistas de fora do estado para obterem uma margem de lucro maior, o que gera impactos entre os pequenos produtores locais, que não conseguem acompanhar as pressões de preço desse mercado, nem mesmo seus investimentos em propaganda e marketing.

Um exemplo que demonstra a forma como essas empresas têm atuado é um caso que ocorreu recentemente em uma unidade do supermercado *Pão de Açúcar*, localizado em frente ao local onde se realiza semanalmente uma das feiras orgânicas do CCFO. O supermercado montou, em frente à sua loja, a “*Feirinha Orgânica do Pão de Açúcar*”, um evento onde as empresas atacadistas de orgânicos possuem *stands* no formato de barracas de feira, com funcionárias do mercado vestidas como feirantes, vendendo produtos orgânicos com grandes descontos, no dia anterior à feira orgânica do CCFO. As imagens e vídeos que circularam na Internet mostram uma estética muito parecida com a das feiras e até o músico que costuma tocar na feira do CCFO foi contratado para estes eventos. Esta mesma loja vende produtos orgânicos com 20% de desconto no dia da feira orgânica do CCFO.

Esse processo foi relatado por autores como David Goodman (2010) e Renting, Marsden e Banks (2003), entre outros, ao anunciarem o risco da apropriação da agricultura orgânica e dos valores presentes nas AFNs por parte

²⁰ Aqui consideramos produção orgânica convencionalizada aquela que se reduz aos procedimentos de manejo dos agroecossistemas (a agricultura orgânica), conduzidos em moldes muito similares àqueles encontrado na agricultura convencional, tais como a especialização, a produção em larga escala e a substituição de insumos (NIERDELE e ALMEIDA, 2013).

de redes varejistas. Em países como Reino Unido, Suécia e Dinamarca, cerca de 70% a 80% dos alimentos orgânicos são comercializados através de empresas varejistas (Michelsen et al. 2000, apud Renting et al. 2003). Experiências como estas evidenciam que mesmo os circuitos curtos de comercialização não estão imunes aos efeitos do “aperto de preços”, característico do mercado convencional. Goodman (2010) também ressalta que os preços *premium* dos produtos advindos das AFNs chamam a atenção e incentivam o comportamento rentista por parte dos atores não agrícolas a jusante da cadeia de suprimentos. Empresas do setor alimentício e de redes de supermercados também reagem às novas construções de qualidade, através do desenvolvimento de marcas próprias, linhas de produtos de origem local e marcas de alimentos especiais e mais saudáveis. O prognóstico desses autores não é otimista, uma vez que os grandes varejistas, com o aval do Estado, possuem uma vantagem insuperável em relação aos outros atores, devido ao domínio institucional e regulatório de governança alimentar, voltada ao varejo.

Além dessas questões, os produtos vendidos por encomenda nesses ambientes digitais preocupa produtores, consumidores e gestores do CCFO quanto à garantia da qualidade orgânica desses alimentos. Fora das feiras e organizações comprometidas com o fortalecimento da agricultura orgânica e familiar é difícil atestar se os produtos são orgânicos, uma vez que muitos deles não passam por nenhum processo de certificação e não implicam na construção de vínculos entre produtores e consumidores. No caso dos supermercados, ainda que orgânicos, as informações sobre a origem dos produtos seguem indisponível para os consumidores.

Essa situação tem sido debatida pelas organizações que geram o CCFO, que buscam estratégias para possibilitar a viabilidade econômica dos produtores e a retomada do crescimento das feiras frente a essas novas configurações de mercado. A venda direta é uma das bases na qual se apoia o CCFO, compreendendo a feira como um ambiente de encontros, trocas e formulações identitárias (PORTILHO, 2009). Nesse sentido, há uma insistência dos produtores em reivindicar a venda direta presencial, ressaltando a importância política do encontro entre consumidores e pequenos produtores e estimulando as pessoas a voltarem para as feiras, apesar da conveniência dos esquemas de entrega domiciliar e dos preços mais atrativos.

Considerando a impossibilidade de aprofundamento dessa questão nos limites da presente pesquisa, cabe mencionar a importância de estudos futuros que analisem os impactos da expansão dos mercados digitais para a agricultura familiar de base agroecológica, bem como novos arranjos que têm se estabelecido em torno da venda de produtos orgânicos por grandes empresas varejistas, uma vez que esse setor passa a ter cada vez mais visibilidade.

É importante ressaltar, ainda, que há uma diversidade de empreendimentos destinados à distribuição de produtos orgânicos e locais, que se utilizam de plataformas digitais, com formatos que privilegiam os produtores familiares. É o caso de iniciativas como a Cesta Camponesa, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Rede Ecológica, grupos de consumo consciente e movimentos sociais, pautados em princípios como economia solidária, agroecologia e reforma agrária. Tais iniciativas geralmente contam com o apoio de organizações sem fins lucrativos, como movimentos sociais, universidades e consumidores voluntários que cuidam da parte logística, configurando-se também como redes alimentares alternativas (PORTILHO e FERREIRA, 2019).

Outro ponto importante sobre o CCFO na atualidade refere-se às articulações políticas das organizações gestoras junto a parlamentares comprometidos com o desenvolvimento da agroecologia do estado do Rio de Janeiro. Após o episódio em que a prefeitura anterior extinguiu o conselho gestor do CCFO, deixando-o sem nenhuma regulamentação, os grupos envolvidos buscaram apoio da sociedade civil, de parlamentares e de organizações parceiras para garantir a continuidade do CCFO. A partir das pressões realizadas e das relações construídas ao longo dos últimos anos, dois Projetos de Lei (PL) foram aprovados durante o período de realização da pesquisa. Um deles é o PL 1854/2020, de autoria do ex-vereador Renato Cinco, que institui e regulamenta o CCFO; o outro é o PL 891/2021, de autoria do Vereador Chico Alencar, que inclui na Lei N° 5.242, de 2011²¹, a ABIO com uma organização de Utilidade Pública.

Ambas as leis aprovadas contribuem para que o CCFO seja referido como

²¹ Esta lei consolida a legislação municipal referente às concessões de utilidade pública de entidades sem fins lucrativos.

política pública de saúde e segurança alimentar. Assim, essa iniciativa passa a ter um arcabouço legal que o sustenta com normas, metas e critérios específicos, amparados pela sua consolidação em âmbito municipal. Além disso, o CCFO garante uma série de especificidades em relação às feiras livres convencionais, como determinações que privilegiam a produção local, promoção de um sistema alimentar sustentável e a especificação de produtos que podem ser comercializados. Nesse sentido, a lei também obriga que novos gestores das feiras sejam organizações jurídicas de notória qualificação e atuação no tema, e que componham assim seu Conselho de Autogestão.

CAPÍTULO IV – JOVENS EM REDES

O trabalho de campo da presente pesquisa propôs-se, inicialmente, a mapear todos os jovens envolvidos nos diversos processos relativos ao Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO). Partindo da preocupação acadêmica com a permanência dos jovens no campo, objetivou-se olhar especificamente para os que viviam em áreas consideradas rurais. No entanto, ao caminhar com a investigação, diversas realidades foram aparecendo e ampliando a ideia de “permanência no campo”. As diversas realidades encontradas durante o trabalho de campo mostram que existem muitos arranjos relacionados à permanência. Exemplo disso é o caso de filhos de agricultores que vivem atualmente em áreas consideradas urbanas e possuem outros trabalhos, mas seguem atuando junto com os pais na gestão e comercialização da produção na propriedade agrícola da família. Outro exemplo é o caso de jovens que fizeram o caminho inverso, saindo da cidade e passando a trabalhar em atividades agrícolas em áreas rurais. Tais elementos direcionaram a pesquisa para uma abordagem mais ampla sobre as categorias urbano e rural, campo e cidade, de modo a considerar não mais a ideia de “permanência no campo”, mas sim o envolvimento com as diversas etapas da produção agrícola.



Figura 8: Rodrigo, produtor e filho de produtor, comercializando na barraca do grupo Pedras Altas, Feira Orgânica da Glória, 2021.

Fonte: Arquivo da autora, 2021.

4.1 - Visita ao Sítio Quaresmeiras

Com a divulgação da pesquisa através do vídeo e da mobilização da Abio em diversos coletivos, um convite me chamou a atenção. Marc, um produtor da Feira da Glória disse ter gostado muito da proposta da pesquisa e, por ter quatro funcionários jovens trabalhando com ele na produção agrícola, me convidou para fazer uma visita a seu sítio e entrevistar pessoalmente estes jovens. Segundo este produtor, os jovens pareciam gostar muito do trabalho na agricultura.

Perante a intensidade do aumento de casos de Covid-19 naquele momento (abril de 2021), me pareceu arriscado uma visita presencial. Porém o insucesso do questionário virtual e o fato de que as outras entrevistas já estavam sendo feitas de forma presencial me levaram a perceber a importância de realizar esse trabalho de campo no presencial assim que fosse possível e seguindo todos os procedimentos de segurança.

A visita ao Sítio Quaresmeiras, no entanto, não seria simples. Para começar, eu precisava de um carro e um motorista que me levasse em segurança até o sítio, localizado em Duas Barras, Nova Friburgo/RJ, a cerca de 80km do meu local de moradia, além de conciliar a presença de todos os jovens em um dia de trabalho no sítio. Após algumas tentativas sem sucesso, conseguimos combinar a visita para uma quinta-feira, 3 de junho, no feriado de Corpus Christi, quando começava a haver uma redução do número de casos de covid-19 no Brasil.

Fomos recebidos pelos produtores Marc e Nicole com um delicioso café da manhã no jardim do Sítio Quaresmeiras. Enquanto nos deslumbrávamos com a beleza natural do lugar e desfrutávamos dos bolos e chás feito por Nicole com os produtos do sítio, eles contaram um pouco de sua história de chegada ali e suas estratégias de produção e comercialização nesse momento pandêmico.

Marc e Nicole são neo-rurais²² e estão na região há pelo menos 20 anos. Marc é agrônomo e teve sua formação permeada pelos ideais agroecológicos.

²² Este é um conceito um tanto genérico e ainda pouco desenvolvido na literatura brasileira. Guiliani (1990), pioneiro nos estudos sobre o tema no Brasil, aborda o conceito como um movimento de indivíduos, geralmente da classe média urbana, que passam a investir em diferentes atividades agrícolas (muitas vezes com valor agregado). Pessoas que migram dos

Foi e é ainda hoje ativista da causa dos orgânicos e do Sistema de Certificação Participativa (SPG). Faz parte da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) e é atuante na organização dos produtores orgânicos no município de Nova Friburgo. Nicole é natural de Nova York/EUA, formada em ciências ambientais, uma cozinheira de mão cheia que comanda uma fábrica de doces deliciosos. Juntos, eles montaram uma linha de produtos processados onde grande parte dos seus ingredientes principais são produzidos no sítio. Uma maneira encontrada por eles de reduzir os desperdícios das sobras das feiras e gerar renda mesmo após o fim das safras das frutas. A pequena fábrica possui atualmente onze funcionários na produção, sendo quatro deles considerados jovens. O Sítio Quaresmeiras participa há cerca de 18 anos da Feira da Glória e está no CCFO desde sua criação, participando ao todo de três feiras deste circuito.

Em seus relatos, o casal ressalta a importância da venda direta e do vínculo que tem sido construído com os consumidores ao longo desses anos como forma de sobrevivência na atividade agrícola. Contaram sobre as dificuldades que enfrentaram nos anos iniciais para o escoamento da produção e as experiências negativas que tiveram na comercialização em lojas e mercados. Segundo eles, “as lojas e mercados arrumam qualquer motivo para devolver os produtos e só entram em contato para reclamar”. Destacaram uma diferença brutal na relação direta com o consumidor final, o cuidado, o apreço e a constante valorização do trabalho e dos produtos. Apesar da rotina cansativa para estarem presentes nas feiras, principalmente por conta da longa distância que percorrem²³, ambos evidenciam a satisfação obtida pela relação com os consumidores.

Durante a pandemia, o sítio teve redução na produção e uma maior procura pelos produtos. Decidiram então deixar de participar de uma das feiras,

centros urbanos para áreas rurais por motivações comumente ligadas a busca de relações diretas com a natureza, revalorização do rural como espaço de moradia, ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ar puro, tranquilidade, bem como ideais de uma vida ambientalmente mais sustentável.

²³ O sítio Quaresmeiras é um dos mais distantes na feira, são 180 km e cerca de três horas de viagem.

mas mantiveram outras duas, onde contam com a ajuda de funcionárias para a venda. Ainda assim, afirmam que o vínculo com os consumidores aumentou nesse último período. Apesar de saírem de uma das feiras, passaram a integrar uma cesta virtual que, segundo eles, valoriza a qualidade orgânica dos produtos e o bem-estar dos produtores, implementando dinâmicas mais justas e solidárias, o que envolve melhor remuneração, relacionamento mais amigável, redução de gastos com transporte e de desperdício de produtos. Além disso, Marc e Nicole criaram um sistema de encomendas, onde recebem os pedidos diretamente dos consumidores que os procuram pelo *WhatsApp*. Desta forma, sua produção é mais direcionada e quase tudo que sai do sítio já tem destino certo, evitando perdas e desperdícios.

Sobre a região, Marc e Nicole contam que poucos agricultores ali possuem terra e, por isso muitas vezes moram no local do trabalho, em sítios que em sua maioria são voltados para pecuária, com produção de leite. Nesse sentido, consideram que há um histórico na região de pessoas que trabalham na produção de terceiros e não em terra própria ou alugada. Por esse motivo, afirmam que não foi difícil encontrar funcionários para trabalhar na produção, e como a agricultura, principalmente orgânica, parece ser mais valorizada e mais bem remunerada que a pecuária, muitos gostam de trabalhar no sítio.

Ao final do café da manhã, Marc levou meu marido, que estava me acompanhando para um passeio no sítio, enquanto eu fiquei com a Nicole que se encarregou de me levar até os jovens que seriam entrevistados. O primeiro deles foi o Matheus, de 20 anos e muito tímido. O início foi um pouco difícil para ambos os lados, mas aos poucos a conversa foi ficando mais fluida e ele conseguiu se abrir quanto aos seus interesses, sonhos e pensamentos. Matheus é filho de um casal que trabalha no sítio. A mãe está lá há pelo menos 10 anos e o pai começou a trabalhar lá recentemente. Segundo o Marc, o pai é o melhor produtor da região, sendo uma grande honra para o casal ele ter aceitado trabalhar no sítio. Matheus afirma ter crescido com esse convívio e muito próximo ao trabalho agrícola:

Na verdade, eu sempre trabalhei aqui, desde a época do colégio, quando eu saía de férias ajudava a ensacar aqui. Depois eu parei

de estudar, trabalhei aqui um tempo, depois saí, fui para outros serviços. Eu saí e voltei daqui umas três vezes já. Mas agora eu voltei e fiquei.²⁴

(Matheus, 20 anos, Duas Barras)

Ao ser questionado sobre sua relação com a agricultura Matheus afirma:

Olha, agricultura pra mim é tipo de família, sempre trabalhei na roça. Meu pai trabalhava em curral, mas sempre teve horta, sempre plantou e eu cresci assim. Tem vezes, no final de semana, que não tem nada pra fazer, eu planto alguma coisa, molho, cuido... pra arrumar o que fazer, já tô acostumado.

(Matheus, 20 anos, Duas Barras)

Depois da entrevista formal e gravada, Matheus ficou responsável por me levar até os outros jovens que trabalham na produção. No caminho a conversa foi ainda mais fluida, ele contou sobre sua contaminação com o Coronavírus e sobre o trabalho que realizava antes (onde provavelmente se contaminou), seu retorno ao trabalho no sítio, sua revolta com a situação política do país e, inclusive, que esteve no último ato contra o Bolsonaro, ocorrido em Nova Friburgo. Falou também do seu interesse por cinema, sua paixão por escrever histórias e seu sonho de ser um roteirista de cinema. Ainda assim, deixou claro que esses desejos não o afastam do lugar de origem, contando também do seu amor pelo que mais sabe e gosta de fazer, que é estar na roça.

Eu sonho mesmo é produzir um filme, eu gosto disso. Já pensei em fazer uma faculdade. Mas eu também gosto do meio rural, eu queria optar por fazer os dois, porque eu já tô acostumado e também é bom pra mente, é bom pra tudo, você trabalhar no meio rural, é um serviço bom, tranquilo.

(Matheus, 20 anos, Duas Barras)

²⁴ Optamos por manter as falas, sem correções, bem como os nomes verdadeiros, a fim de preservar as identidades e dar visibilidade as trajetórias relatadas nessa pesquisa.

Ao chegar no local onde se encontravam os outros dois jovens, me apresentei e fui com um de cada vez até a sombra de uma árvore para fazermos a entrevista. O local era agradável, mas o dia estava bastante quente e a conversa serviu de descanso para os rapazes que trabalhavam debaixo de sol na capina do terreno. No entanto, a timidez foi um fator bastante presente e tornou a conversa um tanto objetiva. Ao contrário do Matheus, que foi se soltando aos poucos, Davi e Dailson permaneceram tímidos e talvez até desconfortáveis durante toda a conversa. Ao final dessas entrevistas, Matheus me levou ao encontro do Marc, nos despedimos e ele voltou para trabalhar junto aos outros rapazes.

Marc me levou até uma pequena agroindústria, onde são produzidos seus doces e lá encontramos mais alguns funcionários, dois deles me pareciam bem jovens também, mas ao perguntar se eles gostariam de participar da entrevista, todos afirmaram que de jovem mesmo só os quatro que já tinham sido indicados e que aqueles ali já eram casados, tinham família e, portanto, “não eram mais jovens”. Seguimos e então tive a oportunidade de conversar um pouco com os funcionários que trabalhavam na pequena fábrica de doces. Uma delas era a mãe de Matheus, que me contou sobre suas atividades e me mostrou a confecção de alguns produtos. Todos os funcionários afirmaram ser bastante antigos no sítio e me pareceram orgulhosos do trabalho que realizam.

Neste momento, tentamos localizar Marquinho, o último jovem ainda não entrevistado, pois estava de folga, mas que morava ali perto e havia se disponibilizado a me receber em sua casa. No entanto, no dia da visita teve uma emergência de saúde e precisou levar a mãe às pressas para o hospital. Almoçamos com Marc e Nicole deliciosas lentilhas apimentadas, saboreamos os doces do sítio e depois encerramos a visita, deixando uma declaração no livro de recordações da casa.

Posteriormente, em contato direto pelo *WhatsApp*, Marquinho, o último jovem ainda não entrevistado, demonstrou estar bastante animado com a entrevista e fez questão de participar. Combinamos então uma conversa virtual, que aconteceu na semana seguinte. Apesar de algumas dificuldades na conexão, foi possível realizar uma longa e interessante conversa com ele. Sua

história se assemelha com a de Matheus. Seu pai trabalha no sítio há cerca de onze anos e ele cresceu nesse meio. Hoje, aos 29 anos, Marquinhos parece gostar muito do que faz. Quando indagado se ele incentivaria outros jovens a trabalhar na agricultura orgânica, ele afirma:

Ah, com certeza, cuidar da terra, né? Se não tivesse os agricultores não teria cidade, é a agricultura que leva tudo. Se não tiver o homem do campo não tem estrutura, não tem nada.

(Marquinhos, 29 anos, Duas Barras)

Marquinhos também demonstra consciência e preocupação com a contaminação dos agrotóxicos, um valor que parece vir de família, já que seu pai trabalhou com agricultura orgânica antes do sítio Quaresmeiras.

Sempre vivemos na zona rural, com a lavourinha, essas coisas. Sempre plantando milho, agricultura familiar, né? Chegamos a produzir orgânico por um curto período de tempo, mas aí trocou o dono da terra que a gente morava, ele começou a usar o agrotóxico e nós tivemos que parar de produzir orgânicos. Aí saímos de lá.

(Marquinhos, 29 anos, Duas Barras)

Apesar de ter sido o único trabalho de campo presencial realizado fora da cidade, a visita ao Sítio Quaresmeiras rendeu bons frutos. Ter acesso aos jovens que trabalham unicamente na produção agrícola, sem o convívio nas feiras, proporcionou à pesquisa uma compreensão maior sobre a abrangência do circuito, também sobre as relações de trabalho envolvidas, bem como a relação desses jovens com a produção agrícola. Ainda que nenhum deles tenha contato direto com a feira e os consumidores, todos afirmaram haver uma diferença em trabalhar na produção orgânica, envolvido em um empreendimento de venda direta. Segundo eles, o produto tem escoamento certo, a remuneração é mais justa para os produtores e o desperdício, no caso desse sítio, é quase zero. Os entrevistados não entraram em detalhes sobre se a remuneração deles é maior em um empreendimento orgânico, porém demonstraram satisfação com o

regime de trabalho CLT, principalmente ao afirmarem que pretendem continuar no serviço.

A experiência junto a esses jovens, aparentemente longes das feiras, ilustrou bem a capilaridade que o CCFO possui ao atingir centenas de jovens no estado do Rio de Janeiro, que trabalham em diversas etapas e nutrem essa rede de produção, distribuição e consumo de alimentos orgânicos.



Figura 9: Matheus trabalhando na produção do Sítio Quaresmeiras

Fonte: Arquivo da autora, 2021.

4.2 - Dados de pesquisa

Em todo o trabalho de campo foram realizadas 14 entrevistas, sendo seis presenciais na feira, cinco virtuais e três presenciais no sítio, como informado

anteriormente. Cada uma dessas modalidades trouxe características diferentes. As entrevistas presenciais na feira, por exemplo, apesar de proporcionar contato direto e uma conversa mais fluida, ocorreram com limitação de tempo e constantes interrupções. O formato virtual proporcionou mais profundidade e teve durações bem maiores que a média, mas muitas apresentaram problemas de conexão que dificultaram as transcrições. As entrevistas presenciais no sítio apresentaram grande qualidade em termos de tempo e possibilitou o contato não só com os jovens, mas com seu ambiente e rotina de trabalho, proporcionando uma análise mais ampliada a partir da observação participativa.

As idades dos entrevistados variaram de 17 a 39 anos. A seleção dos mesmos se deu a partir da autoidentificação como jovens. Nesse sentido, todos os feirantes da Glória vindos de áreas rurais ou envolvidos de algum modo com a agricultura, que se consideravam jovens, foram entrevistados.

Sobre os locais de moradia dos entrevistados, quatro moram no Brejal e um em Corrêas, ambos distritos de Petrópolis; quatro moram em Duas Barras e dois em Salinas, ambos distritos de Nova Friburgo; dois moram em Seropédica, na Baixada Fluminense; e um em Perobas, município de Itaboraí, pertencente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Quando questionados se a sua região de moradia era uma área urbana ou rural, dez deles afirmaram ser rural, três disseram que moram em “cidade pequena” e um em zona urbana.

Todos, sem exceção, afirmaram gostar de viver nesses lugares. Os motivos variaram entre a possibilidade do contato mais próximo com a natureza; o sossego; um ambiente longe de poluição; o amor pela roça; e a importância das relações afetivas com as pessoas e com o lugar. Ainda assim, foram levantadas questões que levaram alguns poucos entrevistados a dizerem que pensam em sair destas regiões. Um dos casos se refere a uma jovem de 19 anos que tem desejo de trabalhar como *digital influencer* e, por isso, afirmou que a dificuldade de conexão com uma internet boa e estável, somada à distância dos grandes centros urbanos, a levaria a sair dali em algum momento futuro. Quando questionada se ela pretende permanecer na sua região de moradia atual, ela respondeu:

A princípio sim, mas por conta de internet, essas coisas, pra evoluir mais né? Para ter mais visualizações, eu queria morar em outro lugar.

(Paula, 19 anos, Brejal, Petrópolis)

4.3 - Interações entre jovens e Redes Alimentares Alternativas

Ao observar as formas com que os jovens interagem com as Redes Alimentares Alternativas, é possível perceber que esta interação se dá a partir de diversos aspectos. O primeiro e mais evidente é o aspecto afetivo e familiar. Muitos dos jovens que trabalham hoje no CCFO estão conectados à feiras há pelo menos uma ou mais gerações, o que confere um caráter familiar a esse envolvimento. Outros aspectos parecem apresentar importância, como, por exemplo, as relações de amizade desenvolvidas nesses espaços, seja com outros feirantes, seja com os clientes. O aspecto profissional também é bastante relevante já que, para muitos deles, esse trabalho tem possibilitado geração de renda e participação em atividades as quais grande parte deles afirma gostar bastante. Entre as funções mais comuns realizadas pelos jovens entrevistados estão a venda de produtos nas barracas das feiras, a produção agrícola e o preparo da carga para as feiras. Nenhuma das mulheres entrevistadas afirmou atuar cotidianamente no trabalho agrícola, estando mais concentradas nas vendas e na gestão financeira.

A participação no CCFO é um ponto fundamental ao pensarmos na relação entre jovens e Redes Alimentares Alternativas. Quando questionados sobre o que mudou em suas vidas desde que começaram a trabalhar no CCFO, as respostas costumam vir cheias de emoção e significados. Muitos afirmam uma melhora em múltiplos aspectos, que vão desde o amadurecimento pessoal, a melhoria na comunicação interpessoal, a ampliação dos vínculos sociais, aprendizados diversos a partir da troca com uma quantidade grande de pessoas que circulam nas feiras, a alimentação mais saudável e diversa, a disposição física, o abandono do uso de agrotóxicos e o crescimento profissional e financeiro.

Muita coisa [mudou desde que comecei a trabalhar no CCFO]! Até então meu mundo era muito pequeno. Minha família, pelo trabalho deles, nunca foi de viajar, conhecer outros lugares, então o meu convívio social era muito limitado à família e à escola, né? Depois que eu comecei a frequentar o CCFO, eu pude conhecer várias pessoas, outras realidades, ideias totalmente diferentes do que eu já tinha vivido. Ideias que foram muito importantes na minha formação. De ampliar os horizontes, ver pessoas engajadas que valorizavam o trabalho no campo, algo que pra minha família era algo corriqueiro e ver que as pessoas dão valor ao trabalho na agricultura, à vida no campo... tudo isso mudou muito minha mente e a mente da minha família. Foi uma mudança muito significativa. Até mesmo o caminho que eu escolhi, de estudar numa universidade pública, os contatos que eu fiz, os amigos, tudo muito, muito importante!

(Júlia, 28 anos, Distrito de Corrêas, Petrópolis)

Ainda sobre as relações estabelecidas no circuito, é possível ver um respeito entre os feirantes e uma noção de que todos ali estão “no mesmo barco”, o que, junto à trajetória dos jovens nesses espaços, aparentemente reforça o sentimento pertencimento ao grupo da feira ao qual fazem parte e que, em alguns casos, se converte em maior participação nas reuniões de coletivo.

Quando questionados sobre seu envolvimento nos espaços de decisão, tais como reuniões realizadas nas feiras, ou assembleias e reuniões promovidas pela associação Abio²⁵, poucos afirmaram se considerarem atuantes dentro do CCFO. No entanto, a partir da observação do cotidiano dos jovens no espaço da Feira da Glória, foi possível perceber que quanto mais “antigo” ali, maior é sua participação.

²⁵ Por se tratar de uma associação, a Abio possui uma estrutura que implica na participação dos produtores em sua gestão. Dessa forma as deliberações relacionadas aos acordos de funcionamento das feiras, processos de certificação, comunicação, comercialização, entre outras, costumam ser debatidos internamente pela diretoria (composta por produtores eleitos nas assembleias), pelos conselhos (composto por produtores representantes das feiras) ou mesmo em assembleia, a depender da temática.

Um exemplo emblemático é o caso da Julia, de 28 anos, citada acima, que durante o trabalho de campo era membro do Comitê de Ética da feira e representante suplente da feira nos espaços de discussão da Abio. Além dela, outros jovens, ainda que de forma tímida e limitada, participam das reuniões do coletivo da feira. Todavia, este envolvimento na esfera organizativa da feira não costuma se estender aos espaços mais ampliados, como as assembleias da Abio ou de outros grupos, como os de comercialização e de certificação²⁶, geralmente ficando restritos aos responsáveis pela produção.

Atualmente, dentro desses espaços mais ampliados de organização dos produtores, não existem projetos ou espaços de discussão direcionados para o acolhimento e o estímulo ao envolvimento dos jovens que, na maioria dos casos, só passam a se envolver mais tarde, quando assumem o controle da propriedade de seus pais.



Figura 10: Julia comercializando os produtos de sua família na feira da Glória.

Fonte: Arquivo da autora, 2021.

²⁶ Além dos espaços organizativos da associação, o processo de certificação participativa exige que cada produtor seja pertencente a um grupo de certificação. Este grupo possui um facilitador (remunerado ou voluntário) que, junto aos demais produtores do grupo, será responsável por fiscalizar e acompanhar as visitas técnicas de controle da qualidade orgânica de todos os produtores desse núcleo. Já para a comercialização nas feiras, esse produtor precisará se organizar em outro grupo onde deseja escoar sua mercadoria, e será coletivamente responsável pela qualidade orgânica dos produtos comercializados pelo grupo.

A partir das falas dos jovens entrevistados, fica evidente que a questão de gênero é marcante na sua experiência no CCFO. Nesse sentido, os dados encontrados em campo confirmam um fator importante e muito apontado na literatura. Brumer e Anjos (2008), por exemplo, abordam como a reprodução social na agricultura familiar pressupõe diferenças entre os sexos, em particular a exclusão das mulheres da sucessão na propriedade familiar. Entre as cinco mulheres entrevistadas, nenhuma delas exerce atividade agrícola para comercialização e apenas uma afirmou possuir uma horta para consumo familiar. Além disso, nenhuma delas possui a propriedade da terra e apenas uma afirmou ser atuante nos espaços de discussão do CCFO. Stropasolas (2011) afirma que há uma redução das motivações para que as mulheres permaneçam na agricultura, diante da tendência à exclusão da herança da propriedade, somada à dupla jornada de trabalho e à pouca valorização dos seus esforços produtivos, experiências vivenciadas pelas sucessivas gerações de mulheres rurais.

Entre as perguntas relacionadas à participação no CCFO estava a seguinte: “Você considera sua atuação no CCFO ou na agricultura um tipo de participação/atuação política?” Esta pergunta trouxe um ponto interessante sobre a relação que eles possuem com a política. Grande parte dos entrevistados respondeu que não, com um tom meio desconfiado, parecendo, e por vezes afirmando, não ver associação entre esses dois elementos (atuação no CCFO/agricultura e participação/atuação política). Um deles se mostrou até um pouco ofendido e se justificou:

Não, política não. Isso aqui é um benefício para nós, eu não tô fazendo política pra ganhar nada pra ninguém. A gente está fazendo um bem pra um coletivo nosso. Se eu fosse fazer política aqui eu não ia ganhar nada com isso. Eu acho que não é política.

(Rodrigo, 39 anos, Breal, em Petrópolis)

Percebemos tardiamente que esta pergunta não foi bem formulada, pois não foi compreendida pela maioria dos entrevistados. No entanto, esse tipo de reação nos fez pensar que “a política” para alguns desses jovens ainda aparece como algo negativo e muito distante, relacionado à esfera partidária e eleitoral.

Porém, em algumas exceções os jovens afirmam ter consciência de seu trabalho político, relacionando-o a elementos como soberania alimentar, sustentabilidade, economia solidária, resistência ao sistema e pressão sobre os grandes mercados, como no excerto abaixo:

Sim [considero minha atuação no CCFO/agricultura um tipo de participação/atuação política], porque é soberania alimentar. Eu acredito na comercialização de um alimento agroecológico que tenha uma visão mais humanitária e sustentável. Alimentação para mim é uma forma de ação política, é uma revolução pela agroecologia.

(Lilah, 29 anos, Salinas, em Friburgo)

Ah, com certeza [minha atuação no CCFO/agricultura é um tipo de participação/atuação política], né? Como o Fiora (gerente de uma das feiras) sempre fala ali, a gente tá fazendo um impacto nos grandes mercados de produtos, tirando uma porcentagem de venda deles. E o ato em si de ser produto orgânico, de ser o próprio agricultor ali na feira, é uma atuação bastante política.

(Alan, 33 anos, morador do Vale do Jaborandi, em Friburgo)

Outro aspecto central para compreender a interação dos jovens com as Redes Alimentares Alternativas, e com o CCFO, em particular, é a relação entre produtores e consumidores. Partindo da perspectiva dos jovens ligados à produção agrícola, ao tratar desse assunto, eles pontuam que é preciso aprender a “lidar com o público”, uma habilidade que vai sendo desenvolvida ao longo do tempo. Apesar de algumas dificuldades pontuais no trato com os consumidores, relatadas por alguns deles, essa costuma ser uma relação bastante valorizada por eles, e seus significados, muitas vezes, extrapolam a relação formal de prestação de serviço, atingindo o campo da afetividade. Assim, eles relatam esta

relação como sendo "uma espécie de terapia", "relações de amizade e carinho de longa data", "troca de receitas e informações".

É um dos dias mais esperados da semana, sábado, para tá aqui na feira. Aqui eu me refaço! Eu troco energia, eu pego energia, dou energia. Eu me dou muito para os clientes, posso estar mal, mas vou estar aqui sorrindo e brincando com cada um. Dou bom dia três, quatro vezes para cada um, porque é um dia que eu estou aqui para isso. Eu super amo estar aqui, é muito bom! É um encontro, é uma troca bacana!

(Maria Luiza, 31 anos, Itaboraí)

Ao que tudo indica, essa relação também parece ser alimentada por uma valorização crescente dos consumidores sobre essa forma de produção orgânica e familiar. Em uma pergunta relacionada a isso, são unânimes as afirmações dos jovens de que percebem esse interesse por parte dos consumidores como algo "em ebulição", o que, para eles, sinaliza um futuro promissor para a agricultura orgânica, estimulando a produção agrícola familiar.

Acho que impacta muito sim, principalmente porque as pessoas valorizam muito o que estão comprando. Então, se os jovens participassem mais das feiras eles iam ter mais noção dessa interação. [Os consumidores] contam muito pra que serve aquele produto. O consumidor sabe muita coisa. Faz você entender vários usos. Esse é o sentido de ser algo participativo, né?

(Jhonatan, 31 anos, Seropédica)

Nesse momento, os jovens costumam demonstrar certo orgulho ao relatarem essa percepção e relacionam seus produtos a elementos como alimentação saudável, produtos de maior qualidade e sem agrotóxico. Mas também manifestam algumas preocupações relacionadas à questão dos preços

mais altos do que o convencional que, somado ao momento atual de crise econômica e alta competitividade das grandes redes de supermercados, têm gerado bastante dificuldade no escoamento dos produtos. Eles afirmam que, apesar do interesse crescente do público, as feiras ainda precisam ampliar muito a saída de mercadorias e melhorar em termos de clientela. Esta questão é evidenciada pela crise econômica, que tem gerado muitos impactos nas feiras, especialmente durante a pandemia de Covid-19.

Alguns dos entrevistados nunca estiveram nas feiras, pois trabalham apenas na produção agrícola. Ainda assim, mesmo estes relatam perceber o interesse por parte dos consumidores e consideram que essa modalidade de venda direta é mais segura para o produtor, já que grande parte da produção tem destino certo, além de serem mais bem remunerados.

Enquanto consumidores, a maioria dos jovens entrevistados relatou ter uma alimentação diversificada, composta tanto por alimentos orgânicos quanto por convencionais. Em geral, costumam consumir os legumes, frutas e verduras comercializados nas feiras e/ou da sua própria produção, mas também comem alimentos processados, ultraprocessados e carnes, entre outros, adquiridos nos mercados convencionais. Alguns disseram não se importar se o alimento é orgânico ou não, mas a grande maioria afirmou que prefere consumir alimentos sem agrotóxicos.

É visível que a participação no CCFO tem sido um elemento gerador de mudanças na alimentação desses jovens, que muitas vezes passam a consumir mais alimentos in natura e orgânicos, seja pela facilidade do acesso, seja pela ampliação da consciência alimentar proporcionada pelas relações construídas no CCFO, ou pela combinação dos dois.

A gente vê o mundo de outro jeito, começa a pensar mais sobre alimentação, essas coisas. A gente conhece mais o ritmo, como funciona.

(Marquinhos, 29 anos, Duas Barras)

Muita coisa mudou, sou muito grata. Todo mundo passou a comer melhor, minha mãe, meu pai, minha madrasta, quem

ia lá em casa, muita gente comendo orgânico por conta do aparecimento da feira na vida de quem trabalhava lá. Nesse mundo envenenado isso faz muita diferença.

(Lilah, 29 anos, Salinas, em Friburgo)

A troca de alimentos entre os feirantes no final da feira é uma prática muito comum, o que contribui para ampliar e diversificar o consumo de alimentos orgânicos entre eles. Esse momento é carregado de trocas, não só de alimentos, mas de informações sobre os cultivos e as vendas, e também de afetos, fortalecendo os vínculos de amizade entre eles. Para jovens como a Lilah, e também como eu e muitos outros, de origem urbana, o trabalho nas feiras possibilitou o acesso de toda a família a esses alimentos de qualidade, proporcionado principalmente pelas relações de amizade ali estabelecidas.



Figura 11: Daniel, vendendo os produtos do grupo Serorgânico na Feira da Glória, 2021.

Fonte: Arquivos da autora, 2021.

4.4 - Desafios enfrentados pelos jovens rurais e as possíveis contribuições do CCFO

Ao investigarmos os desafios enfrentados pelos jovens, nos deparamos com questões já apontadas por Weisheimer (2013), ao sinalizar que a inexistência de políticas públicas voltadas para os jovens rurais prejudica a possibilidade de permanência em seus territórios pela dificuldade de acesso à educação, saúde, lazer, tecnologias e mercado de trabalho.

Durante as entrevistas para esta pesquisa, quando questionados sobre os principais problemas de suas comunidades, alguns jovens tiveram dificuldades para falar sobre este assunto de forma direta, alegando inclusive que nunca tinham “parado para pensar nisso”. No primeiro momento, alguns chegaram a afirmar que não havia problemas, outros atribuíram as possíveis dificuldades a questões individuais, como falta de vontade e esforço dos demais para o trabalho.

Ah eu não paro muito pra observar não. Tá bom do jeito que tá! (Marquinhos, 29 anos, Duas Barras)

É difícil falar isso, nós temos um colégio técnico de ponta, uma universidade, uma unidade da Embrapa, uma unidade da Pesagro. Então não dá pra falar em dificuldade quando você tem um prato cheio na sua mão para você crescer. A universidade tem 48 cursos, não precisa nem pagar condução. Mas quando você não estuda aí tem muita dificuldade, as pessoas não pensam em crescer, em melhorar, fica todo mundo estagnado. Mas não era para ter dificuldades.

(Jhonatan, 31 anos, Seropédica)

A falta de união entre os vizinhos e as pessoas da comunidade também foi um elemento que apareceu no início das falas dos entrevistados, quando se tratava dos problemas de sua região, ainda que em contextos e locais bem diferentes.

Ah eu acho que precisava ter mais união. Por exemplo, aqui no meu serviço a gente é como uma família. Mais pra baixo aqui, os vizinhos lá de baixo, ainda tem umas pessoas que não se falam muito, não é que não se gosta, mas não tem muita ligação sabe? É isso que podia melhorar né.

(Matheus, 20 anos, Duas Barras)

No decorrer das entrevistas outros elementos importantes foram sendo acionados, como, por exemplo, aqueles referentes à falta de infraestrutura, como iluminação pública, estradas e saneamento, mas também cultura, educação, saúde, acesso à internet e mercado de trabalho, entre outros.

As estradas. Não tem luz pública. As ruas também são estradas de chão e são muito ruins, muito destruída. Ai cada vez que chove dá mais buraco ainda. A gente não tem nada dessas assistências lá da prefeitura. Isso muito dificulta o deslocamento. Horário de ônibus lá também é muito ruim. Isso dificulta os estudos tb, igual, se a gente quer fazer os estudos, não dá, é muito difícil

(Grasiele, 25 anos, Brejal, em Petrópolis)

A situação precária das estradas e o transporte deficiente foram, sem dúvida, os pontos mais mencionados e se apresentam como algo que dificulta a continuidade dos estudos, já que, em grande parte das comunidades rurais do país, quanto maior o nível de escolaridade buscado, mais longe vão ficando as instalações de escolas e universidades. Santos (2020) mostra, em sua pesquisa sobre consumo entre jovens rurais, que a deficiência no transporte público é uma problemática comum nos territórios rurais, e chama a atenção para o fato de que tal dificuldade tende a condicionar os jovens a se adequarem a essa realidade, ficando assim menos propensos a buscar gêneros de consumo diferentes dos que são encontrados próximos às suas casas. Isso parece se confirmar na presente pesquisa, já que o esforço para o deslocamento faz com que muitos jovens deixem de cursar o ensino médio, geralmente disponível apenas em cidades vizinhas, ou que desistam de fazer cursos profissionalizantes e

universitários, que geralmente envolvem mudanças ou deslocamento para locais ainda mais distantes.

A alta dos preços, principalmente da gasolina, também foi um elemento mencionado nas entrevistas, acarretando ainda mais dificuldade de deslocamento. Em muitas regiões, a moto é o principal meio de transporte dos jovens e costuma estar relacionada a uma série de significados. Segundo pesquisa de Wedig e Menasche (2009), a moto permite que os jovens transitem mais facilmente entre o campo e a cidade, propiciando mobilidade material e simbólica entre “o que há de melhor nos dois mundos”. A moto, portanto, se apresenta como uma necessidade básica em regiões onde o transporte público é ineficaz ou até inexistente.

Em algumas regiões rurais com potencial turístico, encontramos um conflito de interesses relacionado ao uso do espaço. Questões estruturais frequentemente citadas pelos entrevistados parecem ser um ponto de embate entre os moradores e os veranistas. De um lado, os moradores, que utilizam as estradas para deslocamento cotidiano, muitas vezes para o transporte de suas mercadorias, reivindicam a pavimentação e iluminação das vias, de modo a facilitar esse deslocamento. De outro, pessoas que possuem casa de campo na região ou se hospedam em hotéis e pousadas alegam que o asfalto nesses locais descaracterizaria o ambiente rural, gerando aumento da velocidade dos carros e intensificaria a circulação de turistas, pela facilidade de acesso.

Especialmente entre os moradores de Seropédica, a falta de abastecimento de água também aparece como um problema grave, citado pelos entrevistados. Ao longo dos anos, essa região vem sofrendo impactos socioambientais decorrentes da extração de areia, da instalação de um aterro sanitário e da construção do Arco Metropolitano²⁷, além de problemas constantes relacionados à falta de energia elétrica. Para os jovens agricultores desta região, a questão que mais os atinge diretamente é a falta de água e a dificuldade de circulação no território. Apesar da região estar situada sobre um dos maiores reservatórios de água do Brasil, o aquífero Piranema, e muito

²⁷ A Rodovia Raphael de Almeida Magalhães, popularmente conhecida como Arco Metropolitano, é uma autoestrada construída no entorno da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ligando as cidades de Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, Seropédica e Itaguaí. Possui 71km e foi inaugurado em 2014, após seis anos de atraso.

próximo à estação de tratamento de água da Cedae, nas épocas de seca a produção nessas regiões fica impossibilitada pela dificuldade de irrigação. Somado a isso, os incêndios constantes que ocorrem durante a seca fazem com que esses produtores precisem muitas vezes se afastar momentaneamente das feiras por falta de mercadorias.

Ainda nessa região, a construção do Arco Metropolitano foi responsável pela remoção de diversos agricultores que viviam e produziam no local, sendo instalados em outras regiões e passando a enfrentar desafios no transporte cotidiano. Eles relatam que, após a construção do Arco, os moradores precisam andar muito mais de carro por conta dos diversos retornos, o que dificulta muito seu deslocamento na região. Alguns relatam que agricultores antes vizinhos não conseguem mais se visitar facilmente por conta do isolamento que se criou na área. Perante a grande dificuldade de transporte, um dos jovens produtores da Feira da Glória passou a trabalhar também como motorista de aplicativo na sua comunidade, já que muitos não possuem carro particular e ficam à mercê do transporte público ineficiente.

Outro elemento fundamental para compreender os desafios enfrentados pelos jovens em suas regiões é o acesso à internet. Nas entrevistas, fica evidente que houve uma grande ampliação dos serviços nos últimos anos. No entanto, as diferenças na forma de acesso estão diretamente relacionadas às desigualdades nos níveis de poder aquisitivo das famílias. Em sítios mais afastados, os moradores precisam pagar o cabeamento para o serviço via fibra ótica ou o equipamento para a internet via satélite, o que costuma ter um valor elevado, tornando-se inviável para algumas famílias. Muitos acessam a internet via dados móveis, serviço ofertado pelas operadoras de telefonia com uma abrangência menor e um custo mais alto. Nesta modalidade, o acesso é caro e limitado, o que os impossibilita, por exemplo, de participar de reuniões, assembleias e atividades escolares que passaram a ocorrer de forma virtual no período da pandemia.

Em entrevista com a Lilah, moradora de Salinas, distrito de Nova Friburgo, foi relatado o caso de sua região, onde diversos jovens não possuem internet e se reúnem à noite ou de madrugada na porta da casa de um dos moradores que possui internet via satélite para “pegar o sinal”. Um dos entrevistados, de outra região, não possui nem mesmo celular ou qualquer outro meio de acesso à

internet. É evidente que esta desigualdade no acesso às tecnologias de comunicação e informação interfere no modo como esses jovens se relacionam entre si e com o local onde vivem. Suas relações sociais e suas perspectivas profissionais, bem como o acesso à informação, muitas vezes ficam restritas ao uso das plataformas de redes sociais digitais.

O acesso à educação não foi mencionado diretamente como um problema, já que a maioria dos entrevistados relata ter bom acesso a escolas. No entanto, necessitam do transporte escolar. Até o ensino fundamental, a escola, geralmente, é dentro da comunidade. Depois, no ensino médio, a escola costuma ficar em outra cidade vizinha. Apesar de relatarem ter bom acesso ao ensino médio, muitos deles não conseguiram finalizar este nível de estudos, alegando falta de vontade, excesso de exigência dos professores e, ainda, a necessidade de escolher entre o estudo e o trabalho remunerado. Ao que parece, ainda que eles atribuam o abandono dos estudos no ensino médio a questões individuais, suas histórias de vida indicam que nessa etapa, a escola demanda um tipo de envolvimento, deslocamento e renúncia que muitas vezes se torna inviável frente às suas realidades.

Nesse sentido, avaliamos que a resposta por parte dos jovens entrevistados, de uma boa condição para o estudo, parece vir de uma referência histórica de tempos em que estudar era mais difícil, principalmente pela ausência do transporte escolar, problema esse que parece ter sido resolvido nos últimos anos. Um fator que parece ter contribuído para essa melhoria refere-se à implementação do Programa Federal Caminho da Escola, que teve por objetivo ampliar e renovar a frota de veículos escolares, oferecendo transporte escolar para quase 2 milhões de crianças, adolescentes e jovens de todo o Brasil, estudantes das redes estaduais e municipais de Educação Básica, entre 2011 e 2013. Nesse período, 93% dos municípios brasileiros foram beneficiados pelo programa, que ofereceu também lanchas e bicicletas, voltados para a garantia do acesso e da permanência dos alunos nas redes de ensino municipal e estadual.

A maioria afirma ter interesse em retomar os estudos ou finalizá-lo ao menos até o ensino médio. É possível observar nas falas uma valorização dos estudos, ao afirmarem por exemplo que "é necessário", "é importante" ou "a gente quer, mas o tempo é corrido". Apesar do desejo, muitos afirmam não

saberem se realmente poderão retomar os estudos. Para a maioria dos jovens que trabalha na produção agrícola, um curso de graduação na universidade não aparece como uma possibilidade, já que exige deslocamentos e uma grande mudança nas dinâmicas de moradia e trabalho.

Ao buscar compreender os modos de vida dos jovens entrevistados nos contextos diversos, foi investigado, entre outros elementos, as atividades vinculadas ao lazer. Entre as práticas mais citadas estão o futebol, as trilhas de moto, o banho de rio, assistir filmes e séries, churrascos com a família e os amigos, barzinhos e restaurantes, andar a cavalo, tocar violão, ouvir música, festas tradicionais da comunidade, videogame e andar de moto. “Mexer com as plantas” também foi citado como uma atividade de lazer, relacionada a algo meditativo e descanso. Para a maioria dos jovens, as opções de lazer não aparecem como um problema e aparentam estar satisfeitos com as opções que os lugares onde vivem oferecem. No entanto, um dos jovens problematizou um pouco mais esse aspecto em seu relato:

Acho que a região peca um pouco em não ter um lazer mais cultural, mais construtivo nesse sentido. O pessoal termina indo muito para o bar beber e jogar sinuca, que é legal mais poderia ter algo melhor, né? Por outro lado, isso só vem com o progresso, o que é uma faca de dois gumes, porque o progresso traz outras coisas que não são legais. Então, por um lado é bom você ficar o mais roça possível mesmo.

(Alan, 33 anos, Vale do Jaborandi, em Friburgo)

Este entrevistado vem de uma família neorural e possui muitos vínculos com a cidade. Em alguns momentos ele pontua essa questão como algo que o faz desejar estar mais no Rio de Janeiro, vivenciando experiências culturais tais como cinema e shows, além de mais opções de estudo, já que ele também tem a música e a ecologia como suas paixões. Segundo ele, a qualidade de vida, a tranquilidade e os aspectos ambientais que sua região oferece contribuem para sua permanência ali. No entanto, ele não descarta a possibilidade de uma

migração futura em busca de mais oportunidades de estudo e crescimento profissional.

Outro ponto importante apresentado nas entrevistas de modo geral foi a falta de oportunidades de trabalho e qualificação profissional para os jovens, especialmente para as mulheres. Algumas mulheres entrevistadas relatam que muitas acabam buscando empregos nas lojas e mercados, algumas vezes em cidades vizinhas. É preciso mais investigações para compreender a falta de envolvimento das mulheres entrevistadas na produção agrícola, atividade que apresenta mais oportunidades de emprego nas regiões estudadas. Quando questionadas sobre isso, elas atribuem esse desinteresse pela agricultura à intensidade do trabalho físico, especialmente quando somada à demanda de atividades domésticas que afirmam possuir, caracterizando a tradicional dupla jornada de trabalho das mulheres. Porém, é possível que aspectos relacionados à gestão e à propriedade da terra, entre outros elementos, também exerçam influências nessas escolhas.

Os problemas são mais iluminação das ruas, transporte, saneamento básico e trabalho para os jovens. Acho que essa parte é a mais difícil, as mulheres têm que sair. Às vezes, por gostarem do trabalho na roça os rapazes ficam, mas as mulheres têm que sair para trabalhar fora.

(Maria Luiza, 31 anos, Itaboraí)

Muitos também apontam para essa dificuldade de oportunidade de trabalho e de qualificação profissional. Dois dos entrevistados tiveram que sair de suas regiões de moradia em busca de outras possibilidades de emprego, permanecendo na atividade agrícola, porém em outro local. Eles mencionam também o preconceito que sofreram e a falta de credibilidade em seus trabalhos por serem jovens, sem muita experiência profissional.

A questão profissional foi um elemento bastante citado por eles quando questionados sobre que tipos de incentivos deveriam ser implementados para que os jovens permaneçam em suas cidades, especialmente a questão da contratação de trabalhadores locais para os cargos públicos.

Só mesmo emprego. Porque [se] não tem emprego, pessoal tem que sair. Quando vão contratar gente como merendeira, professor, essas coisas, eles contratam gente de fora. Acho que tinha que contratar mais gente local.

(Maria Luiza, 31 anos, Itaboraí)

Entre as mulheres foi citada a importância de oportunidades de emprego no local de residência, como feiras e empregos públicos de merendeira e professora.

Ainda sobre que tipo de incentivos gostaria de ter, eles citam vagas nas universidades específicas para jovens rurais, mais oportunidades de “primeiro emprego” para jovens sem experiência, cursos técnicos na área agrícola, redução de preços, profissionalização específica sobre geração de renda na propriedade, assistência técnica para a modernização das técnicas da agricultura orgânica, descontos na compra de produtos orgânicos, como adubos e sementes, oportunidades de intercâmbio entre jovens rurais e políticas públicas direcionadas para os jovens trabalharem e permanecerem especificamente na produção orgânica.

É bem clara a compreensão dos jovens entrevistados de que o CCFO e a Abio foram fundamentais para o desenvolvimento da agricultura orgânica do estado do Rio de Janeiro. Em termos de melhorias que o CCFO trouxe para as comunidades, os jovens afirmam que isso ocorre principalmente na geração de emprego e renda para as famílias envolvidas e na possibilidade de escoar mercadorias através da venda direta, o que, segundo eles, é a melhor forma de comercialização para a produção orgânica. Além disso, ressaltam a possibilidade de trabalho dentro da comunidade, o empoderamento dos produtores, através de relações de trabalho mais justas, a comunicação entre produtores e consumidores e o estímulo à transição dos agricultores vizinhos para a produção orgânica.

Sim, sem dúvidas [a participação no CCFO trouxe melhorias]. O circuito e principalmente a Abio alavancou a produção orgânica com a questão das feiras. Porque sem as feiras não teria como escoar, porque o público-alvo do

orgânico está no centro da cidade. Na baixada dificilmente as pessoas vão valorizar. Mas é algo que contribuiu muito, hoje. Se as feiras parassem, a agricultura orgânica no Rio iria ser dizimada. (Jhonatan, 31 anos, Seropedica)

4.5 - Novos arranjos entre produção e consumo e a permanência dos jovens no campo

Autores como Brumer (2007), Kummer e COLOGNESE (2013) têm apontado algumas lacunas nos estudos sobre a permanência dos jovens no campo. Segundo eles, os estudos sobre a saída dos jovens são bastantes significativos, porém ainda são poucos os autores que buscam inverter a questão e examinar as condições que favorecem a permanência. Considerando as reflexões destes autores, a atual pesquisa adotou a proposta de inversão do problema, deslocando a questão afim de compreender que aspectos têm propiciado e estimulado a permanência e em que medida os novos arranjos entre produção e consumo têm contribuído para isso. Seguindo a abordagem de Brumer (2007), na elaboração do roteiro para as entrevistas foram adicionadas questões que permitiram analisar o modo de vida, as relações sociais, as condições estruturais, as oportunidades de lazer e o acesso a atividades agrícolas e não-agrícolas para jovens de ambos os sexos.

Logo no primeiro bloco de perguntas do roteiro de entrevista, objetificou-se compreender como é a relação dos jovens com os seus locais de moradia, se gostavam de viver nesses lugares e por quê. As respostas foram unânimes. Todos os entrevistados afirmaram ter um grande apreço pelo seu local de moradia atual, destacando a importância de elementos como o contato com a natureza, o sossego do lugar, a ausência de poluição, as relações afetivas com as pessoas, com o lugar e, algumas vezes, com a “roça” enquanto atividade e trabalho. A maioria deles nasceu e cresceu nesse ambiente, o que contribuiu para um sentimento de familiaridade com o lugar. No entanto, respostas muito

semelhantes também foram encontradas entre pessoas vindas de outras cidades, incluindo aqueles provenientes de famílias neorurais.

Em seguida, os jovens foram questionados quanto ao desejo de permanência nesses locais de moradia. A maioria dos entrevistados (dez dos 14 jovens entrevistados) evidenciou um marcante desejo de permanência. Outros apresentam dúvidas recorrentes e relacionadas a conjunturas familiares, profissionais e até mesmo estruturais. Exemplo disso é a jovem já citada Paula, que deseja morar em um lugar com melhor acesso à internet para ampliar suas possibilidades de trabalho como *digital influencer*; outro que está estudando para concursos e percebe a futura permanência como algo incerto; e, ainda, outro que demonstra grande dúvida quanto a esse aspecto, pois deseja sair da esfera familiar em busca de novas experiências, ao mesmo tempo que tem grande apreço pelo lugar.

A partir das respostas, percebe-se que a maioria dos jovens que demonstram dúvidas quanto a sua permanência, moram com seus pais, não constituíram família e consideram uma transição futura para outras regiões. Já os que demonstraram intenções mais claras quanto a sua permanência, moram sozinhos ou são casados. Essas informações nos fazem pensar na questão do ciclo-de-vida, pois a relação intrafamiliar e o momento da saída dos jovens da casa de seus pais parecem suscitar tais questionamentos, mas, uma vez que reorganizam suas vidas, seja de modo independente seja constituindo sua própria família, tendem a apresentar maior convicção sobre sua permanência. Ao serem confrontados com uma situação hipotética de saída de suas comunidades, todos os entrevistados, com exceção de dois, afirmaram que, nessa circunstância, buscariam permanecer em algum ambiente rural. Nas palavras de um deles, o lugar de moradia: “Ah seria alguma roça”.

Em relação à questão financeira, os relatos mostram que a maior parte da renda dos entrevistados costuma vir do trabalho em circuitos curtos de comercialização, dentro ou fora do CCFO, como é o caso da venda através de cestas organizadas por eles mesmos e entregues em domicílio em centros urbanos. No entanto, metade dos jovens afirma possuir fontes de renda complementares, exercendo outras atividades remuneradas, entre elas

motorista de aplicativo, trabalho em um lava-jato, dono de mercearia local, cozinheira em um restaurante, professora e pesquisador. Ainda nesse sentido, a questão da propriedade da terra também foi incluída na entrevista de modo a buscar compreender a situação fundiária e econômica de suas famílias, bem como as possibilidades de herança da propriedade familiar. Cinco dos 14 entrevistados e suas famílias não possuem a propriedade da terra onde moram ou trabalham. Ao cruzar essas informações, percebemos que os jovens que consideram sair de suas regiões são os que possuem (eles ou sua família) a propriedade da terra onde vivem e/ou trabalham.

Perguntei, ainda, quais são as atividades não agrícolas mais comuns entre os jovens de suas regiões. Quando não trabalham com agricultura, o que fazem esses jovens? Eles saem da cidade para trabalhar? Nas diversas regiões de moradia dos entrevistados as respostas foram bastante semelhantes. As opções de trabalho não agrícola se concentram no comércio local (padarias, mercados, restaurantes, lojas de produtos agrícolas ou de materiais de construção). Outras atividades relatadas foram o trabalho em obras e motorista de caminhão, o que, segundo eles, “não vale a pena”. Ao que tudo indica, os jovens envolvidos em atividades não agrícolas permanecem morando em seus locais de origem e, mesmo quando trabalham em outras cidades, fazem esse deslocamento cotidiano.

O pessoal monta na moto e vai trabalhar em outra cidade. O pessoal não se muda porque aluguel é muito caro, eles recebem um salário-mínimo. Aí, o pessoal prefere pegar o dinheiro da passagem e voltar pra casa dele na roça. Aí trabalha em mercadinho, material de construção, pizzaria, essas coisas. (Rodrigo, 39 anos, Brejal, Petrópolis)

Uma fala chama a atenção ao relatar a permanência dos jovens não só em seus territórios, mas também na agricultura como atividade dominante. Ressaltando a diferença entre viver no meio rural e estar envolvido com a atividade agrícola.

Muitos [dos meus amigos de infância] foram trabalhar em lojas de produtos agrícolas, com venda de agrotóxicos, outros em criação e os outros na terra mesmo. Mas eu sinto que está muito diferente hoje aqui, eu sinto que hoje talvez tenha mais jovens ficando na agricultura mesmo. Deu um “boom” de tecnologia aqui, agora tem muita estufa e agricultura deu um “up” na vida de muita gente aqui, sabe? Os jovens estão bastante na agricultura aqui. (Alan, 33 anos, Vale do Jaborandi, em Friburgo)

Na sequência, eles foram questionados sobre qual a importância do envolvimento dos jovens com a agricultura e se eles incentivariam esse envolvimento nos colegas e vizinhos. As respostas deixaram muito evidente a noção de que este é um trabalho que “vale a pena” e suas falas parecem valorizar o trabalho agrícola como algo fundamental para alimentar a população e para manter as tradições. Todos eles afirmaram que incentivariam outros jovens a permanecerem no trabalho agrícola, principalmente na produção orgânica, pela remuneração ser melhor. Porém, alguns acreditam que os jovens estão perdendo interesse pela terra e relacionam isso ao “desejo de ganhar dinheiro fácil, sem pegar no pesado”; outros afirmam que deveria ter mais incentivo e que a existência de uma escola agrícola em uma das regiões citadas é vista como um bom exemplo desse estímulo, fazendo com que muitos jovens estejam nessa atividade atualmente.

Esses relatos me fizeram perceber que a maioria dos entrevistados tinha clareza sobre o quanto problemática é a questão da saída dos jovens do trabalho agrícola. Suas respostas mencionam o caráter singular desse trabalho, demonstrando importância não só para suas vidas particulares, mas para suas comunidades e para a sociedade como um todo, o que parece ser motivo de orgulho para os que seguem envolvidos nessas atividades.

Acho que sim, super importante [o envolvimento dos jovens no trabalho agrícola]. Agricultura é a base dos alimentos, da

sociedade. Quanto mais conhecimento, incentivo nisso, vai influenciar tudo, saúde, meio ambiente.

(Alan, 33 anos, Vale do Jaborandi, em Friburgo)

Além disso, em diversos momentos da pesquisa o trabalho na agricultura aparece como algo que contribui para a construção de identidades, relacionadas a um “modo de vida simples”, mas de “pessoas honestas e batalhadoras”.

Incentivaria, com certeza, porque eu sou o que eu sou por causa disso. Sou uma pessoa de boa índole, nunca me envolvi com nada errado. Então, na lavoura dá pra você viver. Dinheiro todo mundo ganha, mas tem que colocar a cara, pegar chuva, sol...

(Rodrigo, 39 anos, Brejal, em Petrópolis)

Ah, eu gosto de fazer as coisas assim. Porque muita gente, em vez de trabalhar pra ter suas coisas, rouba. Acho que você trabalhar é mais bonito, melhor também, que aprende mais.

(Dailson, 19 anos, Duas Barras)

Durante o andamento da pesquisa, minha ideia sobre a permanência dos jovens no campo, enquanto seus locais de origem, moradia e trabalho, foi sendo reelaborada. Ampliamos essa questão afim de entender não só a permanência desses jovens em seus territórios, mas também os tipos de migração que houve entre os entrevistados e suas distintas “formas de permanência” em atividades ligadas à agricultura²⁸.

Em muitos casos percebemos que o principal, na relação dos jovens com a agricultura, é o vínculo afetivo. Este vínculo está associado a memórias familiares e com o lugar, mas também com as próprias práticas agrícolas, os espaços nos quais elas se desenvolvem e as pessoas a elas relacionadas. São

²⁸ Compreendemos como atividades ligadas à agricultura, o conjunto de práticas relacionadas a diversas etapas, que englobam produção, colheita, processamento, preparo de mercadorias, transporte e comercialização, podendo o jovem atuar em uma delas ou em várias ao mesmo tempo.

muitos os relatos de jovens que, desde a infância, estavam junto com seus familiares nas rotinas de trabalho ligadas à agricultura. Há também casos em que este trabalho os remete ao resgate de uma atividade praticada por seus antepassados que, por vezes, foi interrompida pelas gerações anteriores, mas que tem sido retomada ou continuada por eles.

Para além desse vínculo, percebe-se uma compreensão dos jovens entrevistados sobre a precariedade dos serviços e a redução da qualidade de vida nas grandes cidades. Isto nos leva a crer que existe atualmente uma maior valorização da “vida no campo” por parte dos jovens de origem rural ou neorural. Aqui cabe lembrar que, nos grandes movimentos migratórios verificados no Brasil entre os anos 60, 80 e início dos 90, analisados por Camarano e Abramovay (1999), havia uma forte tendência de migração dos jovens para as grandes cidades, especialmente entre as mulheres. No contexto estudado, foram relatados alguns casos de migração entre os entrevistados, porém todos entre cidades pequenas, pouco urbanizadas e relativamente próximas de seu local de origem.

Um caso que expressa bem essa questão na pesquisa é a história de dois jovens que possuem parentesco entre si e viviam na área rural do município de Cantagalo, na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Segundo eles, essa região é majoritariamente voltada para a pecuária e todos os membros de suas famílias trabalhavam nesta atividade. Porém, a falta de emprego na região levou-os a migrar para Duas Barras, município vizinho, a cerca de 50km de distância, atraídos pelas oportunidades de trabalho na agricultura orgânica, com boa remuneração e carteira assinada (CLT). Neste caso, os jovens saíram de seus municípios, mas permaneceram em uma área rural e em atividades ligadas à produção de alimentos. Atualmente, afirmam morar na cidade de Duas Barras e trabalhar na área rural. A cidade onde moram é um município no interior do Rio de Janeiro, vizinho de Nova Friburgo, que, segundo dados encontrados no site do IBGE, possui população estimada para 2021 de 11.563 habitantes.

Os outros casos sobre mobilidade relatados nas entrevistas também ocorreram entre bairros próximos, onde os jovens saíram de áreas consideradas rurais para morarem mais próximo as regiões centrais de suas cidades, porém

seguem mantendo relações com as atividades ligadas à agricultura. Tais situações nos levam a compreender as reflexões trazidas por Carneiro (1998) ao chamar atenção para a dificuldade, cada vez maior, de delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. Nesse sentido, compreendemos a mobilidade nessas regiões como algo comum e que faz parte das dinâmicas locais, não podendo de modo algum ser considerada como êxodo rural ou não permanência no campo, já que, nos contextos estudados pela autora, essas fronteiras permanecem fluidas, permitindo fortes conexões entre os lugares e os entrevistados.

Dentre os entrevistados, consideramos como migração o caso de uma jovem neo-rural que fez o movimento de forma inversa. Lilah tem 29 anos e trabalhou durante muito tempo nas feiras do CCFO. Vivia em uma região periférica da cidade do Rio de Janeiro, migrou, junto com seu companheiro, para o distrito de Salinas, pertencente a Nova Friburgo. Apesar de ter nascido em Volta Redonda, onde uma parte de seus avós eram agricultores e a outra eram operários, seus pais migraram para a cidade do Rio de Janeiro, onde ela passou grande parte da vida. Lilah conta que o trabalho na feira fazia sentir-se mais próxima de suas origens, ainda que distantes. Ao mudar-se para Salinas, alguns anos depois, Lilah passou a trabalhar na produção agrícola de um dos produtores da feira com quem já tinha contato.

Dentro do conceito de migração também se encontra a família de Alan. Apesar de ter nascido e crescido no Vale do Jaborandi, em Nova Friburgo, região com bastante atividade agrícola, e de ter estudado em uma escola técnica agrícola, seus pais, um casal de neo-rurais que buscava um modelo de vida mais pacato e próximo a natureza, migraram para esse município durante a juventude. Tiveram dois filhos e trabalharam durante muitos anos em atividades não agrícolas. Alan conta que começou a trabalhar na produção de orgânicos a partir da ideia de uma namorada da época, vinda da cidade do Rio de Janeiro, e que conhecia as feiras orgânicas. Segundo ele, isto se deu por volta de 2012, no início da criação do CCFO. Com essa oportunidade de trabalho, ele e o pai, que até então só plantavam para o autoconsumo da família, se identificaram com a causa e passaram a produzir alimentos em maior escala e de forma orgânica.

Juntaram-se com outros produtores da região e iniciaram a comercialização nas feiras do CCFO. Alan cresceu rodeado pela agricultura e, apesar de seus pais não trabalharem na área, esse universo sempre fez parte da sua vida. Como filho de neo-rurais, nascido e criado em uma área majoritariamente rural, Alan tem referências muito fortes vindas desse contexto. Atualmente, ele, o pai e a irmã trabalham juntos na produção, na comercialização no CCFO e na entrega de cestas que organizam para os clientes mais próximos. Ele diz que as feiras são um canal de conexão dele com a cidade, o que expressa bem a ideia de Wanderley (2007) ao relatar sobre o desejo dos jovens em “aproveitar o melhor dos dois mundos”.

Uma das preocupações desta pesquisa foi em como acessar informações sobre os locais onde os jovens viviam, a fim de compreender melhor o contexto de suas histórias. Infelizmente, só tive oportunidade de conhecer dois desses territórios: o sítio Quaresmeiras em Duas Barras, onde fui entrevistar presencialmente três jovens, e o Vale do Jaborandi, em Nova Friburgo, onde estive para uma visita aos produtores em ocasião anterior à pesquisa. Ainda assim, busquei captar, através da percepção dos entrevistados, a realidade dos outros jovens cujos lugares de moradia não pude visitar.

Entre os 14 entrevistados, dez deles moram em Duas Barras, Brejal e Salinas. Essas regiões são de muita produção, tanto orgânica quanto convencional, e, segundo a percepção deles, existem muitos outros jovens envolvidos nos dois tipos de produção. No entanto, todos os entrevistados, em unanimidade, afirmam que a criação do CCFO foi um grande incentivador para que esses jovens transitassem para a agricultura orgânica. Essas são regiões com forte histórico de atividades agrícolas e, por isso, junto a Teresópolis, concentram grande parte dos produtores orgânicos certificados comercializados nas feiras do CCFO.

Outro elemento que, segundo os entrevistados, é importante para a permanência desses jovens em atividades agrícolas são as políticas públicas voltadas para agricultura familiar, especialmente em Nova Friburgo. O Programa

Rio Rural²⁹, por exemplo, que objetiva a melhoria da qualidade de vida no campo, por meio do aumento da renda do produtor rural e da conservação dos recursos naturais, foi citado por dois entrevistados, que contaram sobre a importância do mesmo em suas regiões. Segundo eles, o programa possibilitou que muitos jovens investissem em materiais para dar início a sua própria produção orgânica. Em 2011, outro projeto, denominado Rio Rural Emergencial, também causou impactos positivos ao possibilitar que produtores se reestruturassem após a tragédia climática ocorrida na região de Friburgo naquele mesmo ano³⁰.

Perante os relatos dos jovens, somados à observação realizada por mim dentro das feiras nos últimos anos, não restam dúvidas sobre a importância, face a questão estudada, do movimento que deu origem à Feira Orgânica da Glória e, posteriormente, ao CCFO. A ampliação dos canais de escoamento da produção orgânica em todo o estado do Rio de Janeiro, o estímulo à transição e à expansão da produção orgânica, a geração de empregos, tanto nas regiões de produção quanto na cidade do Rio de Janeiro, para centenas de jovens, a valorização da agricultura familiar orgânica, gerada através da aproximação entre produtores e consumidores, bem como a melhoria da qualidade da alimentação de uma parcela da população da cidade, são alguns dos impactos gerados por esta iniciativa, que pode ser caracterizada como um exemplo de Rede Agroalimentar Alternativa. Esses elementos têm se mostrado fundamentais para a permanência dos jovens em atividades ligadas à agricultura e, em seus territórios. No entanto, observamos que a existência do CCFO, de forma isolada, não pode ser considerada a única responsável pela redução do fluxo migratório nessas regiões. Outros componentes não só se mostram eficientes, mas atuam de modo a complementar o trabalho realizado pelo CCFO. É o caso da Escola Técnica Agrícola Ibelga, de Nova Friburgo, que demonstrou

²⁹ O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, conhecido como Rio Rural, é uma política pública estadual criada pelo Governo do Estado no ano de 2000. Este programa utiliza como estratégia o envolvimento direto das comunidades residentes nas microbacias como unidades de planejamento e intervenção para práticas de manejo sustentável (SOARES, 2013).

³⁰ A tragédia climática da região serrana, ocorrida em 2011, foi um dos maiores desastres socioambientais do país, deixando centenas de mortos e milhares de desalojados em grande parte do município de Nova Friburgo. Nesse contexto, o Governo do Estado do Rio de Janeiro criou o Rio Rural Emergencial, um programa liderado pela Emater com o objetivo de ajudar moradores dessas regiões a se reestruturarem e reerguerem suas propriedades agrícolas.

ser um elemento importante na permanência dos jovens nesse território. Podemos citar, ainda, a relevância das políticas públicas de incentivo à produção orgânica e o acesso à educação, saúde, lazer, tecnologias e mercado de trabalho. A implementação de políticas públicas e projetos que visem trabalhar esses aspectos de forma complementar parece apontar caminhos promissores para que os jovens não só sigam escolhendo permanecer em seus territórios, mas também trabalhando em atividades relacionadas à produção agrícola, e fazendo isso de forma a garantir qualidade de vida.

A participação dos jovens nos processos de decisão e gestão dos grupos e espaços coletivos, dentro das estruturas de SPG e da Abio, também parece ser um ponto importante. Este elemento é particularmente interessante pois pode contribuir para a permanência dos jovens, a longo prazo, no CCFO, fomentando uma visão crítica e politizada das atividades exercidas e adicionando ainda mais sentido a essas práticas.

É oportuno ressaltar que esta pesquisa teve início a partir do interesse em compreender a permanência dos jovens no campo e na agricultura, a partir das relações estabelecidas com o surgimento de AFNs. Debruçamo-nos sobre uma bibliografia sobre o êxodo rural de jovens para compreender os processos que envolvem a reprodução social na agricultura. Ao tratar esta questão no trabalho de campo, percebemos que a noção de “êxodo do jovem rural” é uma problemática bastante difundida entre os entrevistados, de modo que grande parte deles parecia inicialmente concordar com a tendência de um suposto “desinteresse dos jovens pela agricultura”. De fato, a permanência na atividade agrícola não aparece atualmente como única possibilidade de trabalho para os jovens residentes em comunidades rurais, até porque grande parte delas deixou de ser exclusivamente agrícola. No entanto, ao aprofundar as conversas com os entrevistados, percebemos que existem jovens envolvidos nesses processos e que, talvez, a memória sobre estas atividades e as recentes mudanças no modo como os jovens têm se envolvido com a alimentação e a agricultura, estejam ainda hoje sombreando a compreensão de possíveis alterações nesses fluxos.

É evidente que este trabalho não tem condições, e nem a pretensão, de analisar os movimentos de saída e retorno do campo, de forma extensa e

aprofundada. Porém, dentro do contexto estudado e nas regiões envolvidas com o CCFO, observamos um possível refreamento do que ficou conhecido com êxodo rural. Além disso, o alargamento da noção de permanência, ao considerar outras atividades para além da produção agrícola, possibilita uma visão mais ampliada da reprodução social na agricultura. Segundo Carneiro (1998), perante o processo de modernização da agricultura e a conseqüente crise do modelo produtivista, comunidade rurais e urbanas têm encontrado novas maneiras de reprodução social capazes de absorver e de acompanhar a dinâmica da sociedade em que se insere, sem, contudo, renunciar a valores, visões de mundo e formas de organização social definidas em contextos sócio-históricos específicos. Em alguns casos, a combinação de atividades agrícolas com outras formas de rendimento, parece ser propícia para permanência do jovem em seu território.

Considerando a diversidade de contextos das regiões de residência dos jovens envolvidos neste estudo, encontramos grandes diferenças no modo como se dá o envolvimento dos mesmos com a agricultura, bem como com outras atividades desenvolvidas e sonhadas por eles. No caso dos jovens residentes em municípios com forte atividade agrícola, como é o caso da região serrana do estado do Rio de Janeiro (Nova Friburgo e Petrópolis), é relatado um grande envolvimento dos mesmos tanto na produção orgânica, quando na convencional. Já em outros municípios, que vivem fortes processos de industrialização, urbanização e conflitos socioambientais, como é o caso de Itaboraí e Seropédica, os jovens envolvidos na agricultura são mais escassos e é comum encontrar aqueles que combinam atividades agrícolas e não agrícolas para a composição de sua renda. Há ainda casos em que o envolvimento com a agricultura está vinculado a uma realização pessoal ou relação afetiva, e não diretamente a uma necessidade financeira.

A diversidade de situações encontrada nas regiões estudadas corrobora com a noção trazida por Carneiro (1998) e Wanderley (2000) de um ambiente rural diverso, múltiplo e pluriativo. Nesse sentido, é preciso compreender os contextos e necessidades específicas de cada região a fim de contribuir para a estruturação de estratégias para suas populações, em especial para seus jovens, que levem em consideração essas diferenças no acesso à renda e aos

serviços básicos. Importante, ainda, é considerar a existência e o avanço de conflitos socioambientais, que atuam diretamente na forma como os jovens se envolverão ou não com a agricultura.

Ainda que, de modo geral, a atuação do CCFO tenha sido fundamental para os jovens e suas famílias dessas regiões, as condições como esta iniciativa vem se estruturando atualmente parecem reforçar uma série de desigualdades no acesso dos jovens às redes agroalimentares alternativas. Assim, é importante que novos projetos caminhem no sentido de compreender essas especificidades dentro do estado do Rio de Janeiro e desenvolvam estratégias de mobilização, engajamento e, até mesmo, formas de viabilizar a participação de jovens agricultores em regiões de maior vulnerabilidade social.



Figura 12: Grasielle comercializando os produtos na barraca no grupo do Brejal.
Fonte: Arquivo da autora, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa partiu do interesse pelos processos e transformações nas relações entre campo e cidade, a partir de movimentos alimentares alternativos, crescentes em áreas urbanas. Paralelamente, interessava a questão da continuidade das atividades agrícolas e da sucessão geracional na agricultura. Tais interesses me fizeram questionar de que modo os jovens rurais têm se relacionado com essas transformações e quais as possíveis contribuições da construção de alternativas em torno da produção, comercialização e consumo de alimentos

As chamadas Redes Alimentares Alternativas envolvem um contingente de pessoas que se organizam tanto em áreas rurais quanto urbanas para a construção de novos arranjos de produção e distribuição de alimentos de qualidade. Esses tipos de movimentos começam a surgir no Brasil no início dos anos 80, quando são criadas diversas iniciativas, como feiras orgânicas, grupos de compras coletivas e associações que englobam produtores e consumidores para a construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis, pautados pela economia solidária, alimentação saudável, comércio justo e preservação ambiental. São grupos que constroem críticas às formas convencionais de produção, comercialização e consumo de alimentos.

Entre essas iniciativas está a Feira Orgânica da Glória, criada em 1994, e que veio a inspirar, posteriormente, a criação, em 2012, do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), que funciona em diversos bairros da cidade do Rio de Janeiro, sendo o lócus dessa pesquisa.

O estudo teve por objetivo compreender como os jovens rurais participantes do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO) têm vivenciado os processos de criação e ampliação de mercados alternativos e em que medida seu envolvimento nessas iniciativas afetam suas perspectivas de permanência na agricultura. Considerando que as feiras que fazem parte deste circuito envolvem o contato direto entre produtores e consumidores, tornou-se interessante compreender como são forjadas e transformadas as identidades desses jovens, a partir desse envolvimento.

Através da relação semanal da pesquisadora, durante dois anos, com os jovens que trabalham na Feira da Glória, situada na zona sul da cidade do Rio

de Janeiro e, ainda, de entrevistas aprofundadas realizadas com 14 destes jovens, buscou-se compreender elementos importantes para mapear as dinâmicas e problemáticas vivenciadas por eles. As informações coletadas – relativas à história e à estrutura familiar desses jovens, seus contextos sociais, as relações estabelecidas com a agricultura e com o CCFO, as tarefas exercidas, bem como seus desejos de permanência ou de saída da atividade agrícola, as relações como os consumidores e as possíveis mudanças nos seus hábitos alimentares – nos ajudaram a compreender os diferentes contextos, relações e transformações ocorridas a partir desse exemplo de Rede Alimentar Alternativa.

Com as limitações impostas pela pandemia de Covid-19, grande parte dos entrevistados foram os jovens que trabalham na Feira da Glória, ambiente de cruzamento entre produtores e consumidores, propício para o desenvolvimento de relações e trocas e, desta forma, fomentando a pequena produção orgânica. Foi realizado, ainda, um trabalho de campo presencial em um dos sítios cuja produção orgânica é comercializada na feira, onde tive a oportunidade de entrevistar alguns jovens envolvidos na produção, mas que nunca estiveram na feira. Além disso, algumas entrevistas foram realizadas de forma remota com outros jovens que atualmente não participam da Feira da Glória, mas estão ou já estiveram vinculados ao CCFO.

Neste trabalho de campo, percebemos uma grande valorização do CCFO, por parte dos jovens, citando a importância que este possui em suas vidas e/ou em suas comunidades, principalmente no que tange à criação de oportunidades de trabalho, estímulo à produção orgânica, geração de renda, reelaborações identitárias e melhorias nos hábitos alimentares e, portanto, na saúde das pessoas envolvidas. No entanto, ao longo das entrevistas, surgiu uma série de elementos importantes para compreender as relações desses jovens com o CCFO, bem como suas perspectivas de permanência nas atividades agrícolas.

Por se tratar de um circuito composto por produtores de todo o estado do Rio de Janeiro, observamos contextos diversos e realidades distintas no que se refere às relações dos jovens com as redes alimentares alternativas. Em regiões com histórico de forte atividade agrícola, por exemplo, percebemos uma tendência maior dos jovens em permanecerem na agricultura. Outros elementos, como o acesso à terra e à renda, às tecnologias e aos serviços básicos, também

aparecem como decisivos para que estes jovens desejem ou não permanecer trabalhando na agricultura e vivendo em suas comunidades.

Já em regiões mais precarizadas, com fortes processos de urbanização, conflitos socioambientais, dificuldades de acesso a recursos, como água, terra, renda e serviços básicos, observamos uma redução no interesse pelo trabalho agrícola. Nestes casos, esta atividade passa a ter outros papéis e significados, que não estão relacionados, necessariamente, à produção de renda. Como produção voltada para subsistência e auxílio na manutenção de uma atividade familiar, própria dos mais velhos. Desse modo, a pluriatividade se apresenta com uma prática comum neste e em outros contextos.

A presente pesquisa buscou analisar a participação dos jovens envolvidos com o CCFO a partir da perspectiva do trabalho em atividades ligadas à agricultura. Assim, além da produção agrícola, diversas outras funções importantes dentro da logística que envolve o CCFO foram consideradas. Com o mapeamento das atividades realizadas, percebemos que as funções de comercialização, gestão, transporte e organização das mercadorias têm sido muito mais atraentes para os jovens do que a agricultura em si, principalmente para as mulheres. Segundo eles, isso se deve à rotina intensa e cansativa nas lavouras, exposições a temperaturas extremas, carga horária extensa e esforço físico intenso.

Nos relatos das mulheres, percebemos que, de modo geral, a produção está sob a responsabilidade dos seus pais, maridos ou irmãos; elas, frequentemente, aparecem ou se identificam como auxiliares deste processo. Ao longo desses dois anos de pesquisa, praticamente todas as mulheres entrevistadas acabaram se afastando da feira por assumirem outras oportunidades de trabalho. Algumas ainda permanecem na gestão das encomendas e organização dos produtos que vão para a feira, principal área de atuação das jovens mulheres entrevistadas.

Este caso evidencia a importância de estudos que debatem e aprofundam a atual situação das mulheres na agricultura, em especial das jovens. Ao que essa pesquisa indica, elas possuem maiores dificuldades de permanência na agricultura e, possivelmente, aspectos ligados à propriedade e à herança das propriedades agrícolas precisarão ser estudados, a fim de compreender melhor

as possibilidades e os interesses das mulheres de permanência na atividade agrícola.

Ainda assim, é interessante ressaltar que, na maioria dos casos, observamos um forte desejo, por parte de jovens de ambos os sexos, em continuarem vivendo em seus locais de origem, próximos às suas redes de sociabilidade. Esta configuração contribui para que estes jovens permaneçam também, de algum modo, conectados à agricultura, já que, em muitos locais, esta é uma atividade comumente praticada por seus familiares, seja em lavouras voltadas para venda ou para o autoconsumo da família. Além de uma crescente valorização do espaço rural como local de moradia, a compreensão de que a “cidade grande” se apresenta como um ambiente hostil, violento e com alto custo de vida parece fortalecer o desejo de permanência destes jovens em suas comunidades.

Nesse sentido, o cenário encontrado na presente pesquisa apresenta indícios que vão ao encontro das análises de Valadares et al (2016) sobre os dados do Censo Demográfico de 2010, que apontam para um possível arrefecimento do movimento migratório campo-cidade, quando comparado aos índices encontrados nas décadas anteriores.

Este estudo constata a necessidade de pesquisas futuras mais amplas e atualizadas que tenham foco não apenas na problemática da migração, mas também no estudo sobre os limites e possibilidades da permanência dos jovens em seus territórios e nas atividades de produção de alimentos, bem como análises que sejam capazes de interpretar os dados de maneira aprofundada e comparativa.

Assim, observamos que as recentes dinâmicas de aproximação entre campo e cidade, bem como as transformações ocorridas nos espaços rurais, não têm resultado em uma homogeneização e urbanização desses modos de vida. Ao contrário, os dados encontrados nesta pesquisa parecem confirmar as análises de Carneiro (1998) e Wanderley (2000), que apontam que as transformações vivenciadas nesses espaços parecem produzir novas configurações que compreendem espaços mais complexos, múltiplos e diversos.

No decorrer desse trabalho, percebemos a importância da venda direta e do vínculo que tem sido construído entre produtores e consumidores em iniciativas como a do CCFO, como forma de sobrevivência dos jovens e suas

famílias na atividade agrícola, gerando um impacto bastante positivo nas suas vidas e trajetórias. No entanto, percebemos também que há uma diferença muito grande no modo com os jovens vivenciam, acessam e compreendem sua participação nestas redes alternativas, a depender de seu contexto e da sua realidade social. A carência de políticas públicas voltadas para a população rural e para a pequena agricultura familiar, e orientadas para a criação de melhores condições de permanência e envolvimento dos jovens com a agricultura de base ecológica contribui para a manutenção e aprofundamento de desigualdades dentro e fora do CCFO.

Iniciativas voltadas para a criação e expansão de escolas técnicas agrícolas e de acesso à terra, bem como programas de crédito e apoio à comercialização direta, especialmente para os jovens rurais, foram apontadas pelos próprios jovens como possíveis maneiras de fomentar sua permanência.

Ainda sobre o envolvimento dos jovens na agricultura, é importante ressaltar que essa pesquisa foi direcionada ao estudo sobre a permanência de jovens rurais participantes do CCFO em atividades agrícolas. No entanto, nas dinâmicas envolvidas nas AFNs, observamos uma participação cada vez maior dos chamados neo-rurais. Este contingente de jovens de origem urbana que migraram para áreas rurais não é novidade. Porém, as recentes transformações pelas quais estão passando os ambientes urbanos e rurais têm gerado novas configurações também para as pessoas que optam por migrar para o campo. Ao que tudo indica, os estudos atuais não têm sido capazes de dar conta desse movimento mais recente, e que parece ter crescido com a pandemia, já que muitas atividades laborais passaram a ser realizadas de modo remoto, o que possibilita a escolha dos espaços rurais como local de moradia, trabalhando em atividades agrícolas ou não-agrícolas.

É evidente que esses jovens neo-rurais, ou como é o caso de um dos entrevistados, filho de um casal neo-rural, possuem outro tipo de envolvimento e compreensão sobre o CCFO. Nesse sentido, é importante que sejam realizadas novas pesquisas que visem compreender as recentes configurações mobilizadas por esses jovens neo-rurais e como tem se dado seu envolvimento com a produção de alimentos.

Ainda dentro dessa perspectiva, apontamos os desafios que envolvem o futuro das feiras de venda direta perante as transformações nos mercados de

alimentos orgânicos, particularmente com a recente construção de mercados alimentares digitais. O crescimento de empresas e grupos voltados para a comercialização de cestas de alimentos orgânicos pela internet, embora bem-vindo no sentido de ampliar o número de pessoas comprando alimentos orgânicos, tem preocupado os participantes do CCFO. Segundo eles, a competitividade com esses “atravessadores virtuais” tem sido um grande desafio, uma vez que os produtores rurais não possuem as mesmas facilidades em acessar instrumentos logísticos de gestão, entrega e divulgação para esse tipo de venda. Além disso, eles denunciam a facilidade para fraudes nesses formatos de comercialização, já que muitas dessas iniciativas não possuem fiscalização quanto a sua qualidade e certificação orgânica.

Assim, nos cabe questionar se essas iniciativas de mercados alimentares digitais possuem diretrizes e práticas que contribuem para o fortalecimento da agricultura orgânica de base familiar e local ou se estão mais próximos dos movimentos de “convencionalização dos orgânicos”, que, por vezes, se utiliza dos discursos da agroecologia, mas operam em uma lógica empresarial, visando uma atividade lucrativa e que explora os pequenos agricultores. Considerando a impossibilidade de aprofundar tais temáticas neste momento, ressaltamos o surgimento de uma recente agenda de pesquisa sobre os mercados alimentares digitais³¹ voltados para a agricultura orgânica e seus impactos para os pequenos agricultores.

Por fim, e longe de esgotar as possibilidades de análise sobre essa vasta temática, este estudo permitiu compreender que a categoria “jovens rurais” é extremamente diversa e está em constante transformação, sendo fortemente impactada pelas mudanças nas dinâmicas que envolvem o campo brasileiro, seus contextos e realidades sociais. Nesse sentido, identificamos que as redes alimentares alternativas têm cumprido um papel ao desenvolver ações que contribuem para a valorização e a viabilização da pequena agricultura de base familiar. Ainda assim, mostrou-se de extrema importância o empenho governamental voltado tanto para políticas públicas direcionadas a esses atores, quanto para o fortalecimento de iniciativas como a do CCFO, que têm apresentado contribuições sociais para os ambientes urbanos e rurais.

³¹ Ver, por exemplo, Niederle et al, 2021.



Figura 13: Daina, Jeferson e Thais, jovens do Brejal que atuam como vendedores na Feira Orgânica da Glória, 2021.

Fonte: Arquivos da autora, 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIO. Sobre ABIO. Disponível em: < <https://abiorj.org/sobre-abio/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2020.

AZEVEDO, Elaine de. O Ativismo Alimentar Na Perspectiva Do Locavorismo. **Ambiente & Sociedade**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 81–98, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc740v1832015>

BRASIL. **Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.831.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 11326, de 24 de junho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.831.htm. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista Nera* - ano 11, n. 12 - janeiro /junho de 2008.

CAMARANO, Ana Amélia, ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil — panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão, 621).

CARNEIRO, Camila Batista Marins. A organização de consumidores de produtos agroecológicos como politização do consumo: um estudo de caso da rede ecológica (RJ). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvol, Agricult e Sociedade - CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C. et al (Orgs.). *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. *Revista Ruris*, Campinas, v.2, n.1, p.9-38, 2008.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sérgio. Produção e consumo de alimentos: Novas redes e atores. *Lua Nova*, v. 1, n. 95, p. 143-180, 2015.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural no Brasil: Processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná.; CARVALHO, Joyce Gomes de; DANSI, Selma Fabre; MANSO, Thaís Camilo Rodrigues; MATHEUS, Andréa Cristina. Perfis dos jovens participantes de eventos dos movimentos sociais rurais: Construções de um ator político. *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*, 2007, UFPE, Recife/PE.

CASTRO, Elisa Guaraná. PNRA e Juventude Rural: 30 anos depois – Balanço e apontamentos em um contexto de ruptura institucional. Retratos de assentamentos, v.19, n.2, 2016.

CRUZ, Fabiana Thomé da. Produtores, consumidores e a valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos campos de cima da Serra/RS. Tese de Doutorado (PGDR/UFRGS), 2012.

COUNIHAN, Carole; SINISCALCHI, Valeria. *Food Activism – Agency, democracy and economy*. London/New York: Bloomsbury Academic, 2014.

DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDENBURG, Alfio; ALENCAR, Maria de Cléofas F.; ABREU, Lucimar Santiago. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. 19, n. 2, 2016.

FERRARI, Dilvan Luiz. Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina. Tese (doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas. UFRGS, Porto Alegre, 2011

FERREIRA, José. Os agentes da construção política do mercado. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 14, n. 33, p. 87-99, jul./dez. 2013

GAVIRIA, M. R.; MENASCHE, Renata. A juventude rural no desenvolvimento territorial: Análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo. *Estudo & Debate*, Lajeado, Univates, v. 13, n. 1, pp. 69-82, 2006.

GAZOLLA, Márcio, SCHNEIDER, Sérgio. Introdução. In: Gazolla, M., Schneider, S. (Orgs.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: Negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2017, p. 09-23.

GIULIANI, Gean Mário. Neo-ruralismo: O novo estilo dos velhos modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 14, ano 5, out. 1990.

GOODMAN, David.; DUPUIS, Melanie. E. Knowing food and growing food: Beyond the production-consumption debate in the sociology of agriculture. *Sociologia Ruralis*, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 5–22, 2002.

GOODMAN, David. Espaço e lugar nas Redes Alimentares Alternativas: conectando produção e consumo. In: Gazolla, M.; Schneider, S. (Orgs.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: Negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2017, p. 59-82.

GOODMAN, David. The quality “turn” and alternative food practices: Reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, v.19, n.1, p. 1-7, 2003.

GOODMAN, David; DUPUIS, Melanie E.; GOODMAN, Michael K. *Alternative food networks*. London/New York: Routledge, 2012.

IBGE, Censo Agropecuário, 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:

https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/producoes.html

KUMMER, Rodrigo e COLOGNESE, Silvio Antonio. Juventude rural no Brasil: Entre ficar e partir. *Tempo da Ciência*, 2013, v. 20, n. 39. p. 209-220.

MCCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist and garden variety neoliberal: Coming to terms with urban agriculture's contradictions. *Urban Studies and Planning*. Faculty Publications, 2, 2014.

NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Org.) *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Rio de Janeiro: Kairós, 2013. p. 23-68.

NIEDERLE, Paulo André; SCHNEIDER, Sergio e CASSOL, Abel (Orgs.). *Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

PORTILHO, Fátima. Sociabilidade, confiança e consumo na feira de produtos orgânicos. In: BARBOSA, L.; PORTILHO, F. e VELOSO, L. (Orgs.). *Consumo: cosmologias e sociabilidades*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009, pp. 61-86.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. *Revista Redes*. Dossiê “O abastecimento alimentar frente aos desafios contemporâneos”. V. 25, N. 2, 2020, p. 12-23.

PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo; CASTRO, Inês Rugani de. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciências e Saúde Coletiva*, 2011; 16(1):99-106.

PORTILHO, Fátima e FERREIRA, Isis Leite. Redes alimentares alternativas no Brasil. In: Leite, S. P.; Bruno, R. (Orgs.). *O rural brasileiro na perspectiva do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019, p. 189-203.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *Revista Agriculturas*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 17-32, 2009.

PREISS, Potira V.; MARQUES, Flávia Charão. Tendências no movimento de relocalização alimentar brasileiro: Uma análise de iniciativas colaborativas de compras. *Tessituras*, Pelotas, v. 3, n. 2, p. 269-300, jul./dez. 2015.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 35064, de 25 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2012. Disponível em: https://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/40320Dec%2035064_2012.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry; BANKS, Jo. Compreendendo as Redes Alimentares Alternativas: O papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. 2003. In: Gazolla, M.; Schneider, S. (Orgs.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: Negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2017, p. 27-52.

SANTOS, Lucas Ramos dos. Juventude Rural, Consumo e Cultura Material: Um Estudo em São Pedro da Serra, Nova Friburgo/RJ. 2020, 112p. Dissertação

(Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SONNINO, Roberta; MARSDEN, Terry. Além da linha divisória: repensando relações entre redes alimentares alternativas e convencionais na Europa. In: Gazolla, M.; Schneider, S. (Orgs.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: Negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2017, p. 105-128.

SCHNEIDER, Sergio; FERRARI, Dilvan. Luiz. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar - O processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 17, n. 1, 2015, p. 56-71.

SOARES, Kátia Macabu de Sousa; OLIVEIRA, Jércia Trindade de Oliveira; MARQUES, Josiane A. Barreto. Políticas públicas: um estudo sobre o programa Rio Rural. Seminário de Integração, v. XII, p. 1-18, 2013.

STROPASOLAS, Valmir. Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. *Revista Agriculturas*, v. 8, n. 1, março de 2011.

TANAKA, Jennifer Harumi. Comer é um ato político: O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a politização do consumo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

VALENÇA, Tainá Guimarães. Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, um olhar geográfico sobre a expansão da comercialização de alimentos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado (PPGG/ UFRRJ), 2016.

WANDERLEY, Maria Nazareth Braudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: O "rural" como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.15, outubro 2000, p.87-146.

WANDERLEY, Maria Nazareth Braudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

WEDIG, Josiane Carine; MENASCHE, Renata. Entre o campo e a cidade: O lugar do consumo na mobilidade material e simbólica de jovens rurais. In: PINTO, M. L.; PACHECO, J. K. *Juventude, consumo & educação 2*, Porto Alegre: ESPM, 2009, p. 95-112.

WEISHEIMER, Nilson. *Juventudes rurais: mapa dos estudos recentes*. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

WEISHEIMER, Nilson Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. *Desidades*, ano 1, n. 1, dez., 2013.

Site Ministério da Educação. Acessado em 18/03/2022: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/caminho-da-escola/sobre-o-plano-ou-programa-suple/sobre-o-caminho-da-escola>

ANEXO I: QUESTIONÁRIO DE MAPEAMENTO DE JOVENS RURAIS ENVOLVIDOS COM O CIRCUITO CARIOCA DE FEIRAS ORGÂNICAS (CCFO)

Esse questionário faz parte de uma pesquisa de mestrado da UFRRJ e visa a realização de um MAPEAMENTO sobre a participação de jovens no CCFO.

Ele deve ser respondido por QUALQUER pessoa na faixa etária de 15 a 35 anos, residente ou proveniente de áreas rurais e que tenha algum tipo de vínculo como CCFO.

1. Idade

2. Região de moradia atual

3. Região de origem/procedência

Mesmo local de moradia

Outro: _____

4. Você participa do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas?

Não

Sim

5. Há quanto tempo trabalha no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas?

Menos de 1 ano

Entre 1 e 2 anos

De 2 a 3 anos

De 3 a 5 anos

Mais de 5 anos

6. Grupo de produção ou comercialização ao qual você ou sua família é vinculada

7. Função realizada no CCFO (marque quantas opções desejar)

Produção

Colheita

Organização dos produtos para a feira

Transporte

Venda nas feiras

Outros: _____

8. Sexo

Feminino

Masculino

Outro

1. Escolaridade

Ensino fundamental completo

Ensino fundamental incompleto

Ensino médio completo

Ensino médio incompleto

Técnico completo

Técnico incompleto

Graduação completo

Graduação incompleto

Pós-Graduação completo

Pós-Graduação incompleto

Sem escolaridade

9. Estado Civil

Solteiro(a)

Noivo(a)

Casado(a)/União estável

Separado(a)/Divorciado(a)

10. Possui filhos?
- Não
 - Sim, 1
 - Sim, 2
 - Sim, 3 ou mais
11. Além de você, quantas pessoas moram na sua casa?
- Moro sozinho(a)
 - 1
 - 2
 - 3
 - Mais de 3
12. Com quem você mora atualmente?
- Moro sozinho(a)
 - Com amigos(as)
 - Com pais, irmãos e outros
 - Com esposo(a)
 - Com esposo(a) e filhos(as)
13. Sua família ou parte dela é agricultora?
- Não
 - Sim
- Quem? _____
14. Possui renda própria a partir do seu trabalho no CCFO?
- Não
 - Sim
15. Você exerce alguma outra função remunerada?
- Não
 - Sim
- Qual? _____

16. Que outras atividades remuneradas sua família exerce?

17. Alguém da sua família é beneficiário de algum programa de auxílio governamental? (ex: Bolsa família, auxílio emergencial)
 Não
 Sim
Qual? _____
18. Você se considera jovem?
 Não
 Sim
19. O que costuma fazer no seu tempo livre?

20. Cite Três coisas que você mais gosta de fazer no lugar em que mora

21. Quais são as dificuldades enfrentadas pelos jovens no lugar em que mora?

22. Que tipo de melhorias gostaria que fossem realizadas no lugar em _____ que _____ mora?

23. Com o que você se vê trabalhando daqui a uns 5 anos?

24. Onde você se vê morando daqui a uns 5 anos?

25. O que mudou na sua vida a partir da sua participação no CCFO?

26. O que você acha que mudou na vida dos demais jovens a partir da participação deles no CCFO?

27. Você tem contato com consumidores que compram no CCFO?

Não

Sim

28. Se sim, como é esse contato?

29. Você estaria disponível para uma entrevista sobre a participação dos jovens no CCFO?

Não

Sim

30. Em caso positivo, favor deixar seu nome e telefone para contato.

Obrigada!

Nome: _____

Telefone: () _____

Qualquer dúvida entre em contato

Mayná Peixinho Moreno

(21) 981164013

maynapmoreno@gmail.com

ANEXO II: ROTEIRO DE ENTREVISTA APROFUNDADA

BLOCO 1 – Dados Sociodemográficos

1. Nome
2. Idade – Você se considera jovem?
3. Sexo
4. Onde nasceu? Onde mora atualmente? Esse lugar é considerado urbano ou rural? Gosta de morar nesse lugar? Por quê?
5. Tem vontade de continuar morando nesse lugar? Se não morasse nesse lugar, onde gostaria de morar?
6. Com que você mora? Tem filhos?
7. Na sua casa tem acesso à internet? Como é a conexão na sua casa? E na sua comunidade?
8. Quais são as atividades de lazer e de fim de semana na sua comunidade? O que vocês fazem nos dias de folga?
9. Escolaridade – Você estuda atualmente? O que estudou? Por que fez essa escolha? Tem vontade de seguir estudando? O que gostaria de estudar?
10. Como são as opções de estudo na sua comunidade? Existem dificuldades? Quais?
11. Quais demandas ou problemas você identifica na sua comunidade?

BLOCO 2 – Jovens no CCFO

Desde quando você participa do CCFO? Como foi que você conheceu o CCFO? Como começou a participar do CCFO? Qual sua história com a produção de alimentos?

12. Sua família é produtora/é de agricultores? Como e onde vive sua família?

13. Qual sua ocupação no CCFO hoje? Qual seu regime de trabalho?
14. Você deseja seguir trabalhando no CCFO? Deseja se envolver/ ou permanecer na agricultura? Como?
15. O que mudou/melhorou na sua vida depois que você passou a trabalhar no CCFO?
16. Sua renda mensal vem somente do CCFO ou você trabalha em outros lugares?
17. Que outras atividades, remuneradas ou não, você e sua família exercem?
18. Você ou sua família possui propriedade da terra?
19. Você ou sua família possui DAP? Em caso negativo, por quê?
20. Você ou sua família já participaram de alguma política pública (PNAE, PAA, PRONAF, LUZ PARA TODOS)? Se sim, qual?
21. Agora na pandemia alguém na sua família teve acesso ao auxílio emergencial? Alguém da sua família já recebeu bolsa família?
22. Que tipo de política pública e incentivos direcionados para os jovens você acha que poderiam ter?
23. Você acha que o CCFO poderia contribuir/tem contribuído para ajudar a solucionar alguns problemas na sua comunidade? Como?
24. Você acha importante o envolvimento dos jovens na agricultura/ no trabalho agrícola?
25. Os outros jovens da sua comunidade são envolvidos com agricultura? Você incentivara outros jovens a se envolverem com a agricultura? Por quê?
26. Além da agricultura, em quais outros trabalhos os jovens da sua comunidade estão envolvidos?
27. Participar do CCFO traz que melhorias/vantagens para os jovens? E para suas famílias e comunidades?
28. Como é a relação entre produção orgânica e convencional na sua comunidade?
29. Você vê muitos jovens trabalhando com agricultura convencional?
30. Você tem interesse em temas como alimentação, agroecologia, produção orgânica?
31. Em que outros temas você tem interesse?

32. Você se considera atuante dentro do CCFO? Costuma estar presente nas reuniões, espaços de certificação e decisão do seu grupo? Como e por quê?
33. Costuma ver outros jovens nesses espaços?
34. Você considera sua atuação no CCFO ou na agricultura um tipo de participação/ atuação política?

BLOCO 3 – CONSUMIDORES E ALIMENTAÇÃO

35. Como é sua relação com os consumidores da feira?
36. Como você avalia o impacto da relação com os consumidores no seu trabalho no CCFO?
37. O que você acha da valorização crescente dos consumidores em torno dos alimentos orgânicos?
38. Como é a alimentação na sua casa? O que você gosta de comer?
39. Você e sua família comem alimentos orgânicos?
40. Desde que você começou a participar no CCFO mudou alguma coisa na sua alimentação?